



# ESCOLA SUPERIOR DE **COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Instituto Politécnico de Lisboa

*O espaço editorial dos repórteres parlamentares da TVI e CNN  
Portugal durante a dissolução da Assembleia da República*

**João Pedro Olim dos Santos**

Relatório de Estágio submetido como requisito parcial  
para a obtenção do grau de Mestre em Jornalismo

Sob orientação da Professora Doutora Fernanda Bonacho,  
professora adjunta na Escola Superior de Comunicação Social

Sob coorientação da Professora Ana Paula Sá,  
professora adjunta convidada na Escola Superior de Comunicação Social

**18 de outubro de 2024**

# AGRADECIMENTOS

*A elaboração deste relatório de estágio obriga-me, antes de mais, a recordar os anos em que dediquei alma e coração ao que julgo ser, desde cedo, o caminho da realização pessoal e profissional. Quer já tenha sido alcançado ou não, é importante demonstrar a minha gratidão para com todos os que me ajudaram a concluir mais uma etapa fundamental da minha vida. Aos meus pais, Paula e Quintino Santos. Pelo amor, educação, esforço, trabalho e confiança depositados em mim ao longo de tantos anos. O meu sonho e o meu sucesso são vossos. À minha irmã, Andrea Santos. Por ouvir e aconselhar. Ela sabe o quanto pode ser duro cumprir um objetivo e estar longo dos que mais se ama. Aos meus tios, Sónia e Mário Fernandes e Augusta Olim. Pela ajuda e apoio interminável e inquestionável de sempre. Aos meus amigos. Pela alegria e energia que me deram para ultrapassar este desafio.*

*Quero também agradecer às minhas orientadoras do mestrado em Jornalismo, as professoras Fernanda Bonacho e Ana Paula Sá. Pela total disponibilidade, ponto de vista, sabedoria e experiência académica. O orgulho que tenho ao ler este documento não teria sido o mesmo sem o vosso contributo.*

*Não posso deixar passar um outro importante agradecimento. A cada jornalista da editoria de política da TVI e da CNN Portugal. Pelos ensinamentos. Pela confiança em cada saída em reportagem e em cada trabalho jornalístico. Agradeço por me terem feito sentir um de vós. Agradeço em especial à Graça Picão, à Sandra Antunes e à Paula Caeiro Varela pela rápida disponibilidade em me ajudarem na concretização deste projeto académico. A análise do vosso trabalho ao longo de mais de 3 meses foi uma inspiração. Não posso terminar estes agradecimentos sem deixar uma palavra à Carla Moita e à Beatriz Jalón. Para muitos, a editora e sub-editora de política da TVI e da CNN Portugal. Para mim, as pessoas que fizeram tudo ao seu alcance para que eu tivesse a oportunidade de entrar pela porta do jornalismo.*

*Sem querer esquecer-me de alguém, deixou ainda uma mensagem de agradecimento a todas as outras pessoas que direta ou indiretamente ajudaram-me e apoiaram-me nesta importante fase da minha vida. A maior aprendizagem que retiro deste percurso é a gratidão. Estou eternamente grato a todos! Obrigado!*

## DECLARAÇÃO ANTI-PLÁGIO

Declaro que o presente relatório de estágio é um trabalho original da minha autoria para a obtenção do grau de Mestre em Jornalismo. Atesto ainda que todas as citações se encontram devidamente identificadas e acrescento ter consciência de que o plágio poderá levar à anulação do trabalho apresentado.

18 de outubro de 2024

O candidato,

João Pedro Olim

# RESUMO

A volatilidade do sistema político obriga a uma permanente adaptação do jornalismo político, principalmente se estiverem em causa roturas políticas inesperadas. Novos contextos políticos impõem desafios de adaptabilidade acrescidos aos jornalistas, quer na manutenção e na relação com as fontes quer nas práticas jornalísticas associadas ao imediatismo, à dramatização e ao pluralismo. A intenção inicial de analisar o espaço editorial do jornalismo parlamentar desenvolvido nos órgãos de comunicação do Grupo Media Capital esbarrou com a ocorrência de dois acontecimentos políticos inesperados no final de 2023 e no início de 2024. O primeiro acontecimento diz respeito à demissão do primeiro-ministro António Costa, a 7 de novembro de 2023. O segundo diz respeito à dissolução da Assembleia da República, a 15 de janeiro de 2024. Perante uma inesperada conjuntura política, surgiu a curiosidade de realizar um estudo que procurasse caracterizar o espaço editorial concedido aos repórteres parlamentares durante o período em que a Assembleia da República não está na plenitude de funções.

O trabalho desenvolvido enquadra-se numa experiência de estágio curricular nos órgãos de comunicação social do Grupo Media Capital, a TVI e a CNN Portugal, entre 8 de janeiro de 2024 e 5 de abril de 2024. A investigação tem como base o recurso a técnicas de pesquisa documental clássica e moderna e inclui uma revisão da literatura sobre o parlamento, as fontes políticas e o jornalismo político. Além disso, procedeu-se à análise de conteúdo de todos os trabalhos jornalísticos dos repórteres parlamentares emitidos no Jornal Nacional durante a dissolução parlamentar de 2024. O trabalho investigativo contou com o recurso a técnicas de pesquisas não documental, nomeadamente a observação participante e as entrevistas exploratórias aos repórteres parlamentares da TVI e CNN Portugal. As conclusões do relatório de estágio revelam como o trabalho dos repórteres parlamentares se adaptou à agenda exigente dos partidos políticos, que procuraram mobilizar o eleitorado para as eleições legislativas de 2024.

**Palavras-chave:** Media Capital; Jornalismo político; Dissolução da Assembleia da República; Fontes políticas;

# ABSTRACT

The volatility of the political system means that political journalism must constantly adapt, especially if unexpected political upheavals are involved. New political contexts impose greater adaptability challenges on journalists, both in maintaining and maintaining relationships with sources and in journalistic practices associated with immediacy, dramatization and pluralism. The initial intention of analysing the editorial space of parliamentary journalism developed in the Media Capital Group's media outlets came up against the occurrence of two unexpected political events at the end of 2023 and the beginning of 2024. The first governmental event concerned the resignation of Prime Minister António Costa on November 7<sup>th</sup> of 2023. The second concerns the dissolution of the Assembly of the Republic on January 15<sup>th</sup> of 2024. Faced with an unexpected political situation, the curiosity arose to carry out a study that sought to characterise the editorial space granted to parliamentary reporters during the period when the Assembly of the Republic is not in full session.

The work carried out is part of a curricular internship experience at the Media Capital Group's media outlets, TVI and CNN Portugal, between January 8<sup>th</sup> of 2024 and April 5<sup>th</sup> of 2024. The research is based on classic and modern documentary research techniques and includes a literature review on parliament, political sources and political journalism. In addition, a content analysis was carried out of all the journalistic work of parliamentary reporters broadcast on Jornal Nacional during the 2024 parliamentary dissolution. The investigative work used non-documentary research techniques, namely participant observation and exploratory interviews with parliamentary reporters from TVI and CNN Portugal. The conclusions of the internship report reveal how the work of parliamentary reporters adapted to the demanding agenda of the political parties, which sought to mobilise the electorate for the 2024 parliamentary elections.

**Keywords:** Media Capital; Political journalism; Dissolution of the Portuguese Parliament; Political sources.

# ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO I – Parlamento, fontes e jornalismo político.....</b>	<b>4</b>
1.1 Assembleia da República: do normal funcionamento à dissolução.....	4
1.2 Relação com as fontes durante uma dissolução parlamentar.....	6
1.2.1 Teoria dos definidores primários.....	8
1.2.2 Tipologia de fontes políticas e atribuições de informação.....	10
1.2.3 Relações adversativas e assentes no princípio de troca.....	12
1.2.4 Atitudes profissionais em relação às fontes.....	15
1.2.5 Canais de informação e interações com as fontes.....	17
1.3 Jornalismo político: dever e efeitos dos condicionalismo.....	18
1.3.1 O imediatismo no jornalismo político.....	20
1.3.2 A espetacularização e a personalização do “jogo político”.....	21
1.3.3 Pluralismo, equilíbrio e a socialização da informação.....	22
<b>CAPÍTULO II – Estágio curricular na TVI e CNN Portugal.....</b>	<b>24</b>
2.1 Do canal Quatro à TVI: 31 anos da estação televisiva.....	24
2.1.1 Da TVI24 à CNN Portugal.....	27
2.1.2 A organização da redação de Informação.....	28
2.2 Diário de estágio.....	30
2.2.1 Do fim da XV legislatura à crise política na Madeira e às eleições nos Açores.....	31
2.2.2 Da pré-campanha à campanha das eleições legislativas de 2024.....	34
2.2.3 Das eleições legislativas de 2024 ao fim do estágio curricular.....	36
<b>CAPÍTULO III – Espaço editorial concedido no Jornal Nacional .....</b>	<b>41</b>
3.1 Objetivo geral, objetivos específicos e pertinência do estudo.....	41
3.2 Estratégica metodológica.....	42
3.2.1 Pesquisa documental.....	43
3.2.2 Pesquisa não documental.....	44
3.3 Grelha de análise: a discussão dos resultados.....	45

<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>71</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>73</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>77</b>
Anexo 1. Entrevista a Graça Picão.....	77
Anexo 2. Entrevista a Sandra Antunes.....	80
Anexo 3. Entrevista a Paula Caeiro Varela.....	82
Anexo 4. Listagem e categorização do <i>corpus</i> de análise.....	85

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Número de trabalhos jornalísticos transmitidas por dia de semana.....	47
Tabela 2. Trabalhos jornalísticos de maior duração por repórter parlamentar.....	49
Tabela 3. Fontes em relação ao acontecimento nos trabalhos jornalísticos.....	60
Tabela 4. Fontes em relação ao jornalista nos trabalhos jornalísticos.....	61
Tabela 5. Interações com as Fontes nos trabalhos jornalísticos.....	62
Tabela 6. Atribuições de Informação nos trabalhos jornalísticos.....	63
Tabela 7. Canais de Informação nos trabalhos jornalísticos.....	64

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Número de trabalhos jornalísticos transmitidas por mês.....	46
Gráfico 2. Duração dos trabalhos jornalísticos produzidos pelas repórteres.....	47
Gráfico 3. Género jornalístico dos trabalhos transmitidos.....	51
Gráfico 4. Temática política nos trabalhos jornalísticos.....	56
Gráfico 5. Temáticas governativa, parlamentar, presidencial por mês de análise.....	56
Gráfico 6. Presença dos definidores primários nos trabalhos jornalísticos.....	58
Gráfico 7. Marcas que contrariem o imediatismo nos trabalhos jornalísticos.....	66
Gráfico 8. Marcas entendidas como dramatização nos trabalhos jornalísticos.....	67
Gráfico 9. Marcas de pluralismo nos trabalhos jornalísticos.....	69

# INTRODUÇÃO

O presente relatório é o resultado escrito de um estágio curricular desenvolvido na redação da TVI e da CNN Portugal, entre os dias 8 de janeiro e 5 de abril de 2024. A partir da sua matriz investigativa, este estudo foi desenvolvido no âmbito do mestrado em Jornalismo e é orientado pela seguinte pergunta de partida: “Que espaço editorial têm os repórteres parlamentares da TVI e CNN Portugal durante a dissolução da Assembleia da República?”. A decisão de analisar o trabalho jornalístico realizado por este conjunto de repórteres que acompanham a atividade parlamentar é muito anterior ao anúncio da dissolução da Assembleia da República, a 9 de novembro de 2023, e da sua formalização a 15 de janeiro de 2024. Ambos da competência exclusiva do Presidente da República. O cenário político da dissolução parlamentar durou até 26 de março de 2024. Foi essa a data da 1ª reunião plenária da nova composição da Assembleia da República saída das eleições legislativas de 10 de março de 2024. Durante estes três meses, os repórteres parlamentares tiveram de se adaptar a essa conjuntura que implicou, naturalmente, o tratamento noticioso de outras questões políticas. Assim, é indiscutível a existência de relevância e pertinência na análise do espaço editorial concedidos aos repórteres parlamentares durante um período em que o exercício pleno da atividade parlamentar está limitado pela Constituição.

A Assembleia da República é um dos pilares estruturantes do regime político democrático de Portugal. Este espaço representativo das mais variadas correntes ideológicas organiza-se em grupos parlamentares ou deputados únicos que têm um dever legislativo. A formação dos governos é feita tendo por base a composição parlamentar. Os governos devem prestar esclarecimentos aos deputados, o que confere à Assembleia da República uma dimensão de fiscalização. Ainda assim, as funções legislativas do Parlamento podem ser abruptamente limitadas antes do fim de uma legislatura. A decisão de interromper uma legislatura e de dissolver a Assembleia da República cabe, exclusivamente, ao Presidente da República. Antes de o fazer, deve ouvir os partidos com representação parlamentar e o Conselho de Estado. Apesar de se tratar de um ato livre do Presidente da República, a dissolução do Parlamento acontece, normalmente, em momentos de crises política que envolvem a ação do executivo. O decreto de dissolução da Assembleia da República implica sempre a marcação de eleições legislativas antecipadas.

A decisão de dissolver a Assembleia da República tem repercussões no trabalho diário dos repórteres parlamentares. Em entrevista, a jornalista Sandra Antunes afirma que “o parlamento acabou por perder o palco, a partir do momento em que foi anunciado a dissolução”. De facto, o ângulo dos trabalhos parlamentares mudou. A jornalista Graça Picão acrescenta que “o funcionamento do parlamento estava subjugado à existência de eleições antecipadas e ao jogo partidário. Os partidos trouxeram ao parlamento o que lhes interessava mediaticamente e eleitoralmente. Nunca tínhamos assistido a uma dissolução de 4 meses entre a demissão do primeiro-ministro e a realização de eleições. Foi completamente atípica.”

Neste sentido, é importante entender as dinâmicas e o foco dos repórteres parlamentares durante este ciclo político. Todos ficam de olhos postos nos desenvolvimentos políticos em torno das eleições legislativas, em particular os repórteres parlamentares. O que também é partilhado pelas fontes políticas. O destaque noticioso sobre as principais fontes institucionais, ou melhor sobre os definidores primários, cresce a cada dia e importa saber se os repórteres consideram que esse destaque tem efeitos nos resultados eleitorais. No Parlamento, os repórteres e os candidatos partilham o mesmo espaço de trabalho, mas o jornalista deve manter sempre uma distância profissional. Neste ciclo particular intensificam-se os comícios e os discursos políticos. Importa saber se existe algum espaço editorial para os repórteres conseguirem fugir aos canais e discursos de campanha eleitoral e às interações mais normalizadas que impedem, muitas vezes, os jornalistas de colocarem questões aos candidatos. O desenrolar da campanha na rua pode ajudar, pois permite aos jornalistas estarem mais próximos dos intervenientes políticos e colocarem as perguntas que entendem ser as mais esclarecedoras para a opinião pública.

No jornalismo político a atribuição da informação é feita geralmente de forma direta, com as fontes em *on*, mas o jornalista também dispõe do recurso a fontes sob anonimato (em *off*), sempre que um político entende não querer revelar a sua identidade. Neste caso, o jornalista terá de avaliar o grau de confiança na sua fonte para divulgar essa informação e tem sempre o dever de reserva sobre a mesma. Pode ainda circunscrever essa informação atribuindo-a a um determinado órgão ou instituição, caso se trate por exemplo, do Palácio de Belém. No período político que corresponde à dissolução parlamentar, o trabalho jornalístico deve ser mais guiado pelo critério do pluralismo e do equilíbrio editorial. Num jogo político em que há vencedores e vencidos, ao jornalista

coloca-se ainda a pergunta sobre se deve evitar o uso de expressões que podem ser entendidas como uma dramatização da informação.

O processo investigativo deste relatório de estágio implicou o recurso a metodologias quantitativas e qualitativas. Recorreu-se a técnicas de investigação como a pesquisa documental e a análise de conteúdo que implicou a recolha de um *corpus* de análise composto por todos os trabalhos jornalísticos produzidas pelos repórteres parlamentares da TVI e da CNN Portugal, durante o período da dissolução parlamentar. Além disso, o processo implicou também o recurso a técnicas de pesquisa não documental, nomeadamente a observação participante e a realização de entrevistas exploratórias aos repórteres parlamentares. O capítulo *Parlamento, fontes e jornalismo político* corresponde à componente do enquadramento teórico deste relatório de estágio e é o primeiro de três capítulos. Centra-se no levantamento teórico de três dimensões de reflexão temática: 1) o parlamento e o processo de dissolução; 2) a relação com as fontes políticas; e 3) as práticas comuns do jornalismo político. De seguida, o segundo capítulo designa-se por *Estágio curricular na TVI e CNN Portugal* e apresenta uma análise crítica das principais vivências durante a experiência de estagiar na redação destes órgãos de comunicação. O terceiro capítulo designa-se por *Espaço editorial concedido no Jornal Nacional* e destina-se à apresentação dos objetivos, metodologias da investigação, bem como à apresentação das variáveis em análise e à discussão dos resultados obtidos.

O presente relatório de estágio tem como principais objetivos: 1) Analisar o trabalho dos repórteres parlamentares durante a dissolução da Assembleia da República; 2) Identificar as principais as temáticas políticas – partidária, presidencial ou governativa. 3) Identificar os definidores primários nos trabalhos jornalísticos destes repórteres parlamentares; 4) Entender se os repórteres parlamentares consideram que a cobertura jornalística durante este período teve impacto nos resultados eleitorais das eleições legislativas de 2024; 5) Identificar as tipologias de fontes, os tipos de interação, as atribuições de informação e os canais de informação; 6) Identificar marcas jornalísticas que contrariem o imediatismo; 7) Identificar expressões que possam ser entendidas como uma dramatização da informação. 8) Analisar o critério de pluralismo e equilíbrio editorial;

# CAPÍTULO I

## Parlamento, fontes e jornalismo político

### 1.1 Assembleia da República: do normal funcionamento à dissolução

*“Os parlamentos foram, desde a derrocada do Antigo Regime, proclamados como a expressão máxima da democracia representativa, como a expressão máxima contra o autoritarismo e a concentração excessiva do poder e como instrumento de controlo do seu exercício.” (Sá, 1994, p.15).*

No quadro político-constitucional português, a Assembleia da República é um “dos polos do sistema triangular português” (Leston-Bandeira & Freire, 2003, p.60) e baseia-se numa dinâmica de representação política. Em *O Lugar da Assembleia da República no sistema político*, Luís Sá explica (1994) que a base teórica do conceito de representação política realça um outro tipo de cidadania, em que cada cidadão e eleitor deixa de ser um mero sujeito ao poder e torna-se um verdadeiro sujeito do poder (p.70). Apesar do modelo representativo conceder uma “margem de manobra para se tomarem decisões independentemente das posições dos eleitores” (Belchior, 2008, p.458), cada um dos deputados eleitos à Assembleia da República deve procurar criar um vínculo de afinidade e de proximidade ideológica com os seus eleitores e com os seus interesses. (Belchior, 2008, p. 459). Qualquer parlamento democrático tem como função primordial a de representar os cidadãos que o elegeram (Trindade, 2015, p.12).

Enquanto órgão de soberania, a Assembleia da República é uma instituição onde se exprimem reivindicações e desacordos (Trindade, 2015, p.12). A isto, deve-se a pluralidade de opções políticas aí existentes e que a tornam no único órgão de soberania onde é possível as maiorias e as minorias participarem na elaboração das normas (Sá, 1994, p.228). De acordo com o artigo 148.º da *Constituição da República Portuguesa (CRP)*, a Assembleia da República tem no máximo 230 deputados eleitos em listas

fechadas apresentadas pelos partidos políticos reconhecidos pelo Tribunal Constitucional. “O quadro parlamentar português tem uma dimensão partidária que não promove o papel individual dos deputados” (Leston-Bandeira & Tibúrcio, 2012, p.387).

Perante esta realidade organizacional, Luís Sá alerta (1994) para a existência de uma “crise do exercício individual do mandato de deputado” (p.47). Apesar dos deputados representarem os cidadãos, não existe “uma disciplina que os vincule à vontade do eleitorado. Mas há uma disciplina que o vincula à vontade do partido” (Sá, 1994, p.76). O movimento orgânico de funcionamento da Assembleia da República tem o seu epicentro nos grupos parlamentares a quem cabe mediar a relação entre o parlamento e os cidadãos. (Bandeira & Tibúrcio, 2012, p.387). A distribuição dos direitos dos grupos parlamentares alicerça-se no número de deputados que têm (Leston-Bandeira & Freire, 2003, p.63).

Em momentos políticos como a discussão e a votação do Orçamento do Estado e de moções de censura ou de confiança, a última palavra cabe sempre às direções partidárias e dos grupos parlamentares. Aos deputados exige-se apenas a disciplina de voto (Sá, 1994, p.182). “As próprias regras do parlamento reforçam o papel dos partidos como a unidade chave da organização para todos os assuntos” (Leston-Bandeira & Tibúrcio, 2012, p.387). A dinâmica de fiscalização e de limitação do poder político é um dos pilares do funcionamento da Assembleia da República. Em *O Lugar da Assembleia da República no sistema político*, Luís Sá realça (1994) que o papel fiscalizador cabe sobretudo à oposição, já que ninguém espera que a maioria parlamentar de suporte ao governo acabe por desempenhar esse papel (p.166).

A postura de “limitação do poder e de controlo do exercício” (Sá, 1994, p.228) do parlamento acaba por ficar limitado com a dissolução do próprio órgão de soberania. O ato de decretar o fim de uma legislatura em curso, ou seja, antes de concluídos os 4 anos de duração normal, é da competência exclusiva do Presidente da República. Antes, deve ouvir os partidos políticos com representação parlamentar e o Conselho de Estado, nos termos da lei. A decisão de dissolver o parlamento é uma decisão livre do chefe de Estado, mas deve cumprir um conjunto de requisitos circunstanciais, nomeadamente um impasse político que tenha implicações na ação governativa. De acordo com o ponto 1 do artigo 172º da *CRP*, o Presidente da República não pode dissolver o Parlamento nas seguintes circunstâncias: 1) nos primeiros e últimos seis meses do mandato presidencial; e 2) durante a vigência do estado de sítio e de emergência.

O ponto 3 do artigo 172.º da *CRP* acrescenta que a dissolução da Assembleia da República não pode prejudicar a manutenção do mandato dos deputados. Por outras palavras, a dissolução da Assembleia da República não implica uma automática perda do mandato dos deputados que têm a função de “representar Portugal enquanto nação” (Leston-Bandeira & Freire, 2003, p.60). No entanto, implica sempre a marcação de eleições legislativas antecipadas “que acabam por refletir sempre a vontade da sociedade” (Sá, 1994, pp. 39 & 228). De acordo com o artigo 19.º da *Lei Leitoral da Assembleia da República*, o Presidente da República deve sempre marcar a data do ato eleitoral com uma antecedência mínima de 55 dias, em caso de uma dissolução parlamentar.

O ponto 3 do artigo 172.º da *CRP* também esclarece que a dissolução da Assembleia da República não pode prejudicar as competências da Comissão Permanente. A Comissão Permanente é presidida pelo Presidente da Assembleia da República, constituída pelos vice-presidentes do parlamentos e pelos deputados indicados pelos partidos, de acordo com a representação parlamentar. Vigiar o cumprimento da constituição e preparar a abertura da nova legislatura são algumas das suas competências. As funções da Comissão Permanente decorrem durante o período de dissolução da Assembleia da República. Termina com a 1ª reunião da nova composição da Assembleia da República após as eleições legislativas.

## **1.2 Relação com as fontes durante uma dissolução parlamentar**

“Ser repórter parlamentar é talvez das especializações mais exigentes e mais completas do jornalismo” (Neves transcrito por Moreno, Soares & Gomes, 2021). A frase proferida por Anabela Neves, antiga repórter parlamentar durante mais de 3 décadas, remete para o pressuposto de que os repórteres parlamentares têm o objetivo de contribuir para uma sociedade mais informada (Negrine, 1999, p.326). Tal como refere Ralph Negrine (1999), em *Parliaments and the media: A changing relationship?*, os parlamentos continuam, apesar de uma quebra ao longo dos anos, a ser uma importante fonte de notícias e de acontecimentos políticos (p.327). Aliás, os repórteres destacados para acompanhar a atividade parlamentar acabam até por estar atentos ao que acontece nesse centro de decisão política durante inúmeras horas (Santos, 1997, p.53).

A dissolução da Assembleia da República acaba inevitavelmente por ser um ponto decisivo relativamente à adaptabilidade e à exigência imposta a este conjunto de jornalistas. Perante uma agenda parlamentar limitada, o eixo de interesse do jornalismo político altera-se em termos de posicionamento em relação a outros espaços e circunstâncias. Como refere Katharine Viner (2017) no artigo jornalístico. *Uma missão para o jornalismo em tempo de crise*, as circunstâncias em que os jornalistas produzem e obtêm informação está sempre a mudar drasticamente. Cabe sempre aos jornalistas que acompanham noticiosamente a atividade parlamentar assumirem uma adaptação a outras vertentes do jornalismo político durante uma dissolução parlamentar. Os desafios inerentes a essa adaptabilidade devem ser ultrapassados de forma quase instantânea também devido “à naturalização do paradigma digital, à convivência com os canais de televisão noticiosos a emitir durante 24 horas e à profissionalização das fontes de informação institucionais e partidárias” (Baptista, 2017, p.146).

O contexto parlamentar caracteriza-se pelo convívio livre e histórico entre os jornalistas e as fontes (Neves transcrito por Moreno, Soares & Gomes, 2021), o que torna ainda mais desafiante estender esses comportamentos num quadro jornalístico extraparlamentar que a dissolução da Assembleia da República impõe. “As notícias são o sangue vital de uma democracia” (Fenton, 2010, p.42) e delas dependem a postura dos jornalistas em manter canais abertos com as fontes políticos (Abreu, 2008, p.35). Nesse sentido, a manutenção dessa relação também exige que a confiança seja a base estrutural de um relacionamento entre os jornalistas e os políticos (Mancini, 1993, p.39).

Em *Between Trust and Suspicion: How Political Journalists Solve the Dilemma*, Paolo Mancini sublinha (1993) que o trabalho dos repórteres que acompanham os assuntos parlamentares é facilitado se estes estabelecerem um relacionamento assente na confiança com as fontes políticas. Estas personalidades estarão, inevitavelmente, mais à vontade para revelar informações a quem sabem e conhecem a forma de tratar o conteúdo com relevância jornalística. “Muitos jornalistas têm até as suas fontes preferidas” (Mancini, 1993, p. 37) e acabam por se reunir diversas vezes com as mesmas em contextos e ocasiões menos formais (Bernardes, 2013, p.665). Os repórteres parlamentares que se dedicam à manutenção de um relacionamento de confiança com as fontes políticas, em espaços extraparlamentares, acabam também por materializar um pressuposto de que “o acesso às elites do poder é essencial” ao jornalismo político (Serrano, 2003, p.17).

De acordo com Estrela Serrano (2003), essa dimensão não se prende exclusivamente com uma necessidade jornalística de encontrar novas histórias (p.7) que possam até materializar direta ou indiretamente o pressuposto de que “notícia não é o que acontece, mas o que alguém diz que aconteceu ou acontecerá” (Schudson, 2002, p.255). Para Carla Baptista (2017), a manutenção dessa relação de confiança determina também o grau de prestígio de um jornalista em relação aos seus pares. Para tal, é também exigido “permanência, competência técnica e política reconhecida pelos pares, fluência com temas específicos presentes na agenda política, bem como contínuas oportunidades de exposição e intervenção” (Baptista, 2017, p.153).

### **1.2.1 Teoria dos definidores primários**

Assente numa dimensão jornalística de rotina, a produção noticiosa associa-se e centra-se na divulgação daquilo que os definidores primários afirmam. Por outras palavras, associa-se e centra-se nas fontes institucionais com credibilidade – os governantes, os líderes políticos, etc. – que, aos jornalistas, fornecem determinadas informações sobre os mais diversos assuntos de dimensão noticiosa (Hall et al., 1993, p.228). Em *A produção social das notícias: O mugging dos media*, Hall et al teorizam (1993) que os definidores primários não só são as primeiras como também muitas vezes as únicas fontes de informação a quem os jornalistas recorrem (p.228). Neste sentido, as interpretações primárias das fontes institucionais relativamente a muitos acontecimentos acabam por definir o rumo das notícias e impor socialmente a perceção dos “poderosos” (Galarça, 2014, p.3). “Uma fonte acreditada é um perito” (Hall et al., 1993, p.299). De acordo com Hall et al (1993), a preferência jornalística pelos representantes institucionais dignos de crédito e com um estatuto de representante dos cidadãos – caso das personalidades políticas – é o resultado da existência de uma hierarquia de credibilidade na sociedade (p.299).

O fenómeno hierárquico de credibilidade das fontes de informação resulta sobretudo do facto de determinadas personalidades institucionais serem, tendencialmente, mais especializadas sobre diversos assuntos noticiosos em relação à maioria dos cidadãos (Hall et al., 1993, p.299). Apesar destas definições primárias se tornarem mais aceites e consensuais na sociedade, estas também condicionam não só todas as interpretações que se seguem (Évora, 2005, p.9), como também impõem “referências que irão nortear as

coberturas e reportagens, inclusive futuros debates” (Galarça, 2014, p.3). No âmbito do tratamento noticioso dos assuntos políticos, o recurso rotineiro aos definidores primários acaba também por funcionar como uma defesa para os próprios jornalistas (Pena, 2005, p.154). “Ao colher um depoimento que legitima a informação, ele – o jornalista – esconde-se atrás da palavra do outro” (Pena, 2005, p.154). Por outras palavras, pode até considerar que não existe necessidade de confirmar as informações recebidas. Apenas considera que existe a necessidade de interpelar alguém que apresente argumentos contrários à interpretação primária do que está em questão (Hall et al., 1993, p.230).

Os definidores primários são, direta ou indiretamente, os facilitadores do trabalho jornalístico de muitos jornalistas que não arriscam a “perder tempo na produção de reportagens ou a reproduzir a opinião de quem não tem um aval institucional à frente do nome” (Galarça, 2014, p.3). A partir das interpretações dos definidores primários enquanto reconstruções simbólicas da realidade (Galarça, 2014, p.2), as notícias que assentam nas interpretações primárias das fontes institucionais apresentam sempre realidades distorcidas e benéficas para as próprias fontes institucionais associadas (Castro, 2012, p.7). Como refere Felipe Pena (2005), em *Teoria do Jornalismo*, estas distorções são o resultado de um poder que as fontes institucionais têm de subordinar e manipular as notícias de acordo com a legitimidade que os jornalistas conferem aos seus depoimentos (p.154). Não existem fontes desinteressadas. Todas têm interesses quando divulgam determinadas informações.

De acordo com Hall et al (1993), a dependência direta que os jornalistas assumem em relação às fontes institucionais podem relacionar-se com dois conjuntos de fatores. As pressões internas das redações que se associam à imprevisibilidade da “corrida contra o relógio” – associação com os tempos de publicação e de emissão – implicam que a atividade jornalística seja também pautada por dificuldades de calendarização dos seus trabalhos (p.228). Desta forma, os condicionalismos impostos pelo contexto temporal fazem com que os jornalistas privilegiem o recurso mais intensivo dos jornalistas à reprodução das intervenções dos definidores primários (Pena, 2005, p.154).

As exigências profissionais de imparcialidade, de credibilidade e de objetividade correspondem ao outro conjunto de fatores com implicações no relacionamento direto entre os jornalistas e as fontes institucionais. As notícias devem estar orientadas para o cumprimento de conceitos como a credibilidade, a imparcialidade e a objetividade (Stuart et al., 1993, p.228 – 229) e disso também depende a própria credibilidade das fontes de

informação a que os jornalistas recorrem (Évora, 2005, p.8). Apesar de reconhecer um exagerado acesso sistemático dos jornalistas em relação a quem têm posições nas estruturas institucionais, Stuart alerta (1993) para o facto de aos jornalistas ser exigido a manutenção de uma postura que preserve um compromisso fiel, imparcial e objetivo na reprodução simbólica das estruturas de poder existentes (p.229).

Ao se relacionarem estruturalmente com as personalidades institucionais que têm acesso privilegiado aos órgãos de comunicação social, os jornalistas assumem um papel de definidores secundários ao contribuírem muitas vezes e apenas para a divulgação das interpretações primárias (Hall et al., 1993, p.230). Apesar disto, os jornalistas têm também a capacidade de entrar em conflito com os definidores primários, nomeadamente através de opções editoriais relacionadas com a construção de reportagens de investigação (Pena, 2005, p.230). Além das disputas existentes entre os definidores primários que não contribuem para a compreensão social dos acontecimentos ou dos assuntos, as reportagens de investigação possibilitam a prática jornalística pouco comum de fuga aos definidores primários ao desafiam os centros de poder (Galarça, 2014, p.4).

### **1.2.2 Tipologia de fontes políticas e atribuições de informação**

Enquanto definidores primários, as fontes políticas são sempre tendenciosas (Pena, 2005, p.62). Para Felipe Pena (2005), isso deve-se ao facto de as fontes serem possuidoras de determinados interesses e informações preservados e escondidos para se manterem na esfera do poder (p.62). Esta postura volátil das personalidades políticas esbarra com a necessidade de os jornalistas associarem as suas notícias às fontes que recorrem para as construir (Évora, 2005, p.8). Quer seja em relação ao assunto ou em relação aos jornalistas, a rotina diária dos repórteres que tratam noticiosamente os assuntos políticos implica a identificação das fontes que acabam por apresentar diferentes tipologias conforme os enunciados de Felipe Pena e de Mar Fontcuberta.

Em *Teoria do Jornalismo*, Felipe Pena (2005) apresenta uma classificação conceitual das fontes políticas a que os jornalistas recorrem tendo em conta a relação com o acontecimento ou com o assunto em questão. Em termos conceptuais, as *fontes oficiais* correspondem às que mantêm um vínculo direto com o assunto em questão. Ao contrário, as *fontes independentes* tecem declarações sobre o assunto sem ter qualquer vínculo direto (p.62). Uma *fonte oficiosa* envolve declarações sobre um assunto para o qual não está

autorizado e uma *fonte testemunhal* acaba por estar “mediado pelas emoções, pelos preconceitos, pela memória e pela própria linguagem” (Pena, 2005, p.64). Além das fontes independentes, todas estas tipologias são, no que Felipe Pena considera ser (2005), as *fontes primárias*, já que se relacionam diretamente com a informação (p.64). Tendo em conta o jornalismo declaratório e o imediatismo, os jornalistas políticos também recorrem às *fontes secundárias* que não tendo relação direta com o assunto acabam por comentá-lo (Pena, 2005, p.64). As fontes independentes são um exemplo de fonte secundária.

“Um meio sem fontes é um meio morto”. Quem o diz é Mar Fontcuberta (1999) ao apresentar a tipologia das fontes de informação em relação ao contacto que estabelecem com os jornalistas (p.46). Se as *fontes exclusivas* são as mais valorizadas pelos jornalistas por lhes concederem informações privilegiadas, as *fontes partilhadas* são as que habitualmente estabelecem uma relação com os jornalistas ao lhes atribuírem volume de informação homogêneo em quantidade e qualidade (Fontcuberta, 1999, p.47). De acordo com Mar Fontcuberta (1999), esta última tipologia de fonte pode ainda se dividir em outras quatro categorias. Se as *fontes resistentes* causam grandes obstáculos aos jornalistas no acesso à informação, as *fontes espontâneas* tomam a iniciativa de informar os jornalistas ao conceder-lhes respostas às questões proferidas. Apesar de não obstaculizarem o trabalho dos jornalistas no acesso à informação, as *fontes abertas* também não os procuram. Em termos de envolvimento com os jornalistas, as personalidades que tomam a iniciativa de comunicar com os repórteres com um maior grau de urgência, são *fontes ansiosas* que até podem evoluir para *fontes compulsivas*, caso recorram a todos os instrumentos ao seu alcance para atrair os jornalistas a divulgar as informações que pretendem (p.47).

Após terem contacto com as informações recolhidas, os jornalistas trabalham-nas jornalisticamente num terreno “tanto mais movediço quanto mais e maiores forem os interesses em jogo” (Fontcuberta, 1999, p.48). De acordo com Mar Fontcuberta (1999), um jornalista que identifica a fonte política que lhe concede informação recorre a uma *atribuição direta* (ex: O primeiro-ministro declarou..., etc.). Quando está em causa uma identificação pouco clara da fonte mesmo que exista uma contextualização e citação das informações recolhidas (ex: fontes da presidência referem..., etc.), assiste-se ao recurso à *atribuição com reservas*. Paralelamente, existe ainda a prática de *atribuição com reserva obrigatória* se os jornalistas não mencionarem a fonte política a que recorreram e apresentarem a informação como sendo própria (p.48).

### 1.2.3 Relações adversativas e assentes no princípio de troca

Apesar das diferentes tipologias de fontes a que pode recorrer, um jornalista que acompanha os assuntos políticos depende sempre das fontes próximas do poder para alcançar um certo nível de prestígio e de reconhecimento profissional entre os pares (Bernardes, 2013, p.683 & p.685). Para Cristiane Brum Bernardes (2013), este relacionamento coloca os jornalistas e as fontes políticas numa circunstância de parceria-rivalidade (p.685). Desta forma, surge a conceptualização de dois importantes paradigmas que estabelecem e sustentam as relações políticas entre os jornalistas e as fontes.

Em *The Crisis of public communication*, Jay Blumler e Michael Gurevitch formulam (1995) o paradigma adversativo e o paradigma de troca (p.26). Apesar de possuírem características diferenciadoras, os dois paradigmas conceptualizados não pressupõem uma dimensão de rivalidade entre eles, pois as interações permanentes e hábeis entre os dois elementos da relação (Santos, 1997, p.65) fazem com as mesmas não possam ser resumidas simplesmente num quadro de adversários ou de colaboradores (Blumler & Gurevitch, 1995, p.26). O relacionamento entre os jornalistas e as fontes políticas situa-se entre os dois paradigmas (Mancini, 1993, p.33), logo “nenhum – dos paradigmas – consegue fazer justiça à complexidade do relacionamento” (Blumler & Gurevitch, 1995, p.26).

Ainda assim, e se “os jornalistas são atores que nenhum político pode desprezar” (Serrano, 2003, p.7), então também é certo que os jornalistas não podem desprezar as personalidades políticas. O paradigma adversativo não pode ser encarado como um pressuposto que promove uma postura beligerante dos jornalistas em relação às fontes políticas. (Blumler & Gurevitch, 1995, p.28). Pelo contrário, este modelo assenta num nível de interação, de desconfiança e de cuidado dos jornalistas que agem segundo uma lógica constante de suspeição em relação às informações recebidas (Ribeiro, 2013, p.57). Assumindo um escrutínio permanente ao comportamento das fontes (Santos, 1997, p.63) e ao tratamento das informações que delas recebem, o jornalista que assume uma postura adversativa acredita apenas que esse é o caminho mais ágil para o reconhecimento e credibilidade profissional (Blumler & Gurevitch, 1995, p.28).

O posicionamento adversativo não é exclusivo dos jornalistas. Pelo contrário, atravessa a postura de ambos os lados da relação, ou seja, também é promovida pelas fontes políticas em determinadas circunstâncias. Apesar de ditarem “as regras sobre os

aspectos importantes da dinâmica informativa são os jornalistas que decidem o que é interessante noticiar” (Ribeiro, 2013, p.43). Nesse contexto, a postura cautelosa aliada a um cariz de proteção sugere que as fontes políticas queiram evitar que surja qualquer tipo de conteúdo noticioso na imprensa ou nas televisões que os pressione a discutir determinados temas (Serrano, 2003, p.7). Neste subcapítulo, entender-se-á mais à frente que essa circunstância esbarra com os objetivos por detrás da manutenção de uma relação com os órgãos de comunicação social e os jornalistas.

Um relacionamento assente no princípio de troca “decorre do interesse mútuo no processo de partilha de informação” (Ribeiro, 2013, p.57), incluindo aceitação de fugas de informação, anonimato de fontes, etc. No quadro conceptual de Jay Blumler e Michael Gurevitch (1995), esta relação política, mutuamente dependente entre os jornalistas e os políticos, não implica que um dos elementos da relação esteja subjugado ao outro, pelo contrário o relacionamento é sempre compatível com um certo distanciamento em termos de interesses (p.30). Assente numa dimensão realista em que não exclui nem esconde as naturais tensões e vicissitudes que possam surgir, esta relação baseada no princípio de troca mantém-se somente até ao momento em que os resultados deixarem de servir os interesses dos jornalistas e das fontes políticas, em conjunto e/ou em separado (Blumler & Gurevitch, 1995, p.30). Por outras palavras, esta é uma relação de colaboração fluída assente em constantes cálculos de vantagens e desvantagens que tanto os políticos e os jornalistas esperam vir a obter (Blumler & Gurevitch, 1995, p.30).

Ao manterem uma relação assente no princípio de troca com os jornalistas, as fontes políticas procuram alcançar inúmeras vantagens. Desde logo, a obtenção de maior capital político nas sociedades contemporâneas (Filho, 2009, p.124) que ao contrário do que se possa pensar não advém de um trabalho legislador rigoroso e profundo (Sá, 1994, p.378), mas sim do grau de visibilidade mediática (Miguel, Biroli & Salgado, 2016, p.48) que cada personalidade política consegue obter. Num contexto em que os média detêm os recursos para a produção de visibilidade de agentes de outros sistemas como o político (Correia, 2010, p.147), a “presença nos noticiários parece determinar o sucesso ou o fracasso” (Miguel, Biroli & Salgado, 2016, p.48) profissional.

É reconhecido que os políticos dedicam mais tempo à visibilidade das suas ações do que a refletir e a decidir sobre os assuntos políticos (Serrano, 2003, p.4), ou seja, centram-se sobretudo num trabalho de planeamento de estratégias de exacerbação de conflitos (Sá, 1994, p.378). Tendo em vista a presença frequente nos órgãos de

comunicação social, as personalidades políticas esperam aceder aos cidadãos através de meios credíveis, transmitir-lhes informações específicas (Santos, 1997, p.54) e dificultar o papel dos adversários ao distraí-los com assuntos supérfluos (Miguel, Biroli & Salgado, 2016, p.48).

De acordo com John Thompson (1998), a preocupação dos líderes políticos em cultivar a visibilidade da sua imagem pessoal e profissional não é uma realidade nova, mas sofreu alterações graças às regras impostas pelos média (p.122). “O exercício do poder político é cada vez mais transparente” (Thompson, 1998, p.132) e passa a viver em clima de campanha permanente, em que os políticos estão sujeitos a uma avaliação contínua (Correia, 2010, p.154). Todas as vantagens retiradas pelos políticos inerentes à relação baseada no princípio da troca implicam que os próprios consigam esbater certas margens de incerteza quando à capacidade de adaptar as suas mensagens aos formatos e géneros mediáticos (Blumler & Gurevitch, 1995, p.54).

As notícias políticas são o resultado de uma relação entre as personalidades políticas que promovem determinados acontecimentos e os jornalistas que os reúnem e os relatam (Blumler & Gurevitch, 1995, p.26). “Os jornalistas não podem desempenhar cabalmente a sua atividade de examinadores do poder político sem acesso aos políticos” (Santos, 1997, p.63). Nestes pressupostos, uma relação assente no princípio de troca torna-se igualmente vantajosa para os jornalistas, nomeadamente no seu trabalho de obtenção de informação, de escrutínio político e de validação de situações que possam ser politicamente ambíguas (Blumler & Gurevitch, 1995, p.26 & 32). A postura das personalidades políticas orientada para a visibilidade mediática permite ainda aos jornalistas recolher, anunciar, acompanhar e amplificar o impacto do conteúdo informativo, quase em formato “bola de neve” (Serrano, 2003, p.4).

De acordo com Susana Salgado (2005), essa cobertura jornalística possibilitou o surgimento do conceito de “sociedade de revelação social” (p.86). O papel dos órgãos de comunicação social ao conceber a visibilidade mediática pretendida pelos agentes políticos deu-lhes uma autoridade de proximidade superior, através da “crença de que quem governa é alguém como nós, que está próximo e de quem podemos observar características mais pessoais” (Salgado, 2005, p.86). Os média possibilitaram aos políticos formas de apresentação pessoal em que não só se ouve as suas declarações, como também se passa a ver as expressões faciais e o aspeto físico. (Salgado, 2005, p.84).

Se em outros tempos a aura dos líderes políticos baseava-se na grandeza distante que mantinham com os cidadãos (Salgado, 2005, p.85), a proximidade concebida pelos órgãos de comunicação social passou a ser acompanhada por uma visão de informalidade e familiaridade construída pelos cidadãos em relação aos líderes políticos (Thompson, 1998, p.109). A dimensão de familiaridade atravessa não só o quadro relacional entre os cidadãos e os políticos, mas também os jornalistas e os políticos ao conviverem durante muito tempo o que possibilita a criação de laços e de objetivos comuns também relacionados com a relação de confiança que estabelecem (Santos, 1997, p.53). A par da relação de confiança, a familiaridade deve implicar uma institucionalização de uma relação de troca adaptável e ajustável a cada circunstância, pois caso contrário “o jornalista e político tornam-se tão unidos que o primeiro, embora não oficialmente, torna-se dependente do segundo” (Mancini, 1993, p.37) e um mero porta-voz do mesmo.

A simplicidade em definir as relações entre os jornalistas e as fontes políticas num quadro adversativo e de troca não é apenas incorreto devido à complexidade do relacionamento entre os dois agentes. Esse procedimento deve-se às várias lacunas que os dois paradigmas possuem. Desde logo, Jay Blumler e Michael Gurevitch alertam (1995) para o facto de as posturas constantemente adversativas poderem acabar por degradar o relacionamento entre os dois agentes (p.28). As relações adversativas acabam por não fornecer um guia suficientemente abrangente de compreensão do comportamento entre os jornalistas e os políticos, enquanto se assume uma “cegueira” quanto às características essenciais desse relacionamento diário (Blumler & Gurevitch, 1995, p.28). Por outro lado, o paradigma de troca materializa as suas principais lacunas sobretudo na suposição de um quadro normativo não escrito que tendencialmente pressupõe informalismos de cariz pessoal e na incapacidade de definir o que, num quadro de troca, deve ser ou não aceite e/ou oferecido entre os dois agentes (Blumler & Gurevitch, 1995, pp. 30 – 31).

#### **1.2.4 Atitudes profissionais em relação às fontes**

Além de se reconhecer a volatilidade das relações entre os jornalistas e as fontes políticas num quadro de parceria-rivalidade, os jornalistas também reconhecem que existem diferenças significativas entre as atitudes políticas das fontes e as atitudes políticas dos cidadãos. (Belchior, 2008, p.471). Apesar de ser uma prática inconsciente,

qualquer jornalista, incluindo os que normalmente acompanham a atividade parlamentar e que agora centram-se noutras vertentes do jornalismo político à conta da dissolução parlamentar, estabelecem também diversas categorias de atitudes profissionais perante as fontes políticas. Em *O quarto equívoco: O poder dos media na sociedade contemporânea*, Mário Mesquita reconhece (2003) a existência de seis atitudes profissionais dominantes que os jornalistas assumem num contexto relacional com as fontes políticas (p.49).

Ao manter uma atitude de distância constante em relação ao poder político, o *jornalista observador* centra a sua intervenção no cumprimento dos princípios de equilíbrio e de neutralidade (Mesquita, 2004, p.49). Pelo contrário e consoante as conjunturas, um *jornalista negociador* afasta-se ou aproxima-se das fontes políticas segundo critérios que lhe permita efetuar um trabalho de obtenção de informação bem-sucedido, o que depende sempre dos processos de negociação e renegociação constantes com as fontes políticas (Serrano, 2003, p.7). Quando se analisa as atitudes profissionais de um *jornalista militante* e de *jornalismo anti-institucional*, entende-se que essas tornam-se duas atitudes totalmente opostas. Se por um lado o primeiro identificado comporta-se quase como se fosse um representante ou um porta-voz de um partido ou de uma organização, o segundo materializa uma atitude permanentemente antagónica em relação às fontes e às instituições políticas (Mesquita, 2004, p.49).

O legado político e histórico de Portugal – que abrange a instabilidade da monarquia constitucional e da 1ª República e a ditadura do Estado Novo – contribuiu para a existência de uma sociedade civil com um fraco envolvimento público (Bandeira & Tibúrcio, 2012, p.386). Ainda assim, o crescimento de movimentos associativos – estudantis, ambientais, de defesa dos direitos humanos, etc. – começam a contrariar o pressuposto de uma sociedade civil de cariz fraco. Naturalmente, essa tendência crescente impacta também as atitudes profissionais dos jornalistas e a forma como se relacionam com as fontes políticas. Neste contexto, Mário Mesquita define (2004) os conceitos de *jornalista comprometido* e de *jornalista cívico ou comunitário* (p.49). Sem estarem vinculados a qualquer entidade externa, o jornalista comprometido pactua com as causas sociais (defesa do ambiente, luta contra o racismo, etc.) e o jornalista cívico ou comunitário acaba por se empenhar na defesa dos problemas da vida cívica incluídos na agenda dos cidadãos (Mesquita, 2004, p.49).

Em linha com o pensamento que define o relacionamento entre os jornalistas e as fontes políticas enquanto adversários ou colaboradores, também não é possível eleger uma atitude profissional de entre este leque de condutas como se existisse uma melhor que outra (Mesquita, 2003, p.49). Esta realidade deve-se sobretudo ao facto de existir permanentemente uma tendência para as diferentes atitudes profissionais associarem-se numa dimensão “susceptível de ser modificada não só devido a circunstâncias concretas, à evolução da carreira, mas também devido à própria natureza do órgão de comunicação social” (Mesquita, 2004, p.49) em que os jornalistas estão incorporados.

### **1.2.5 Canais de informação e interações com as fontes**

Independentemente das atitudes profissionais que os jornalistas assumam em cada momento, estes assumem sempre uma função de metapoder, ou seja, acabam por interferir e perturbar as fontes e o poder político, no momento em que procuram estabelecer relações com os mesmos (Serrano, 2006, p.74). As notícias políticas não são invenções jornalísticas. Pelo contrário, têm como trabalho primário o de interpelar as fontes e obter novas informações acordo com práticas consensuais de construção noticiosa (Carpini & Williams, 2000, pp. 160 – 161).

Qualquer enunciado ou opinião que as personalidades políticas possam ter sobre qualquer matéria é julgado com valor informativo e publicável. Quem o diz é Rogério Santos (1997, p.55), independentemente dos canais de informação que o jornalista estabeleça com as fontes e que, segundo o próprio, dividem-se em três categorias. Em *A negociação entre jornalistas e fontes*, Rogério Santos reflete (1997) sobre a existência de canais de rotina, de iniciativa e informais (p.27). Num contexto político de funcionamento pleno da Assembleia da República, os jornalistas habituados a acompanhar noticiosamente a atividade parlamentar estabelecem relações com as fontes sobretudo a partir de canais de rotina, onde se incluem não só os debates parlamentares, mas também as conferências de imprensa e os acontecimentos oficiais. A dissolução da Assembleia da República e a campanha eleitoral que se segue leva a que os canais de rotina continuem a ser predominantes, devido aos comícios e às típicas arruadas. Ainda assim, o tratamento jornalístico dos assuntos político exige também um certo nível de iniciativa – entrevistas que surgem por vontade do jornalista, a presença perante acontecimentos espontâneos, etc. – e abrange também e momentaneamente um certo grau de informalidade – encontros

restritos com as fontes, acesso a fugas de informação, entrevistas a colegas de profissão, etc. (Santos, 1997, p27).

Todos os canais de informação estabelecidos com as fontes pressupõem a existência permanente de formas de interação conceptualizadas em *A mídia e a modernidade: Uma teoria social dos media*, por John Thompson (1998). A partir das muitas variáveis que surgem e não excluindo a dimensão digital da sociedade atual, os canais de rotina, de iniciativa e os informais relacionam-se em diferentes momentos com as interações cara-a-cara, quase-interações mediadas e mediadas. Primeiramente, a interação cara-a-cara pressupõe que os dois elementos da relação, neste caso os jornalistas e as fontes políticas, partilhem o mesmo espaço, o mesmo tempo e a mesma vontade dialogante como recetores e emissores de mensagens orais que constantemente trocam de papeis (Thompson, 1998, p.78). Tanto a interação cara-a-cara, como a quase interação mediada pressupõem que as mensagens orais sejam acompanhadas pela percepção de gestos, mudanças de entoação de voz, etc.

Todavia, a quase-interação mediada distingue-se por ser uma forma de interação monológica (Thompson, 1998, p.80). “O fluxo de comunicação é predominantemente de sentido único produzido para um número indefinido de recetores potenciais que não possam responder” (Thompson, 1998, p.80) nesse exato momento. Posteriormente, surge ainda uma última categoria. Nomeadamente, a interação mediada assente em comunicações realizadas à distância de uma videoconferência, de um telefonema ou até de uma carta. (Thompson, 1998, p.80). A relevância da imagem no desenvolvimento do trabalho jornalístico televisivo tende a favorecer a interação cara-a-cara e a quase-interações mediadas em detrimento da interação mediada.

### **1.3 Jornalismo político: dever e efeitos dos condicionalismos**

Ao longo do século XX, os órgãos de comunicação social europeus eram geralmente reconhecidos, em termos de qualidade, prestígio e seriedade, a partir do tratamento jornalístico que fizessem dos assuntos políticos (Negrine, 1999, p.329). Neste contexto, o jornalismo tornou-se num importante instrumento de orientação das democracias e de defesa dos cidadãos (Serrano, 2006, p.64). Desde os seus primórdios, o jornalismo político deve associar-se à capacidade de o próprio oferecer clareza e precisão

informativas para que os cidadãos consigam compreender o meio político que os rodeia (Viner, 2017). Esta é a postura necessária para que os cidadãos recorram ao jornalismo em momentos específicos de vontade de envolvimento com os assuntos políticos (Carpini & Williams, 2000, p.155). A partir disto, os cidadãos passam a sentir que os jornalistas fazem o mais confiável possível dos trabalhos enquanto forças cada vez mais autónomas da política (Schudson, 2002, p.250).

A confiança com os cidadãos é um dos alicerces do jornalismo político, pois é ao jornalista que cabe “fazer as perguntas que ninguém faz e desafiar os poderosos” (Viner, 2017), mesmo existindo uma dependência em matéria de obtenção de conteúdo com interesse jornalístico. Focada no trabalho dos jornalistas parlamentares, a investigação de Carla Baptista que culminou em 2017 com a escrita do artigo *Género e Jornalismo parlamentar em Portugal* veio confirmar que os jornalistas não devem sentir receio no exercício das suas funções, pois são raras as exceções em que existe condicionalismos políticos no exercício jornalístico em Portugal (p.155). No contexto democrático português, os jornalistas estão promovidos de uma dimensão de decisão própria no tratamento dos assuntos e dos ângulos que querem dar aos seus trabalhos jornalísticas (Mesquita, 2004, p.48).

Neste sentido, os condicionalismos de um jornalismo político assente na clareza, na precisão e na confiança advêm de outros quadrantes relacionados, em parte, com o “surgimento de múltiplos pontos de acesso – de informação – e do surgimento de ciclos noticiosos mais contínuos” (Carpini & Williams, 2000, p.173). Apesar de estas realidades terem também permitido que o jornalismo político se tornasse porta-voz da sociedade civil desafiando os políticos e tornando-os responsáveis perante os cidadãos (Schudson, 2002, p.250), a multiplicidade de acontecimentos e a diversidade temática acabam também por criar indiscutivelmente pressões jornalísticas relacionadas com as horas de fecho ou de emissão (Baptista, 2017, p.152).

A gestão pragmática do tempo que é exigida pelas redações aos jornalistas (Baptista, 2017, 152) acaba por tornar ainda mais difícil a manutenção de um foco que se quer na divulgação de histórias noticiosas que sejam mais do que meros relatos dos acontecimentos políticos (Negrine, 1999, p.348). Apesar de o jornalismo político não poder se afastar de uma prática de construção da realidade que segue a liderança das personalidades com responsabilidades políticas (Schudson, 2002, p.255), este deve

também procurar assumir uma postura que vá ao encontro de histórias, conhecimentos, ligações e de áreas invisíveis, diferentes e negligenciados (Viner, 2017). Embora continue a existir o cuidado com o cumprimento de princípios básicos como o equilíbrio, o pluralismo e a imparcialidade, a lógica do imediatismo centrada “nas questões que dizem respeito ao exercício formal do poder e da atividade política institucionalizada” (Correia, 2010, p.147) toma hoje conta de um jornalismo que explora também o lado espetacular dos acontecimentos enquanto jogos políticos (Trindade, 2015, p.34).

### **1.3.1 O imediatismo no jornalismo político**

Os governos e os partidos políticos são as principais fontes de informações políticas e qualquer jornalista os reconhece enquanto tais. As últimas décadas têm provado que a formulação padrão de uma notícia assenta no que os políticos dizem, na definição sobre para quem o dizem (Patterson, 1996, p.101) e numa corrida contra o fator tempo que condiciona todo o processo de produção das notícias. (Traquina, 2020, p.27). Em *Teorias do Jornalismo – A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional*, Nelson Traquina (2020) reconhece que o valor do imediatismo associado ao espaço temporal entre o acontecimento e o momento em que a notícia referente é transmitida acaba por se tornar incontestável (p.28). “Notícias frias são notícias velhas”, que deixaram de ser notícia (Traquina, 2020, p.28). Apesar de tornar mais rápido o tratamento noticioso, esta prática jornalística relaciona-se sobretudo com uma lei do menor esforço (Schudson, 2002, p.255). O jornalismo declaratório alicerçado na prática de construção de notícias baseada em declarações que apenas deveriam assumir o papel inicial desse processo acaba por não imprimir uma prática constante de verificação e de reflexão (Chagas & Cruz, 2022, p.109 – 110). Carregadas de vícios, ideologias, imprecisões e preconceitos, as declarações são tomadas como factos e vinculadas noticiosamente (Chagas & Cruz, 2022, p.110).

Em *Os Veículos da Mensagem Política: Estudo de uma campanha eleitoral nos Media*, Susana Salgado explica (2007) que os órgãos de comunicação social, nomeadamente a televisão, “imprimiram um ritmo mais rápido à atualidade política. Os tempos de reação diminuíram” (p.31) e passou-se a privilegiar a lógica do imediato, da ação, da reação e das explicações simples (Salgado, 2007, p.31). Por outras palavras, assistiu-se à promoção da instantaneidade que juntamente com a facilidade de acesso

contribuíram para a materialização dos sentimentos de intimidade e de informalidade (Salgado, 2005, p.86) dos cidadãos para com os líderes políticos.

Uma prática jornalística menos atenta ao conteúdo e mais atenta aos seus efeitos (Street, 2005, p.19) realça o contacto com as fontes políticas numa dimensão superficial. A maioria do conteúdo informativo surge de declarações das fontes políticas sobre assuntos discutidos previamente por outras fontes ou pelos órgãos de comunicação social (Sá, 1994, p.383). Num contexto em que os órgãos de comunicação social também favorecem o recurso a imagens vulgares que parecem todas iguais (Negrine, 1999, pp. 348 & 350), os cidadãos podem até decidir afastar-se do jornalismo político. Ao assumirem essa postura, deixam também de incentivar os jornalistas a assumirem “uma função de verificação, garantindo que os representantes políticos cumpram os juramentos de mandatos e os desejos dos que os elegeram” (Aalberg & Curran, 2012, p.3).

A prática do imediatismo e da promoção de reações e de explicações simples acabam por penalizar o conhecimento político dos cidadãos (Trindade, 2015, p.36). “Antes que alguém tenha a oportunidade de pensar no que foi dito, já passou e foi esquecido” (Trindade, 2015, p.36). O jornalismo declaratório que até propicia o pluralismo ao contribuir para o confronto de opiniões de adversários (Patterson, 1996, p.103) torna-se incapaz de apresentar atentamente os pormenores das informações políticas (Trindade, 2015, p.36).

### **1.3.2 A espetacularização e a personalização do “jogo político”**

Ao ser constantemente redefinida ou reinterpretada pelos órgãos de comunicação social, a política é cada vez mais apresentada a partir do fenómeno da espetacularização (Street, 2005, p.27). A lógica do tratamento informativo, sobretudo o televisivo, tem privilegiado a materialização da imagem enquanto linguagem teatral, além de recorrer a frases curtas no sentido de se explorar emoções (Salgado, 2007, p.31). A espetacularidade, a teatralidade e a dramatização presentes na cobertura jornalística de determinados acontecimentos são os fatores que os fazem chegar aos noticiários televisivos (Negrine, 1999, p.342) em detrimento da razão (Trindade, 2015, p.34). Além da espetacularização, a cobertura jornalística dos assuntos políticos favorece simultaneamente o conceito de personalização, uma vez que os partidos são dirigidos por personalidade que muitas vezes

acabam por os personificar (Salgado, 2007, p.29). A postura jornalística que fomenta o recurso à personalização e à espetacularização no tratamento noticioso da política condiciona o conhecimento, a compreensão e a contextualização dos problemas políticos, dos fenómenos estruturais e das relações de poder (Salgado, 2007, p.30).

Esta realidade não “se coaduna com o desenvolvimento de uma reflexão sobre a política” (Salgado, 2007, p.35). Ao se promover uma cobertura jornalística dramatizada com destaque para os indivíduos, a política torna-se apenas um resumo de lutas de personalidades (Salgado, 2007, p.29) pelo poder e não sobre a aplicação desse poder (Serrano, 2003, p.4). Em *O quarto equívoco: O poder dos media na sociedade contemporânea*, Mário Mesquita acompanha (2004) essa visão de que a postura do jornalismo em reduzir a política a uma dimensão de um jogo negligencia a discussão de questões de fundo. Os cidadãos esperam respostas sobre como serão afetados pelas decisões políticas e não sobre as lutas individuais ou coletivas entre as personalidades que regem o meio político (p.65). Por outras palavras, essa preocupação é o que “está no centro do que as pessoas querem do serviço de notícias” (Fenton, 2010, p.49) e não, como descreve Eric Louw (2005, p.69), naquilo que se encerra como uma espécie de competição desportiva com vencedores e vencidos.

Toril Aalberg, Jesper Stromback e Claes H. Vreese explicam (2011) que a escolha editorial de discutir quem ganha ou perde politicamente é uma estratégia ligada à necessidade de facilitar o trabalho dos jornalistas no tratamento dos assuntos políticos. É uma forma de os mesmos conseguirem controlar as notícias utilizando menos recursos (pp.162 & 164). No entanto, estas opções editoriais aliadas à espetacularização, à prevalência do imediatismo e do humor em detrimento da reflexão e da profundidade de pensamento (Sá, 1994, p.381) têm consequências mais profundas do que apenas reduzir o envolvimento político dos cidadãos politicamente informados (Aalberg, Stromback, Vreese, 2011, p.165). O que daqui sobressai é um cenário de crise da democracia em que existe uma geral despreocupação editorial que não é pautada, necessariamente, pelo interesse público (Patterson, 1996, p.103).

### **1.3.3 Pluralismo, equilíbrio e socialização da informação**

Apesar de o jornalismo político estar sujeito a uma bolha mediática, dramatizada e associada a uma dimensão de um jogo, o mesmo deve assumir uma postura obsessiva

para com o equilíbrio. Uma declaração “cuidadosamente argumentada deve ser seguida pela arrogância infundada do seu oponente formal” (Tolson, 2018, p.113). Nos períodos de normal funcionamento da Assembleia da República, os jornalistas devem atender à proporcionalidade da representação parlamentar no tratamento jornalístico das matérias parlamentares. Esta obsessão com o pluralismo e com o equilíbrio deve ser mantida, naturalmente, em momentos de dissolução. Os pontos de vista dos diferentes partidos devem ser apresentados de forma plural e proporcional, sob pena de os jornalistas serem acusados de não guiarem o seu trabalho segundo critérios de bom senso, de pluralismo e equilíbrio (Baptista, 2017, p.146). “Os factos são sagrados e os adversários e amigos têm o direito em serem ouvidos” (Viner, 2017).

Analisado por Paolo Mancini (2003) em *Between Trust and Suspicion: How Political Journalists Solve the Dilemma*, o processo de “socialização de informação” (p.45) tem dado contributos para a manutenção desses critérios no jornalismo político. Os diálogos exclusivos entre um jornalista e uma fonte político implicam necessariamente que os demais jornalistas procurem, posteriormente, ter acesso a essas informações proferidas (Mancini, 1993, p.45). Após serem tornadas públicas pelos inúmeros órgãos de comunicação social, estas informações acabam por suscitar reações de personalidades políticas com argumentos opostos. Esta é uma condição indispensável à existência de pluralismo e de equilíbrio editorial.

O processo de socialização de informação pressupõe também outras práticas jornalísticas relacionadas com a “definição e compreensão exatas do significado das palavras do entrevistado relativas a um acontecimento político referido (Mancini, 1993, p.45). Ao acompanharem os fenómenos políticos, os jornalistas conseguem verificar e interpretar a informação, esclarecendo ambiguidades entre os seus pares, e estar na posse de informações indispensáveis para questionar outras fontes políticas sobre os mesmos assuntos. De acordo com Paolo Mancini (1993), esse trabalho coletivo “proporciona uma oportunidade para preencher lacunas na própria informação” (p.45) e garantir o cumprimento do pluralismo e do equilíbrio editorial.

# CAPÍTULO II

## Estágio Curricular na TVI e CNN Portugal

*“Para ser grande, sê inteiro: nada teu exagera ou exclui.  
Sê todo em cada coisa. Põe quanto és no mínimo que fazes.  
Assim, em cada lago a lua toda brilha, porque alta vive.”*

Ricardo Reis

### 2.1 Do canal Quatro à TVI: 31 anos da estação televisiva

Em 1990, a vontade política do governo de Aníbal Cavaco Silva permitiu a abertura da atividade televisiva à iniciativa privada através do licenciamento de dois novos canais de âmbito nacional (Silva, 1990). O concurso público para este licenciamento levou a que a SIC e a TVI ganhassem as licenças de operação. A abertura do concurso público admitia a possibilidade preferencial de conceder à Igreja Católica a emissão de um canal a licenciar. Nessa altura, o antigo primeiro-ministro defendia que essa preferência se devia ao “reconhecimento do papel histórico e culturalmente relevante que a Igreja Católica exercia na sociedade portuguesa” (Silva, 1990). A “Quatro”, como era tradicionalmente conhecida nos primeiros anos de existência, foi fundada por um grupo de 46 acionistas. As instituições da Igreja Católica tinham uma grande parte do capital da estação: “Rádio Renascença, com 20%, Misericórdias, com 15%; Companhia de Jesus, com 1%” (Gomes, 2012, p.87).

“Hoje, 20 de Fevereiro de 1993, nasce a Televisão Independente”. Pela voz de Clara de Sousa, nascia a segunda televisão privada em Portugal. Quando nasceu, a TVI assumiu-se como “uma televisão de valores, com uma clara orientação de personalismo humanista e cristão” (Lopes, 2012, p.18), mas a sobrevivência da estação nos primeiros tempos foi um enorme desafio. Os primeiros anos de existência foram marcados pelas dificuldades da estação se impor ao nível das audiências e das receitas publicitárias. Deste modo, surgiu a necessidade de reformular a estação. A 26 de maio de 1996, a “Quatro” “vê aprovada pela Alta Autoridade para a Comunicação Social um pedido de alteração do

seu projeto inicial” (Lopes, 2012, p.20). A Igreja Católica afastou-se da administração da estação. Ao longo dos anos, a estrutura acionista da estação foi contando com a participação de diferentes grupos económicos. Entre 1996 e 1997, os grupos Cisneros, Sonae e Lusomundo foram os grupos dominantes do capital da TVI. Nesse último ano, o grupo Media Capital de Miguel Paes do Amaral acaba por conseguir adquirir “o controlo de praticamente todo o capital da TVI” (Lopes, 2012, p.21).

“Em 1995, o sucesso da estação de Carnaxide (a SIC) parecia inabalável.” (Lopes, 2012, p.18). Para contrariar a tendência, a administração assegurou a contratação de José Eduardo Moniz, em 1997. O antigo diretor-geral da RTP assumiu as mesmas funções na TVI. Esta chegada à estação significou a promoção de mudanças progressivas e significativas na programação da TVI. Essas mudanças fizeram-se sentir a vários níveis, desde os grafismos, às cores, ao logotipo, aos cenários e até aos programas de entretenimento e de informação (Lopes, 2012, p.21). “A compra dos direitos de exibição do reality-show Big Brother constituiu o momento simbólico de uma estratégia empresarial que implicou também uma aposta simultânea na ficção nacional” (Gomes, 2012, p. 87).

A informação também atravessou profundas mudanças editoriais durante esta fase, nomeadamente com nascimento do Jornal Nacional, em 2000. Em vez das temáticas internacionais, da política, das fontes oficiais e da racionalidade passou-se a valorizar os assuntos nacionais, a vida quotidiana e o registo emocional (Lopes, 2012, p.21). “Em cinco anos, a TVI, o canal que se manteve durante anos numa aparente letargia começou a bater-se pela liderança” (Lopes, 2012, p.18). Em 2001, a estação de Queluz de Baixo assume a liderança do horário nobre, graças à consolidação da ficção nacional e do entretenimento. Atualmente, a TVI possui dois Emmy’s Internacionais na categoria de Melhor Telenovela, graças à vitória das produções Meu Amor (2010) e Ouro Verde (2018).

A TVI é conhecida por ser uma estação de televisão assente numa programação dinâmica e diversificada. Em 2006, essa estratégia leva-a até à liderança das audiências. A TVI tornou-se a estação de televisão mais vista em Portugal. Nesse mesmo ano, a Media Capital é adquirida pelo grupo espanhol Prisa que ofereceu 640 milhões de euros por 96% das ações da Media Capital (Gomes, 2012, p.87). A viragem para a segunda década do século XXI também revelou ser um período decisivo para a estação. Em 2009, Manuela Moura Guedes vê cancelado o Jornal Nacional de sexta-feira devido a alegadas pressões

governativas do primeiro-ministro, José Sócrates. Com a necessidade de se reinventar após esse episódio que levou a uma perda substancial de audiências dos blocos informativos, a redação da TVI recebeu dois reforços vindos da RTP. Em 2011, José Alberto Carvalho e Judite Sousa assumiram as funções de diretor e diretora-adjunta de informação da TVI. A informação da estação atravessou um período de reformulação. A mudança mais visível foi a alteração do nome do principal bloco informativo da estação. O Jornal Nacional deu lugar ao Jornal das 8 que se manteve no ar entre 2011 e 2023.

A 20 de fevereiro de 2017, a TVI muda radicalmente a sua imagem gráfica e o seu histórico logotipo. O famoso “i” dá lugar a um logotipo mais simples, onde apenas é inserida a palavra “tvi”. Em janeiro de 2019, a estação de Queluz de Baixo celebrou 150 meses consecutivos na liderança das audiências em Portugal. Ainda assim, a liderança não durou muito, uma vez que esse foi o último mês em que a TVI foi a estação mais vista em Portugal. Foi o fim de 12 anos consecutivos na liderança das audiências. A política de desinvestimento da estrutura acionista da empresa foi determinante para esse desfecho. A perda da liderança das audiências era prospetivada desde o fim de 2018, nomeadamente com a transferência de Cristina Ferreira para a SIC.

Em 2020, o grupo espanhol Prisa deixou de ser o principal acionista da Media Capital. O grupo espanhol ainda negociou e anunciou um negócio de venda da Media Capital ao grupo Cofina, atualmente grupo MediaLivre. No entanto, a instabilidade financeira relacionada com a pandemia COVID-19 levou ao cancelamento da operação de compra da Media Capital por parte desse grupo de comunicação social. Ainda assim, a venda acabou mesmo por acontecer. A venda da posição da Prisa na Media Capital foi vendida a um conjunto de investidores portugueses. O principal acionista tornou-se a empresa Pluris Investments de Mário Ferreira. Atualmente, é o Presidente do Conselho de Administração do Grupo Media Capital.

Os novos acionistas assumiram como grande propósito do investimento recolocar a TVI na liderança das audiências em Portugal. Para tal, assumiram uma estratégia assente na vontade de trazer os rostos e os programas de grande sucesso do passado recente da estação. Nesse ano, a TVI faz regressar o reality-show Big Brother, a grande alavanca do sucesso da estação na viragem do século XX para o século XXI. O ano de 2020 marca ainda o regresso de Cristina Ferreira como diretora de entretenimento e ficção da TVI. Em 2022, a direção passou também a ser constituída por Nuno Santos, o atual diretor de

informação da TVI e da CNN Portugal, e por José Eduardo Moniz. Ao fim de 13 anos, este último mencionado voltava a assumir o cargo de diretor-geral.

Entre 2021 e 2023, a grelha de programação da TVI voltou a atravessar profundas alterações com o intuito de recolocar a estação na liderança das audiências. Os programas diários de entretenimento *Você na TV* de Manuel Luís Goucha e *A Tarde é Sua* de Fátima Lopes deram lugar ao *Dois às 10* de Cláudio Ramos e Cristina Ferreira e a *Goucha* de Manuel Luís Goucha. Na ficção, a estreia de *Festa é Festa* recolocou a TVI na liderança das audiências ao nível da ficção nacional. Na informação, o 30º aniversário da TVI ficou marcado pelos regressos do *Jornal Nacional* e do *TVI Jornal*, ao fim de 12 anos e 20 anos respetivamente. O objetivo de todas estas apostas passou por tentar recolocar a estação na liderança das audiências como acontecia até 2018. Em fevereiro de 2024, esse objetivo foi alcançado. Ao fim de 5 anos, a TVI voltou a ser a estação generalista mais vista de Portugal.

A TVI é o principal ativo do grupo Media Capital. No entanto, o universo deste grupo de comunicação social não se esgota nesta estação de televisão generalista. A par da TVI, o grupo possui ainda a Plural Entertainment, uma das maiores produtoras televisivas da Península Ibérica. As plataformas digitais com maior destaque da Media Capital são o *MaisFutebol*, a *Selfie* e a *TVI Player*. Em termos de canais por cabo, a Media Capital possui ainda a *TVI Internacional*, o *TVI Reality* e o *V+TVI*. Entre 2009 e 2021, a TVI possuiu um canal de cabo de cariz informativo, a *TVI24*, que teve sempre muitas dificuldades em se impor ao nível das audiências entre os canais do mesmo segmento.

### **2.1.1. Da TVI24 à CNN Portugal**

“26 de fevereiro de 2009. Hoje, as notícias começam aqui. A TVI 24 nasceu há segundos.” Pela voz de Henrique Garcia nascia a TVI24 com o objetivo de ser um canal de informação 24 horas por dia e 365 dias por ano. Um canal independente, isento, inconformista, irreverente e com a intenção de percorrer o mundo e o país. Na posição número 7 do cabo, a TVI24 nasceu numa conjuntura complexa. A SIC e a RTP tinham já lançado a *SIC Notícias* e a *RTPN* (mais tarde *RTP Informação* e *RTP3*) em 2001 e em 2004. A *SIC Notícias* era a líder de audiências entre os canais desse segmento televisivo.

Entre 2011 e 2012, a chegada de José Alberto Carvalho à chefia da informação da TVI e da TVI24 proporcionou uma forte reestruturação do canal de informação. Terminou com diversos programas e criou tantos outros. As opções editoriais centraram-se nos formatos de análise política, económica, social e cultural (*Cinebox*) com comentadores residentes nos formatos desportivos (*MaisFutebol*, *Prolongamento*, etc.) e nos formatos em que os telespetadores podiam dar a sua opinião sobre a atualidade nacional (*Discurso Direito*). Apesar de ser muitas vezes o canal de cabo mais visto em horário nobre, a TVI24 nunca conseguiu ultrapassar a SIC Notícias na liderança das audiências dos canais de informação.

Em 2020, a nova estrutura acionista da Media Capital tomou uma decisão histórica não só para a informação do grupo, mas também para o mercado nacional dos canais de informação por cabo. A 24 de maio de 2021, a Media Capital anunciou um memorando de entendimento com a Turner Broadcasting System Europe que previa a criação da CNN Portugal. As negociações concretizaram-se rapidamente, graças à sintonia de vontades entre os dois intervenientes. Em comunicado, a Media Capital justificou a decisão de lançar a CNN Portugal com a identificação de valores como o rigor e a independência, características reconhecidas a uma das mais fortes marcas de informação do mundo, a CNN. Ao fim de 6 meses, nasceu este novo projeto de informação. Sob a liderança de Nuno Santos, o novo canal de informação substituiu a TVI24 a 22 de novembro de 2021. A abertura das emissões ficou a cargo de Judite Sousa e desde o primeiro dia de emissões, a CNN Portugal assume-se como líder de audiências entre os canais de informação, posição que se mantém.

### **2.1.2 A organização da redação de informação**

A atual direção de informação da TVI e da CNN Portugal entrou em funções em fevereiro de 2022 e é liderada por Nuno Santos. A equipa é ainda composta por Frederico Roque de Pinho, diretor-executivo de televisão, e por Pedro Santos Guerreiro, diretor-executivo do digital. A direção de informação é ainda composta por três subdiretores. Raquel Matos Cruz é a subdiretora de conteúdos e planeamento. Paula Oliveira é a subdiretora operacional e de convergência. Joaquim Sousa Martins é o subdiretor de eventos especiais, meios e comunicação interna. Enquanto canal de informação 24 horas, a CNN Portugal possui ainda editores-gerais e editores-executivos, responsáveis pela

verificação dos conteúdos jornalísticos e pela gestão de convidados e entrevistados. Atualmente, existem três editores-gerais dos dias úteis. O João Pedro Rodrigues, a Rita Severino e a Paula Costa Simões são os editores-gerais da manhã, da tarde e da noite, respetivamente. Ao fim de semana, a editora-geral é a Joana Miranda.

Todos os programas de informação da TVI e CNN Portugal têm um coordenador que é responsável pela gestão dos alinhamentos e pela organização com que os conteúdos jornalísticos surgem na emissão. No caso dos noticiários da TVI, a gestão de conteúdos está sobretudo assente na criação de notícias com reações distribuídas por temáticas e pelas editorias respetivas. No caso dos noticiários da CNN Portugal, existe uma dimensão de continuidade muito evidente. Os conteúdos jornalísticos transmitidos num determinado programa fazem parte do alinhamento do seguinte, caso se mantenha a relevância jornalística.

Os jornalistas da TVI e CNN Portugal estão organizados em equipas de trabalho, quer seja por editorias ou por projetos específicos como o “Exclusivo”. Todas as editorias têm um responsável. Os editores são a Carla Moita (Política), o Vasco Rosendo (Economia), o Henrique Machado e o Pedro Pinheiro (Sociedade), o Rui Loura (Desporto), o Hugo Capela e o Hugo Beleza (Internacional) e a Sandra Felgueiras (Exclusivo). Os editores e os subeditores são responsáveis pela gestão do trabalho jornalístico, quer sejam as saídas em reportagem ou a produção de conteúdo informativo. Além das editorias, vários jornalistas trabalham no Desk CNN que responde diretamente aos editores-gerais do canal de informação. Em condições normais, dedicam-se à produção dos conteúdos que podem entrar mais rápido no ar – OFF’s e vivos – e tratam de qualquer temática noticiosa, quer seja política, internacional, sociedade, etc. A oportunidade destes jornalistas saírem em reportagem ou de criarem notícias com reações é pouco comum.

As plataformas de trabalho dos jornalistas são o INEWS e o RIO. Em primeiro lugar, o INEWS é a plataforma onde estão os alinhamentos dos programas de informação de ambos os canais. É nesta plataforma que os jornalistas escrevem as notícias com reações, os OFF’s ou os textos pivôs dos vivos. É nesta plataforma que os jornalistas também descarregam o conteúdo audiovisual produzido – notícias com reações, imagens que pintam os OFF’s ou os vivos. Esse conteúdo audiovisual é produzido no RIO. A maioria dos jornalistas faz apenas a estruturação escrita e elege os vivos que compõem as notícias com reações. O trabalho dos editores de imagem é determinante para as notícias

ficarem totalmente finalizadas. A maioria das notícias simples ou com reações é transmitida, em 1º lugar, na TVI e só depois nos noticiários da CNN Portugal.

A redação da TVI e CNN Portugal divide-se em dois pisos. A maioria das editorias trabalham no 1.º piso, assim como os gabinetes da direção e a equipa da agenda que é responsável pela triagem da informação proveniente de assessorias de imprensa, cidadãos, etc. No rés-do-chão localizam-se os estúdios de ambos os canais, o espaço de trabalho dos editores-gerais, editores-executivos, coordenadores e pivôs. No rés-do-chão localizam-se o espaço de trabalho dos jornalistas da editoria de Internacional, do Desk CNN e do Digital. O local de trabalho das equipas da produção, do grafismo, da legendagem, de edição de imagem, da mediateca – arquivo – também se localiza no rés-do-chão.

## **2.2 Diário de estágio**

“Tens um talento fora do normal para quem começou agora. Estás a dar pequenos passos que te levarão a bom porto.” Foi o balanço que me foi dado no último dia de estágio curricular na editoria de política da TVI e CNN Portugal, a 5 de abril de 2024. Apesar de já ter no currículo a experiência de estagiar na imprensa escrita, o desafio de estagiar em televisão tornou-se numa oportunidade única de aprendizagens. A minha experiência de estágio em televisão confirmou o ritmo intenso de produção noticiosa para dois canais televisivos. Um estagiário acaba por ficado mergulhado no ambiente frenético da redação, mas pode adotar por uma de duas posturas: decidir fazer o mínimo que lhe é pedido ou mostrar interesse e empenho perante os desafios propostos. Optei pela segunda postura, optei por assumir uma observação-participante e proativa. Em três meses, procurei extrair o maior conhecimento possível da relação com os jornalistas, com os editores e com repórteres de imagem. O estágio é aquilo que conseguirmos retirar dele, pelo que procurei sempre demonstrar as minhas capacidades. Quis mostrar que era uma mais-valia na equipa, que me deu acompanhamento constante. Os três meses de estágio curricular foram o tempo ideal e coincidiu com um período político marcado por sucessivos acontecimentos que me trouxeram desafios como a adaptação, execução e confiança.

## **2.2.1 Do Fim da XV legislatura à crise política na Madeira e às eleições nos Açores – 8 de janeiro a 5 de fevereiro**

Os novos começos trazem sempre alguma ansiedade que não faltou no 1.º dia de estágio curricular. O despertador passou a tocar invariavelmente às 8 horas da manhã. O estágio curricular foi marcado por uma estabilidade horária quase permanente. Estava na redação entre as 10 horas e as 18 horas dos dias úteis. No primeiro dia tudo foi novidade. Visitei os estúdios de informação, as régies, o arquivo, o departamento de guarda-roupa, entre outros. Além da visita guiada, os primeiros dias do estágio foram dedicadas à aprendizagem sobre o funcionamento das plataformas utilizadas na redação. O foco do estágio era analisar o período de dissolução do Parlamento, o que aconteceu uma semana depois do início do estágio.

A dissolução da Assembleia da República foi decretada a 15 de janeiro de 2024. Depois de revelar o meu interesse pelo jornalismo parlamentar na redação e às editoras, tive a oportunidade de acompanhar as repórteres Graça Picão e Sandra Antunes nas idas ao Parlamento. O gosto pelo jornalismo parlamentar foi algo que surpreendeu as jornalistas e a subeditora Beatriz Jalón. Além de acompanhar os debates no hemiciclo e da visita guiada à Assembleia da República, as repórteres deram-me a conhecer uma das mais importantes dimensões da vida parlamentar. Os temas dos debates parlamentares são propostos – e posteriormente agendados – pelos partidos com representação parlamentar com o intuito de levar os pares opositores a tomarem posição sobre esse mesmo tema. O repórter deve fazer sempre uma leitura política dos acontecimentos. Com as eleições legislativas no horizonte, era já notório que se tinha instalado um ambiente de campanha eleitoral no Parlamento. Durante os debates parlamentares, não me limitei a adotar uma postura passiva. Tirei muitas notas e troquei ideias com as repórteres. A lógica de um debate parlamentar obriga os repórteres a terem a máxima atenção às primeiras intervenções dos grupos parlamentares, porque normalmente são protagonizadas pelos líderes dos partidos, se tiverem mandato no Parlamento, ou pelos respetivos líderes parlamentares.

Enquanto estagiário, só acompanhei jornalistas em reportagem na primeira semana. Saí pela primeira vez em reportagem sozinho para fazer a cobertura de uma conferência de imprensa do Bloco de Esquerda, a 12 de janeiro de 2024. Apesar do nervosismo, coloquei duas questões à coordenadora do Bloco de Esquerda, Mariana

Mortágua. As saídas em reportagem foram determinantes no meu processo evolutivo, sobretudo pelo contacto com os repórteres de imagem. Se o jornalista é responsável pelo tratamento noticioso do acontecimento, ao repórter de imagem cabe o tratamento da imagem. O jornalista e o repórter de imagem são uma equipa. Ouvi muitos conselhos, palavras de incentivo e ensinamentos por parte dos repórteres de imagem e dos próprios jornalistas ao chegar à redação. A partir daí, as saídas em reportagem tornaram-se quase constantes.

Além das reportagens, o meu trabalho na redação era essencialmente escrever e pintar OFF's e cortar vivos para a emissão da TVI e da CNN Portugal. Durante o estágio curricular na editoria de política da TVI e da CNN Portugal, fiz diversos OFF's sobre conteúdo político e cortei vários vivos sobre declarações de personalidades com responsabilidades políticas e governativas. A rapidez quanto à execução dessas tarefas foi elogiada em diversas ocasiões. Tal como, a minha postura de propor a criação de OFF's relevantes do ponto de vista jornalístico e de cortar vivos sem que ninguém solicitasse.

O processo de conquista de confiança foi gradual. A equipa foi sempre muito cuidadosa ao verificar aquilo que eu fazia na fase inicial do estágio curricular e explicavam-me o que tinha de fazer para melhorar. Todos os elementos da editoria de política foram ótimos professores. Em três meses, existiu sempre um ambiente de harmonia e entreajuda. Sempre considerei que o meu estágio curricular também servia para ajudar os jornalistas, no sentido de não se preocuparem com os trabalhos mais simples. Na terceira semana de estágio comecei a treinar a criação de notícias com reações. Mostrei sempre o que produzia. Ouvia os conselhos e tentava retê-los ao máximo. “A simplicidade é a regra máxima”, aconselhou-me a jornalista Sandra Antunes. O jornalismo televisivo exige rigor e contextualização, mas também simplicidade na linguagem. Esta dimensão não se compadece com a escrita académica, porque o objetivo é sempre que os espectadores compreendam a informação.

O dia 24 de janeiro de 2024 foi uma importante data no meu estágio curricular. O dia ficou marcado pelo segundo grande acontecimento político que marcou os meus 3 meses de estágio. O presidente do Governo Regional da Madeira, Miguel Albuquerque, estava a ser alvo de buscas domiciliárias e não domiciliárias por suspeitas de corrupção e outros crimes. O tema absorveu os restantes dias em termos de cobertura noticiosa e foi o foco das questões a colocar às personalidades políticas. Em trabalhos de reportagem, questioneei os líderes da Iniciativa Liberal e do Bloco de Esquerda sobre o que estava a

acontecer na Madeira. Miguel Albuquerque demitiu-se a 26 de janeiro de 2024. A minha proatividade foi essencial na cobertura deste acontecimento, quer fosse no trabalho de contextualização da realidade política regional ou na criação de OFF's e vivos relacionados com as reações regionais e nacionais sobre a crise política na Região. O momento político na Madeira foi marcado por avanços e recuos, por vezes até confusos para um madeirense.

Este acontecimento político marcou também o meu percurso profissional por outro motivo. Nesse dia, escolhi o meu nome profissional, João Pedro Olim, sugestão da editora Carla Moita, que o considerava mais diferenciador quando comparado com o apelido Santos.

As eleições regionais dos Açores aconteceram a 4 de fevereiro de 2024. Não perdi a primeira noite eleitoral do meu estágio curricular. Lembro-me de estar muito expectante. Perto das 20 horas, os jornalistas de política reuniram-se à frente da televisão para conhecer a sondagem à boca das urnas. Após conhecermos as projeções, desloquei-me à sede do PCP onde acompanhei a chegada dos resultados oficiais. Existia a dúvida se os comunistas conseguiram eleger um deputado. A ansiedade sentiu-se na sede, apesar de não estarem muitas pessoas presentes. O PCP não elegeu e reagiu ao resultado o secretário-geral, Paulo Raimundo. Respondeu às perguntas, incluindo as que coloquei. Na chegada à redação, ajudei os jornalistas a cortar vivos para a emissão da CNN Portugal. Saí das instalações depois da 01h da manhã e saí naturalmente muito satisfeito pela primeira noite eleitoral em televisão.

O dia seguinte foi dia de rescaldo eleitoral. As atenções estavam, naturalmente, centradas no desfecho eleitoral nos Açores, mas também nos últimos desenvolvimentos da crise política na Madeira. Nesse dia, fiz um OFF e um vivo para o TVI Jornal. No entanto, não foi isso que me causou um certo nível de surpresa e ansiedade. Durante a tarde, a subeditora de política deu-me a oportunidade de fazer a minha primeira notícia com reações para o Jornal Nacional. “Sem medo. Confia. Tratas da estrutura e eu depois supervisiono”. A ansiedade deu lugar à responsabilidade. O acompanhamento foi extraordinário. Por ser estagiário não foi possível dar voz à notícia, mas gravei como exercício. A primeira notícia com reações antes de terminar o primeiro mês de estágio foi uma alegre surpresa e um grande voto de confiança.

## 2.2.2 Da pré-campanha à campanha das eleições legislativas de 2024 – 6

de fevereiro a 9 de março

O foco noticioso na realidade políticas das regiões autónomas não impediu que os jornalistas começassem a olhar para o próximo ato eleitoral. A dissolução da Assembleia da República simbolizou a proximidade da realização das eleições legislativas. Na pré-campanha eleitoral, tive várias oportunidades de sair em reportagem e acompanhar iniciativas de vários partidos, nomeadamente do Bloco de Esquerda, do PCP e da Iniciativa Liberal. Todas as saídas em reportagem implicam que o jornalista esteja sempre bem informado sobre o contexto político do momento. A minha postura assertiva ao questionar os protagonistas políticos foi elogiada por repórteres de imagem e até por jornalistas de outras estações televisivas. “Mantém a assertividade e a humildade. Estás no bom caminho”, disse-me um repórter de imagem. A oportunidade de questionar os líderes políticos é também um desafio, porque nem sempre têm disponibilidade para responder às perguntas dos jornalistas.

Os repórteres têm o dever de colocar as perguntas que se impõem e confrontar os intervenientes políticos, incluindo com as suas declarações anteriores sobre um assunto em apreço. Por exemplo, a coordenadora do Bloco de Esquerda trouxe, durante a pré-campanha, um caso familiar para a agenda política. Através de trabalho jornalístico verificou-se que a história não se tinha passado exatamente como a própria tinha contado. Ao interpelar Mariana Mortágua sobre a incoerência, os seus apoiantes tentaram ridicularizar o meu trabalho e o de outros jornalistas que tentavam esclarecer o assunto. Apesar do ambiente envolvente, a coordenadora do Bloco de Esquerda procurou defender-se, mas, em *off*, os apoiantes e os assessores vieram depois falar com os jornalistas sobre o facto das perguntas sobre o tema serem desnecessárias.

O momento de pré-campanha foi também marcado pela divulgação dos programas eleitorais dos partidos. Recordo-me de acompanhar a apresentação do programa eleitoral do Chega e recordo-me do desafio que foi resumir uma hora de declarações em 1 ou 2 minutos de vivos emitidos na CNN Portugal. As iniciativas políticas reduziram-se drasticamente com a chegada dos debates eleitorais. O período noturno era o momento mais trabalhoso para os jornalistas de política destacados para acompanhar os debates, uma vez que tinham de cortar vivos para a emissão da CNN Portugal e criar uma notícia

com reações sobre o debate. A 20 de fevereiro de 2024, o clima político mudou. Os debates entre os candidatos terminaram e o número de iniciativas políticas aumentaram.

A campanha eleitoral para as eleições legislativas começou oficialmente a 24 de fevereiro de 2024. Todos os jornalistas de política foram destacados para acompanhar a campanha de todos os partidos. O meu papel foi o de permanecer na redação, receber material das campanhas e elaborar vivos e OFF's para os noticiários da TVI e da CNN Portugal. Todavia, no primeiro dia de campanha eleitoral acompanhei no terreno a caravana política da Iniciativa Liberal. O jornalista destacado para acompanhar a campanha dos liberais tinha tido um pequeno acidente no dia anterior e tive de o substituir, o que não me suscitou quaisquer hesitações. Não só porque era uma ótima oportunidade profissional, mas também porque era um dever cívico para com o colega em causa. Em Santarém, a campanha dos liberais foi dedicada ao espaço rural. A oportunidade de estar no terreno é essencial para qualquer jornalista, uma vez que capta também os reais anseios da população de viva-voz. Encarei esse dia como um voto de confiança.

No dia seguinte, estive completamente sozinho na editoria de política, confrontado com o caos gerado pelo fluxo da campanha eleitoral. Apesar da ajuda de alguns jornalistas de sociedade e de economia, senti-me completamente exausto perante a carga de trabalho. Quando terminava de cortar um vivo sobre uma intervenção político, surgiam outras intervenções sucessivas ao longo de todo o dia. Foi um dos dias mais difíceis do estágio curricular, não só pela intensidade e horas de trabalho, mas também pela falta de organização. Essas questões foram resolvidas nos dias seguintes. O editor da redação central, Pedro Pinheiro, passou a organizar a agenda dos partidos e a dividi-la entre mim e a jornalista Paula Martins. O trabalho da parte da manhã implicava a criação de OFF's + vivo de pelo menos 3 partidos para o TVI Jornal. O trabalho durante a tarde implicava o acompanhamento das ações de campanha desses 3 partidos e cortar vivos importantes para a emissão da CNN Portugal. Esta foi a lógica de trabalho até ao fim da campanha eleitoral. A lógica de trabalho funcionou, apesar dos contratemplos.

No período de campanha eleitoral, o dia 28 de fevereiro de 2024 foi o mais desafiante. Ativistas do clima lançaram tinta verde para cima de Luís Montenegro. Tudo isto aconteceu pouco depois das 12h20. A redação ficou em alvoroço. Em 40 minutos, o alinhamento do TVI Jornal mudou por completo e abrimos com as imagens do momento. Eu estava a acompanhar as ações de campanha da Aliança Democrática durante a manhã e, por esse motivo, fui o responsável por tirar as imagens do sucedido e escrever o OFF.

Essa manhã comprovou a teoria de que no jornalismo tudo pode mudar a qualquer momento. Algo semelhante aconteceu na campanha do Partido Socialista. A 3 de março de 2024, quando um homem de uma varanda arremessou vasos contra elementos da comitiva socialista. Na redação, não tivemos a perceção imediata do sucedido, devido à confusão normal de uma arruada com centenas de pessoas. Fomos avisados pelos jornalistas no “terreno” sobre o que tinha acontecido. Tirei essas imagens e fiz um OFF para a emissão da CNN Portugal. A campanha eleitoral deu-me rapidez e agilidade no meu trabalho. A minha capacidade de ouvir um discurso de 30 minutos e retirar o mais importante intensificou-se nesse período.

Naturalmente, o cansaço e a frustração acumularam-se também neste período, uma vez que existiram dias em que as iniciativas partidárias superavam os 60 minutos de atraso. Tínhamos os alinhamentos do TVI Jornal para preencher com o conteúdo informativo mais relevante da manhã e os atrasos obrigavam-me a fazer os trabalhos jornalísticos apressadamente. A 7 de março de 2024, tive de fazer três OFF's + Vivo, entre as 12h30 e às 13 horas. Tive de pedir ajuda aos editores de imagem para pintar os OFF's, enquanto tratava do texto. A colaboração dos editores de imagem foi determinante nesses momentos.

### **2.2.3 Das eleições legislativas 2024 ao fim do estágio curricular – 10 de março a 5 de abril**

10 de março de 2024. O dia das eleições legislativas. Um dia considerado decisivo para o futuro político do país. O dia em que culminou o árduo trabalho de tantos profissionais ao longo de sucessivas semanas. Antes das urnas encerrarem, a redação estava já completamente mobilizada para a noite eleitoral. A tarefa dos jornalistas na redação foi o de cortar vivos para a emissão da CNN Portugal, quer fossem as reações dos partidos aos valores da abstenção ou as reações às sondagens à boca das urnas. Durante a noite eleitoral, o nosso apoio acabou por ser o site da Comissão Nacional de Eleições. Estávamos diante das eleições mais renhidas dos últimos anos e era essencial estar permanentemente atualizado sobre os resultados que eram publicados. “Está eleito” era uma das frases mais ouvidas na redação, à medida que a contagem dos votos encerrada em cada círculo eleitoral. Na noite eleitoral, tive ainda a missão de ouvir e cortar vivos

dos discursos de Inês de Sousa Real (PAN), de Rui Rocha (Iniciativa Liberal) e o de Pedro Nuno Santos (PS).

O rescaldo das eleições legislativas marcou os dias seguintes e voltei a ter a oportunidade de sair em reportagem. A 12 de março de 2024, marquei presença numa iniciativa do autarca de Lisboa. Carlos Moedas foi questionado sobre os resultados eleitorais, mas as respostas foram praticamente nulas. Ao jornalista cabe fazer as perguntas, mesmo que fique sem as respostas. No dia seguinte, desloquei-me à sede do PCP. Paulo Raimundo anunciou que os comunistas iam avançar com uma moção de rejeição a um programa de governo da Aliança Democrática. O porquê de avançar com uma moção de rejeição ao programa de um governo que ainda não existia na prática foi uma das questões que coloquei ao secretário-geral do PCP.

A oportunidade de fazer a segunda notícia surgiu a 15 de março de 2024. A sugestão foi feita pelos jornalistas Gonçalo Nuno Cabral e Pedro Filipe Silva. A notícia centrou-se na possibilidade do Chega assumir uma vice-presidência da Assembleia da República. A execução deste tipo de peças jornalísticas implica um trabalho de investigação. Comecei a notícia com reações com a não eleição dos candidatos do Chega a vice-presidentes do parlamento na anterior legislatura, no sentido de realçar que o novo desenho parlamentar poderia implicar um desfecho diferente. O tempo entre a execução da segunda notícia com reações e a terceira levou apenas um dia. Desta vez, a notícia relacionava-se com as tensões políticas entre os autarcas do partido de André Ventura e a direção nacional. Qualquer notícia fica mais dinâmica se incluir vivos. Nesse sentido, voltei a fazer um trabalho de pesquisa relacionado com alguma posição de André Ventura durante as eleições autárquicas de 2021.

Um estagiário na redação tem de contar com vários imprevistos. Ao longo da campanha aconteceram alguns e naturalmente não deixaram de existir depois. A 20 de março de 2024, fui uma reunião entre dirigentes do Bloco de Esquerda e do PAN. A indicação dada aos jornalistas foi a de que as intervenções políticas só aconteceriam no fim da reunião, mas não aconteceu assim. Um colega de outra estação televisiva questionou Inês de Sousa Real, a porta-voz do PAN, na entrada do edifício e a própria começou a fazer declarações aos jornalistas. Eu não tinha o microfone e o repórter de imagem não enviou o sinal para a redação. Comecei a receber várias chamadas da redação, porque a SIC Notícias e a RTP3 estavam a dar em direto. Apesar de não ter sido responsabilidade minha o facto de o sinal não chegar à redação, pedi desculpa. Como

referi anteriormente, jornalista e o repórter de imagem são uma equipa. A responsabilidade do que acontece é sempre partilhada.

Um estagiário com ambições de vir a fazer jornalismo parlamentar recebe sempre com agrado a possibilidade de sair em reportagem para o Parlamento. Isso aconteceu pela primeira vez a 21 de março de 2024. Quando tive a oportunidade de fazer uma notícia com reações sobre os possíveis nomes para presidente e vice-presidente da Assembleia da República. Sob a supervisão da editora de política, Carla Moita, a notícia foi para o ar a 25 de março de 2024.

A XVI legislatura começou a 26 de março de 2024. A nova composição da Assembleia da República caracterizou-se por uma forte fragmentação. O Parlamento voltou a estar no centro do palco, ou seja, as atenções voltaram a focar-se no Parlamento. A Assembleia da República voltou a ser o centro da atividade política. A intensidade do trabalho jornalístico na redação cresceu e atingiu o seu auge depois de José Pedro Aguiar Branco não ser eleito presidente do Parlamento na primeira votação. A redação conseguiu mobilizar-se para aquilo que foram dois dias intensos de trabalho, sobretudo para a equipa de jornalistas de política da TVI e CNN Portugal. Depois de três votações, os deputados não conseguiram eleger um candidato a Presidente da Assembleia da República. O plenário voltou a reunir-se na manhã de 27 de março de 2024. A eleição de José Pedro Aguiar Branco só foi alcançada à 4.<sup>a</sup> votação. Na redação, fiquei com a responsabilidade de ouvir o discurso do presidente eleito e tirar um vivo para a emissão da CNN Portugal. Após o discurso, ouvi também a maioria dos discursos partidários que se seguiram. Estes dois dias foram intensos para todos e foram uma amostra daquilo que viria a ser o novo ambiente parlamentar.

No início de abril, uma subeditora de informação chamou-me ao gabinete. O balanço dos três meses de estágio curricular foi positivo e surgiu o convite para assinar um contrato de trabalho. O convite não foi para continuar na editoria de política, mas para reforçar o Desk CNN. Não posso dizer que recebi o convite com total felicidade. Queria continuar a aprender e a evoluir na editoria de política e continuar a fazer notícias com reações e sair em reportagem. “O mais importante é ficares. As coisas mudam muito rápido aqui dentro.” Foram as palavras de ânimo que me disse a Carla Moita depois de falar com ela sobre a decisão da direção.

Nos primeiros dias da última semana de estágio curricular, estive já a trabalhar no Desk CNN e no horário noturno. Na noite de 2 de abril de 2024, surgiu a informação de que a Embaixada de Israel tinha recebido uma ameaça de bomba. A editora-geral da noite da CNN Portugal, a Paula Costa Simões, pediu-me para lá ir. Antes de sair da redação, as informações eram poucas. O objetivo era deslocar-me ao local para recolher mais informações da operação policial que tinha sido montada. Lembro-me de sair da redação com o maior dos pânicos, porque percebi que iria fazer o meu primeiro direto em televisão. De facto, o meu direto abriu o CNN Meia Noite. “Vamos para aí em poucos segundos. Vai com tudo.” Respirei fundo e não deixei que os nervos me condicionassem. O direto durou pouco mais de 1 minuto. Terminei o direto a pensar que, pelo horário, tinha passado despercebido. Só que não foi o caso. Chegaram-me várias mensagens e telefonemas dos jornalistas de política. Fiquei feliz pelo reconhecimento.

A 3 de abril de 2024, a três dias do fim do estágio curricular, voltei à editoria de política. Nesse dia, pela primeira vez, tive a oportunidade de dar voz a uma notícia com reações, pela primeira vez. A notícia com reações relacionava-se com a reação de Pedro Nuno Santos e de André Ventura à tomada de posse do governo liderado por Luís Montenegro, que tinha acontecido no dia anterior. Dei voz à notícia com reações, mesmo sem ter a técnica ou o enquadramento legal – não tinha título provisório de estagiário ou carteira profissional de jornalista. Ainda assim, a editora e a subeditora de política deram-me essa oportunidade. Confesso que este era um dos objetivos a cumprir durante o estágio curricular. Apesar de ter dado voz à notícia, não ficou perfeita. Não tinha de ficar, já que a dicção é um processo de aprendizagem longo.

Esta não foi a única surpresa associado a esse trabalho jornalístico em torno da tomada de posse do novo primeiro-ministro. Essa primeira notícia com reações foi também aquela que abriu o Jornal Nacional, o que levou a que os jornalistas acompanhassem de forma mais rigorosa. A margem para errar era muito menor e fiquei mais seguro com esse acompanhamento permanente. A palavra-chave foi confiança. A notícia com reações era para abrir o noticiário mais visto da TVI e deram-me a oportunidade de a fazer. No dia seguinte, refiz a notícia para o TVI Jornal, o que é uma prática por vezes comum. Entre os últimos dois dias de estágio curricular elaborei outras 3 notícias com reações para os noticiários da TVI, somadas às outras 5 que já tinha feito. No registo, ficaram também as dezenas de saídas em reportagem e os vários OFF’s e vivos.

Os três meses descritos sumariamente neste diário de estágio reforçam a pertinência deste estudo que pretende analisar o espaço editorial dos repórteres parlamentares da TVI e CNN Portugal durante a dissolução da Assembleia da República. O estágio curricular foi marcado por tantos acontecimentos políticos relevantes, por isso vale a pena lembrá-los. Além da dissolução do Parlamento, o estágio ficou marcado por uma crise política na Madeira, campanhas eleitorais nos Açores e a nível nacional e ainda a formação de um novo Governo. Assim, o presente estudo tem uma dimensão inovadora. Nunca foi elaborado um estudo sobre o espaço editorial dos repórteres parlamentares da TVI e CNN Portugal durante um ciclo político tão dinâmico do ponto de vista da política nacional.

# CAPÍTULO III

## Espaço editorial concedido no Jornal Nacional

### 3.1 Objetivo geral, objetivos específicos e pertinência do estudo

O presente estudo tem como objetivo analisar o espaço editorial dos repórteres parlamentares da TVI e CNN Portugal durante uma dissolução parlamentar. A partir do objetivo geral, construíram-se outros sete objetivos específicos: 1) Identificar as principais as temáticas políticas – partidária, presidencial ou governativa. 2) Identificar os definidores primários nos trabalhos jornalísticos destes repórteres parlamentares; 3) Entender se os repórteres parlamentares consideram que a cobertura jornalística durante este período teve impacto nos resultados eleitorais das eleições legislativas de 2024; 4) Identificar as tipologias de fontes, os tipos de interação, as atribuições de informação e os canais de informação; 5) Identificar marcas jornalísticas que contrariem o imediatismo; 6) Identificar expressões que possam ser entendidas como uma dramatização da informação. 7) Analisar o critério de pluralismo e equilíbrio editorial;

O estudo tem como área temática o jornalismo político. O objeto de estudo corresponde às peças jornalísticas dos repórteres parlamentares da TVI e da CNN Portugal e transmitidas no Jornal Nacional, durante a dissolução da Assembleia da República de 2024. A escolha da análise destes trabalhos jornalísticos transmitidos no Jornal Nacional prende-se com o facto deste noticiário ser o que abrange o tratamento informativo de todos os acontecimentos que marcaram a agenda política diária. O Jornal Nacional é transmitido, todos os dias, na TVI. Tem início às 19h57 e tem uma duração de 1h20. Divide-se em duas partes por um intervalo de 13 minutos. Entre segunda-feira e quinta-feira, o noticiário é conduzido pelos pivôs José Alberto Carvalho e Sandra Felgueiras. Entre sexta-feira e domingo, o noticiário é conduzido pelos pivôs Pedro Benevides e Andreia Vale. A coordenação é de Maria João Figueiredo, nos dias úteis.

A decisão de analisar o trabalho jornalístico dos repórteres parlamentares durante a dissolução da Assembleia da República foi tomada dois meses antes do início do estágio curricular, devido, principalmente, ao facto de o jornalismo político e parlamentar

corresponder a um gosto pessoal. O anúncio da dissolução parlamentar a 9 de novembro de 2023, materializada a 15 de janeiro de 2024, foi o momento decisivo para a escolha definitiva da temática da investigação. Aliás, a vontade de analisar o trabalho jornalístico dos repórteres parlamentares era anterior a novembro de 2023. Todavia, o contexto político que adveio da dissolução da Assembleia da República obrigou não só à adaptação do quotidiano laboral dos repórteres, mas também a uma adaptação da temática deste relatório de estágio e dos seus objetivos. A conjuntura atípica imposta pela dissolução parlamentar tornou indiscutível a pertinência temática sobre o trabalho jornalístico dos repórteres parlamentares, num momento em que a Assembleia da República não estava no exercício pleno das funções.

### **3.2 Estratégica metodológica**

A presente investigação foi orientada pela seguinte pergunta de partida: “Que espaço editorial têm os repórteres parlamentares da TVI e CNN Portugal durante a dissolução da Assembleia da República?”. Neste sentido, investigação pretendeu caracterizar e analisar o trabalho jornalístico realizado por este conjunto de repórteres durante este acontecimento político, que teve início a 15 de janeiro de 2024 e terminou a 26 de março de 2024. Após a formulação da pergunta de partida, foram criadas perguntas secundárias e subjacentes aos objetivos propostos no exercício investigativo:

- 1) Quais as temáticas, os definidores primários, tipologias de fontes e atribuições de informação que estão presentes nos trabalhos jornalísticos dos repórteres?
- 2) Os repórteres consideram que o destaque editorial concedido aos definidores primários influenciou os resultados eleitorais?
- 3) Quais são as interações e os canais de informação que os repórteres parlamentares estabelecem com as fontes?
- 4) Os repórteres parlamentares recorrem a expressões que podem ser entendidas como uma dramatização da informação?
- 5) O compromisso com o pluralismo é visível em todas os trabalhos jornalísticos produzidos por estes repórteres parlamentares?

Para alcançar respostas às questões colocadas, a estratégia metodológica selecionada implicou o recurso a técnicas de investigação quantitativas e qualitativas. “As

técnicas de investigação são um conjunto de procedimentos bem definidos e transmissíveis, destinados a produzir certos resultados na recolha e tratamento da informação requerida pela atividade de pesquisa” (Almeida & Pinto, s.d, p.380). Para a recolha, análise e tratamento da informação foram essencial o uso das técnicas de pesquisa documental e a análise de conteúdo ao *corpus* de análise. Relativamente às técnicas de pesquisa não documental, o presente trabalho implicou o uso da técnica de observação-participante e as entrevistas exploratórias.

### 3.2.1 Pesquisa documental

Existem dois grupos de técnicas documentais, nomeadamente as técnicas clássicas que permitem uma análise qualitativa e as técnicas modernas de base quantitativa que cobrem um amplo campo de estudo (Almeida & Pinto, 1975, 384). A primeira etapa do estudo centrou-se na pesquisa documental clássica. “A observação de documentos envolve procedimentos muito diversificados, desde logo porque são muito diversos também os documentos reveladores de fenómenos sociais” (Almeida & Pinto, 1975, p.384). A leitura e a análise crítica de diversas obras literárias sobre temáticas, como: o parlamento, as fontes políticas e o jornalismo político permitiram a elaboração da revisão da literatura que corresponde ao primeiro capítulo do relatório de estágio. A revisão da literatura serviu de base teórica para a investigação.

As técnicas de pesquisa documental são também evidentes no segundo capítulo, nomeadamente no subcapítulo onde é apresentada a história dos canais do Grupo Media Capital. Foram consultadas as informações disponibilizadas nas páginas online do grupo de comunicação social e as obras literárias: *Nos bastidores dos telejornais*, de Adelino Gomes e ainda *Vinte Anos de Televisão Privada em Portugal*, de Felisbela Lopes.

O estudo implicou uma segunda fase de recolha dos dados e posterior análise de conteúdo. “Uma vez determinados os objetivos da pesquisa e selecionado o objeto direto de investigação, a análise de conteúdo percorrerá várias fases” (Almeida & Pinto, 1975, p.394). Foram analisados todos os alinhamentos do Jornal Nacional da TVI, entre 15 de janeiro e 26 de março de 2024. Ao todo, foram analisados 72 alinhamentos entre o primeiro e o último dia da dissolução da Assembleia da República. O *corpus* de análise é constituído por todos os trabalhos jornalísticos criados pelos repórteres parlamentares da TVI e da CNN Portugal durante a dissolução parlamentar, nomeadamente, a Graça Picão,

a Sandra Antunes e a Paula Caeiro Varela. No total, foram analisados 81 trabalhos jornalísticos, todos devidamente identificados através da numeração e indicação do “nome no alinhamento”, “autoria” e “data”. Após este trabalho de identificação, foi importante “determinar as categorias pertinentes que permitam a classificação e quantificação dos elementos observáveis” (Almeida & Pinto, 1975, p.394). A partir de uma grelha de análise construída no Microsoft Excel, os 81 trabalhos jornalísticos foram analisados segundo 14 variáveis divididas em dois grupos.

**Variáveis de natureza temporal e formal:** 1. Mês; 2. Dia da Semana; 3. Duração; 4. Género Jornalístico;

**Variáveis de natureza temática:** 5. Temática política; 6. Definidores primários; 7. Fonte em relação ao acontecimento; 8. Fonte em relação ao jornalista; 9. Interação com as fontes; 10. Atribuição de informação; 11. Canal de Informação; 12. Marcas que contrariam o Imediatismo; 13. Marcas entendidas como dramatização da informação; 14. Marcas de pluralismo;

Todas as categorias de cada variável em análise são apresentadas no subcapítulo destinado à discussão dos resultados agregados na grelha de análise. Após a recolha e a categorização autónoma das peças jornalísticas, foi realizado um trabalho de análise das variáveis, tendo sempre em conta a pertinência para o trabalho. A ferramenta “tabelas dinâmicas” do Microsoft Excel permitiu a criação de tabelas e gráficos para analisar os dados estatísticos. As conclusões retiradas foram indispensáveis para o processo investigativo, uma vez que ajudaram a responder às questões e aos objetivos definidos no estudo.

### **3.2.2 Pesquisa não documental**

O recurso às técnicas de pesquisa não documental implicou a observação-participante, nomeadamente a que se associa ao estágio curricular e às entrevistas exploratórias. O contacto diário e privilegiado com as autoras dos trabalhos jornalísticos analisados também se tornou no cenário ideal para uma análise aprofundada e rigorosa. O estágio na redação da TVI e da CNN Portugal tornou indiscutível a pertinência da observação-participante como técnica de pesquisa de informação. “A observação-participação pode ser mais ou menos aprofundada, exigir maior ou menor continuidade e integração na vida do grupo em estudo” (Almeida & Pinto, 1975, p.395). Ao longo do

estágio curricular elaborei um diário onde descrevi e analisei as principais vivências e atividades desenvolvidas nos 3 meses. Esta postura no estágio curricular foi essencial para a elaboração do segundo capítulo do relatório de estágio.

“Quanto maior for a liberdade e a iniciativa deixada aos intervenientes na entrevista, quanto maior for a duração da entrevista, quanto mais vezes ela se repetir, mais profunda e mais rica será a informação recolhida” (Almeida & Pinto, 1975, p.395). Para o desfecho do processo investigativo foi determinante a realização de três entrevistas exploratórias às jornalistas de política e repórteres parlamentares da TVI e da CNN Portugal, autoras dos trabalhos jornalísticos analisados, nomeadamente: Graça Picão, Sandra Antunes e Paula Caeiro Varela. A realização das entrevistas exploratórias foi importante para reunir reações e informações complementares sobre uma primeira análise feita aos dados extraídos da grelha de análise, onde as peças em estudo foram categorizadas. Assim, a análise total dos dados foi realizada em duas vertentes. Iniciou-se com uma primeira análise aos dados estatísticos e depois complementada com os pontos de vista das entrevistadas.

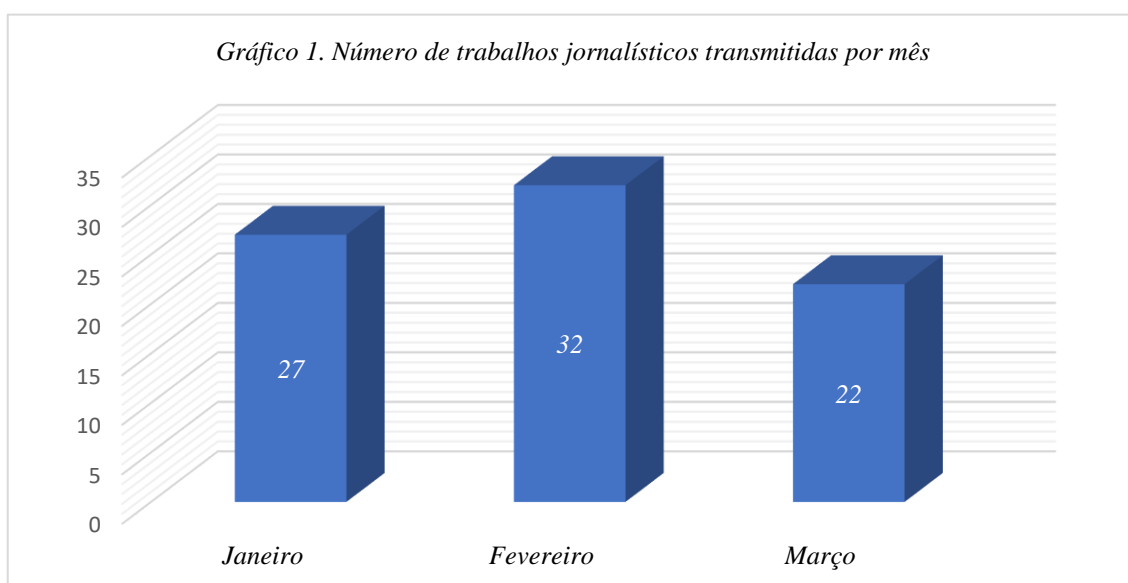
### **3.3 Grelha de Análise: A discussão dos resultados**

Constituída por 14 variáveis qualitativas, a grelha de análise possibilitou a categorização dos 81 trabalhos jornalísticos em análise. O intuito deste subcapítulo é apresentar, descrever e discutir os dados extraídos de cada variável em análise. O tratamento estatístico é sempre complementado por informações extraídas das entrevistas exploratórias. Os trabalhos jornalísticos que constituem o *corpus* de análise foram numerados de 1 a 81 (Anexo 4). De forma a facilitar a discussão dos dados, a identificação das peças foi sempre efetuada segundo a numeração atribuída na grelha de análise. O subcapítulo destinado à discussão dos dados divide-se em duas partes, nomeadamente, as variáveis temporais, formal e temáticas.

### 3.3.1 Dimensão Temporal e Formal

#### VARIÁVEL 1 / MÊS

O número de trabalhos jornalísticos transmitidos por mês corresponde à primeira variável de análise. Ao partir do princípio de que as datas concretas dos trabalhos não permitirem verificar um padrão estatístico, importa analisar o número de trabalhos realizados pelas repórteres parlamentares durante os três meses que compreenderam o período de dissolução da Assembleia da República. O Gráfico 1 indica a transmissão de 27 trabalhos jornalístico em janeiro, 32 em fevereiro e 22 em março de 2024.



A partir do Gráfico 1, é possível observar um crescimento do número de peças entre janeiro e fevereiro e um decréscimo até março. Esta dinâmica numérica relacionou-se, naturalmente, com os eventos de cariz político que aconteceram nestes períodos de análise. O mês de janeiro ficou marcado, inevitavelmente, por quatro momentos de destaque: 1) O processo de negociação das listas de deputados às eleições legislativas; 2) a apresentação dos programas eleitorais dos partidos; 3) a crise política na Madeira e 4) campanha e rescaldo as eleições regionais nos Açores. Fevereiro foi o mês de análise em que foram transmitidas mais peças elaboradas pelas repórteres parlamentares, graças às sucessivas ações de pré-campanha e campanha eleitoral dos partidos a nível nacional. Apenas quatro trabalhos jornalísticos realizados no mês de fevereiro não fizeram referência ao processo eleitoral. O fim da campanha e o rescaldo das eleições legislativas confirmaram a teoria de que março seria o mês com a menor transmissão de trabalhos

jornalísticos, sobretudo depois de 10 de março de 2024. Depois desse dia, os trabalhos produzidos pelas repórteres parlamentares relacionaram-se com a nova composição parlamentar e a formação do novo governo liderado pelos partidos que constituíram a coligação Aliança Democrática.

## VARIÁVEL 2 / DIA DA SEMANA

A segunda variável em análise corresponde ao número de trabalhos jornalísticos transmitidos por semana. Os dados da Tabela 1 mostram que foram para “o ar”, por ordem crescente, 4 trabalhos na sexta-feira, 9 no domingo, 12 na segunda-feira e terça-feira, 13 no sábado e 14 na quarta-feira. A quinta-feira foi o dia em que foram transmitidos mais trabalhos jornalísticos, nomeadamente 17.

Dia da semana	Número de trabalhos jornalísticos
Domingo	09
Segunda-feira	12
Terça-feira	12
Quarta-feira	14
Quinta-feira	17
Sexta-feira	04
Sábado	13
<b>Total</b>	<b>81</b>

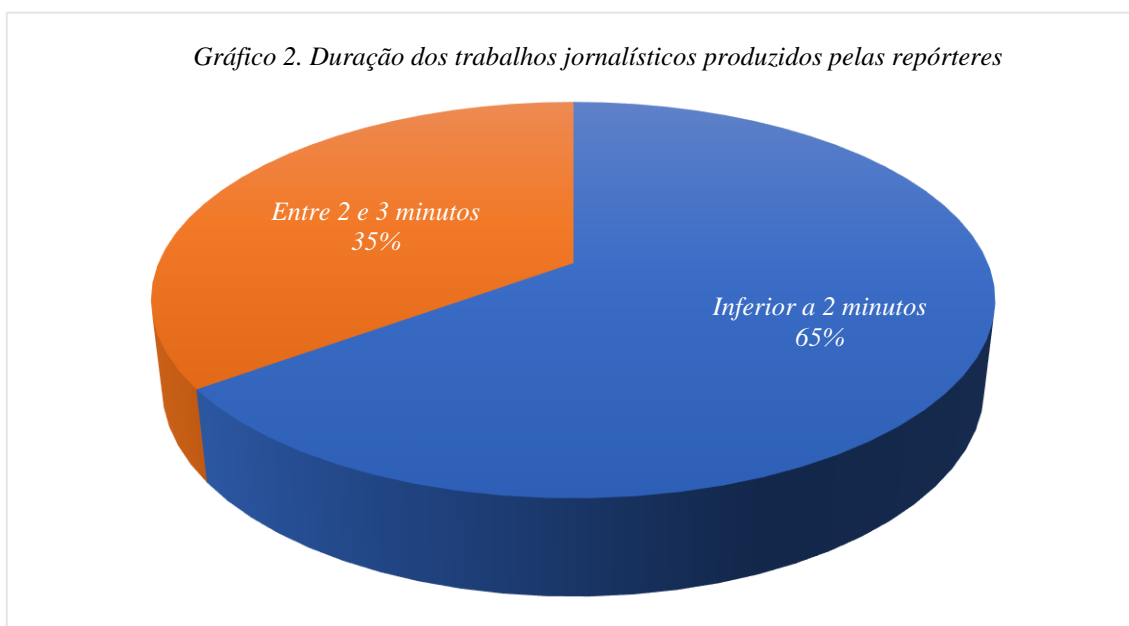
*Tabela 1. Número de trabalhos jornalísticos transmitidas por dia de semana*

A inflação dos números registados na quinta-feira deveu-se ao dia da greve nacional dos jornalistas, a 14 de março de 2024. Na emissão do Jornal Nacional desse dia foram transmitidos 5 trabalhos jornalísticos da autoria Sandra Antunes, do nº 68 ao nº 72. Os 5 trabalhos jornalísticos tinham diferentes tipologias, nomeadamente notícia com reações, OFF's e vivos. As reações partidárias à greve nacional dos jornalistas e a indefinição sobre a existência de um orçamento retificativo foram os principais assuntos desses trabalhos jornalísticos. Como foi já destacado, o dia com o menor número de trabalhos jornalísticos não correspondeu a um dos dias de fim de semana. O menor número de trabalhos jornalístico registou-se num dia útil, nomeadamente à sexta-feira

com 4 trabalhos jornalísticos transmitidos. Estatisticamente, importa destacar que metade dos trabalhos jornalísticos transmitidos na sexta-feira aconteceram no último dia de campanha eleitoral das eleições legislativas, nomeadamente os trabalhos jornalísticos nº 65 e nº 66. Em termos percentuais, 27,2% dos trabalhos jornalísticos foram transmitidos ao fim de semana e 72,8% durante os dias úteis.

### VARIÁVEL 3 / DURAÇÃO

A terceira variável em análise corresponde à duração das peças. Tal como as anteriores variáveis, a terceira variável acrescenta pressupostos essenciais para responder à pergunta de partida: Que espaço editorial têm os repórteres parlamentares da TVI e CNN Portugal durante a dissolução da Assembleia da República? Para começar a responder à questão, importa olharmos para o Gráfico 2.



A partir da análise do *corpus* de análise, concluiu-se que 53 trabalhos jornalísticos tiveram uma duração inferior a 2 minutos e 28 trabalhos transmitidos tiveram uma duração entre os 2 e 3 minutos. Em termos percentuais, estes números indicam que 65% dos trabalhos jornalísticos tiveram uma duração inferior a 2 minutos e 35% tiveram uma duração entre os 2 e 3 minutos. Os números acima referidos demonstram que o espaço editorial dos repórteres parlamentares foi curto, tendo em conta a duração das peças no Jornal Nacional.

“Os trabalhos jornalísticos têm tempos contados (...) o tempo é aquele e não outro”, referiu a repórter Paula Caeiro Varela. Sandra Antunes e Paula Caeiro Varela admitiram que o condicionalismo tem implicações na inclusão de elementos de reportagem nas notícias com reações. “Olhamos para os trabalhos de outros canais e estão mais completas, porque têm mais conteúdos e sons ambientes. Na TVI e na CNN Portugal, se não cortássemos parte desses momentos, os trabalhos corriam-se o risco de não passar a mensagem política”, acrescentou Sandra Antunes. O jornalista deve ser capaz de se abstrair do condicionalismo temporal, porque “se os espetadores não entendem o que os jornalistas transmitem em 2 minutos, dificilmente entenderão o que se segue nos minutos posteriores”, referiu Graça Picão. Além disto, o condicionalismo temporal não pode colocar em causa os critérios deontológicos do jornalismo. “O que se diz em 1 minuto não é igual ao que se diz em 5 minutos. O objetivo é que o fator-tempo não condicione a objetividade e o valor-notícia”, lembrou Paula Caeiro Varela.

Em todo o período de análise, apenas dois trabalhos jornalísticos transmitidos tiveram uma duração superior aos 2:30 minutos, nomeadamente as peças nº 56 e nº 58. Em pontos percentuais, isto significa que apenas 2,5% dos trabalhos realizados pelas repórteres parlamentares tiveram uma duração superior a 2:30 minutos. A Tabela 2 organiza os dois trabalhos jornalísticos de maior duração de cada repórter.

Nº do Trabalho	Nome/Alinhamento	Autoria	Data	Duração
58	PS Évora	Sandra Antunes	29/02/2024	02:39 minutos
56	Campanha PS	Sandra Antunes	28/02/2024	02:38 minutos
76	Santos Silva e Ventura	Graça Picão	20/03/2024	02:29 minutos
34	Programa PS	Graça Picão	11/02/2024	02:26 minutos
55	Campanha AD	Paula C. Varela	28/02/2024	02:25 minutos
33	Debates políticos	Paula C. Varela	08/02/2024	02:22 minutos

*Tabela 2. Trabalhos jornalísticos de maior duração por repórter parlamentar*

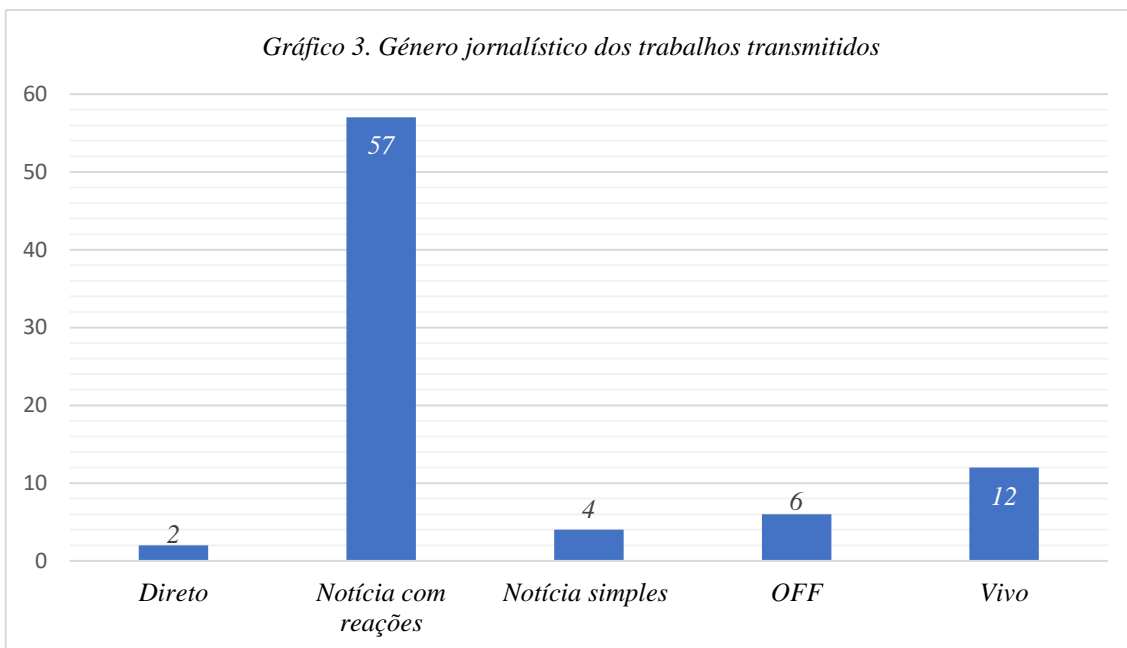
Todos os trabalhos jornalísticos com maior duração estiveram relacionados com as eleições legislativas de 2024 e todos os trabalhos com maior duração foram notícias com reações. Os trabalhos nº 58, nº 76 e nº 55 foram os mais duradouros de cada repórter: Sandra Antunes, Graça Picão e Paula Caeiro Varela, respetivamente. A peça nº 58 durou 2:39 minutos e centrou-se sobretudo numa ação de campanha de Pedro Nuno Santos em Évora, onde foram abordados temas como a localização do novo aeroporto de Lisboa e os investimentos no serviço nacional de saúde e na ferrovia. O trabalho nº 76 durou 2:29 minutos e surgiu do rescaldo da contagem dos votos dos círculos da emigração nas

eleições legislativas. Os protagonistas desta notícia com reações foram André Ventura e Augusto Santos Silva e o seu relacionamento institucional na Assembleia da República. Por último, a peça nº 55 durou 2:25 minutos e relacionou-se com o dia de campanha eleitoral em que Luís Montenegro foi atingido por tinha verde lançada por ativistas climáticos.

A duração dos trabalhos jornalísticos anteriormente destacados deveu-se, em parte, a uma característica generalizada das notícias com reações realizadas durante a campanha eleitoral, ou seja, à inclusão de vivos dos repórteres. As notícias com reações também surgiram como ferramentas de contextualização. A contextualização foi, sem dúvida, um dos maiores desafios sentidos pelas repórteres parlamentares durante o período de análise marcado por uma campanha eleitoral. “Temos de mapear tudo o que está relacionado com a cobertura partidária em cada ponto do país. Temos de conhecer o nível de implantação do partido. Quem são os candidatos a deputados e quais as expectativas de eleição”, explicou Graça Picão. Neste cenário, os repórteres no “terreno” devem estar também atentos aos detalhes, ou seja, ao que se passa ao seu redor. Para as repórteres, esse também acaba por ser um trabalho estimulante. “A possibilidade de estarmos na rua torna o trabalho estimulante, porque noutros momentos o nosso trabalho acontece sobretudo entre a parlamento e a redação”, esclareceu Sandra Antunes.

#### VARIÁVEL 4 / GÉNERO JORNALÍSTICO

A classificação dos trabalhos por géneros jornalísticos corresponde à quarta variável em análise. A classificação foi possível graças ao contributo da literatura, como veremos à frente. Neste sentido, recorreu-se a uma classificação a partir de cinco tipologias de géneros jornalísticos visíveis durante o período de análise. Os géneros jornalísticos televisivos são: 1) o direto; 2) a notícia com reações; 3) a notícia simples; 4) o OFF e 5) o vivo. Importa destacar que estes conceitos são amplamente utilizados na redação da TVI e da CNN Portugal com exceção dos conceitos de notícia simples e notícia com reações. Na gíria televisiva, as duas classificações são substituídas pela expressão: “peça”. O Gráfico 3 revela o peso de cada género jornalístico no conjunto dos 81 trabalhos realizados pelas 3 repórteres parlamentares.



-----DIRETO-----

O direto é um género jornalístico que “permite a transmissão de informação em tempo real” (Traqueia, 2014, p.4) e tem sido cada vez mais valorizado no cenário noticioso de corrida contra o tempo. O imediatismo e a proximidade são valores associados aos diretos, mas o seu uso excessivo pode resultar numa banalização do género jornalístico (Traqueia, 2014, p.5). Todavia, o recurso ao direito foi praticamente inexpressivo durante o período investigação. De acordo com o Gráfico 3, o direto foi o género jornalístico associado a dois trabalhos, o equivalente a 2,5%. De facto, o recurso a diretos não foi uma característica dos alinhamentos do Jornal Nacional da TVI.

“As notícias de última hora são, normalmente, a razão mais associada ao direto” (Traqueia, 2014, p.6). A 20 de março de 2024, a repórter Paula Caeiro Varela fez um direto no espaço onde estava a ser feita a contagem dos votos do círculo de emigração. O imediatismo e a lógica de se perceber a hora em que Luís Montenegro seria indigitado primeiro-ministro foram as únicas razões que levaram à existência desse direto. A indigitação só aconteceria depois da contagem dos votos da emigração ter sido finalizada. O outro direto foi realizado pela repórter Sandra Antunes, a 5 de março de 2024. O direto foi realizado na aula magna da Universidade de Lisboa durante um comício do Partido socialista. A estratégia de campanha dos socialistas e o aparecimento de António Costa na campanha foram dois dos pontos salientados.

#### -----OFF-----

Os OFF's são peças em que os pivôs leem uma notícia com uma duração não superior a um minuto. À medida que os pivôs leem a notícia surgem no ecrã um conjunto de imagens associadas ao conteúdo informativo. De acordo com o gráfico 3, o OFF é o terceiro género jornalístico mais utilizado durante o período de análise pelas repórteres parlamentares. No total, foram transmitidos seis OFF's, o equivalente a 7,4% dos trabalhos jornalísticos transmitidos. A repórter Sandra Antunes produziu três OFF's, seguida de Graça Picão com dois OFF's e, por fim, a repórter Paula Caeiro Varela com um OFF realizado.

Apesar de ser o 3.º género jornalístico mais utilizado, o recurso a OFF's não foi uma prática comum no Jornal Nacional da TVI. Surgem nos alinhamentos devido a um conjunto de razões. Em primeiro lugar, surgiram devido à falta de relevância para a elaboração de uma notícia simples ou com reações, tendo em conta a duração do noticiário. Isto aconteceu no dia em que Luís Montenegro foi atingido por tinha verde por ativistas em que todas as notícias com reações das campanha dos outros partidos passaram a OFF's. Em segundo lugar, surgiram também por falta de jornalistas que façam uma notícia simples ou com reações. Isto aconteceu com os trabalhos nº 68 e 69 durante o dia da greve nacional dos jornalistas. Por fim, surgiram também no alinhamento devido a uma informação de última hora, não sendo possível fazer a tempo uma notícia simples ou com reações.

#### -----VIVOS-----

Os vivos são trabalhos jornalísticos relacionados com excertos de declarações de uma determinada personalidade. Geralmente, têm uma duração não superior a 50 segundos. De acordo com o Gráfico 3, os vivos foram o segundo género jornalístico mais presente no alinhamento do Jornal Nacional. Ao todo, foram transmitidos 12 vivos durante o período de análise deste trabalho. O que corresponde a 14,8% do total de trabalhos jornalísticos transmitidos. Por repórter, a Graça Picão produziu seis vivos, a Paula Caeiro Varela quatro e a Sandra Antunes dois vivos.

Apesar de ter sido o 2º género jornalístico mais presente nos alinhamentos do Jornal Nacional, o seu uso foi sempre evitado. As razões pela existência nos alinhamentos foram semelhantes às dos OFF's. Dos 12 vivos, 10 surgiram isolados nos alinhamentos e dois surgiram associados à lógica conhecida na gíria televisiva como “OFF cola vivo”,

ou seja, o vivo surge imediatamente a seguir de um OFF, complementando e confirmado a informação avançada no OFF. A 14 de março de 2024, a repórter Sandra Antunes produziu um “OFF cola vivo” – os trabalhos jornalísticos nº 70 e nº 71 – relacionado com a discussão do programa do governo regional dos Açores. A 18 de março de 2024, a repórter Paula Caeiro Varela produziu outro “OFF cola vivo” – trabalhos jornalísticos nº 73 e nº 74 – relacionado com a anulação de vários votos dos círculos da emigração.

#### -----NOTÍCIA SIMPLES & NOTÍCIA COM REAÇÕES -----

Os conceitos de notícia simples e notícia com reações surgem do contributo teórico da obra *O Manual de Reportagem*. Estes conceitos não são utilizados na gíria televisiva. Ainda assim, uma notícia simples implica o recurso exclusivo da voz off dos jornalistas. Uma notícia com reações implica a inclusão de declarações das fontes. O uso das notícias simples é algo que se tenta evitar, porque não tem o mesmo dinamismo que uma notícia com reações. Ainda assim, o período de análise ficou marcado pela existência de quatro notícias simples, segundo o Gráfico 3. A jornalista Graça Picão produziu três notícias simples – trabalhos nº 1, nº 51 e nº 80 – e Sandra Antunes criou uma – trabalho nº 12. A nível estatístico, as notícias simples correspondem a 4,9% dos trabalhos jornalísticos produzidos durante o período de análise.

O género jornalístico mais utilizado durante este período de análise correspondeu à notícia com reações. “O esqueleto da peça televisiva intercala, no fundo, os pedaços de off (texto) do jornalista com os vivos.” (Coelho, Reis & Bonixe, p.173, 2021). De acordo com o Gráfico 3, foram produzidas 57 notícias com reações, o equivalente a 70,3% dos trabalhos jornalísticos elaborados. Por repórter, verificamos que a Sandra Antunes produziu 25 notícias com reações, a Graça Picão criou 21 e a Paula Caeiro Varela foi a autora de 11 notícias com reações.

Apesar das diferenças, as notícias com reações e as notícias simples exigem um trabalho, conhecido na gíria televisiva, como “pintar a peça”. A ação de “pinta a peça” corresponde ao momento em que os jornalistas e os editores de imagem preenchem as parcelas da voz off com imagens, naturalmente, associadas ao conteúdo relatado pelos jornalistas. Todavia, a literatura assinala que a maioria dos jornalistas não atribui a importância necessária à imagem. “Pouco o distingue do pintor de paredes que se limita a preencher, com tinta, todos os espaços que tem de pintar.” (Coelho, Reis & Bonixe, p.174, 2021). Por vezes, o desligamento é tão notório que se o espetador fechar os olhos

e se limitar a ouvir consegue recolher “do acontecimento a mesma informação que recolheria se estivesse de olhos abertos.” (Coelho, Reis & Bonixe, p.174, 2021).

Essa realidade tem implicações visíveis nos trabalhos jornalísticos. “Em televisão, a complementaridade entre a imagem e o texto é uma regra básica”, sublinhou a repórter Paula Caeiro Varela. Ainda assim, o recurso a imagens sem critério esteve, muitas vezes, relacionado com a impossibilidade de os repórteres se deslocarem ao local onde a ação decorreu. “Por vezes, é frustrante quando estamos na redação a construir uma peça e não conhecemos o lugar onde a ação decorreu”, reiterou Graça Picão.

Ainda assim, “o jornalista tem de fazer com que as coisas façam sentido. O texto não pode estar alheio à imagem”, defendeu Paula Caeiro Varela. A partir disto, as 3 repórteres concordaram que o recurso a imagens sem critério deve ser evitado, nomeadamente durante este período de análise marcado por campanhas eleitorais. “Eu não consigo escrever uma peça sem ver as imagens que tenho, porque saber as imagens que se tem faz parte da história”, referiu Graça Picão. As imagens têm uma dimensão importante “para desmistificar ou confirmar a realidade de cada momento, como a dimensão das audiências dos comícios e das arruadas”, lembrou Sandra Antunes. Neste sentido, todas as repórteres parlamentares também concordaram que a relação com os repórteres de imagem foi determinante, uma vez que esses profissionais veem muitos detalhes audiovisuais que os jornalistas não se apercebem. “Muitas vezes, os repórteres de imagem captam imagens que os jornalistas escolhem como o mais importante para começar as peças”, acrescentou Sandra Antunes.

#### ----- REPORTAGEM -----

A reportagem é o género nobre do jornalismo. A reportagem tem como objetivo “mergulhar nos detalhes, fechando um ângulo sobre a realidade, esse mergulho é a imagem simbólica que apresenta o repórter absolutamente envolvido na observação do acontecimento” (Coelho, Reis & Bonixe, p.165, 2021). No *Manual de Reportagem* (2001), Pedro Coelho alerta para o facto de que a narração dos acontecimentos ficar incompleta se apenas chegar ao telespetador uma visão geral do que acontece (p.165).

Ainda assim, o período de análise foi marcado pela inexistência de qualquer reportagem. Apesar da importância do género jornalístico, a inexistência de reportagens nos alinhamentos do Jornal Nacional deveu-se a um conjunto de fatores que abrange não só a lógica do imediatismo ou do condicionalismo temporal, mas também a da realidade

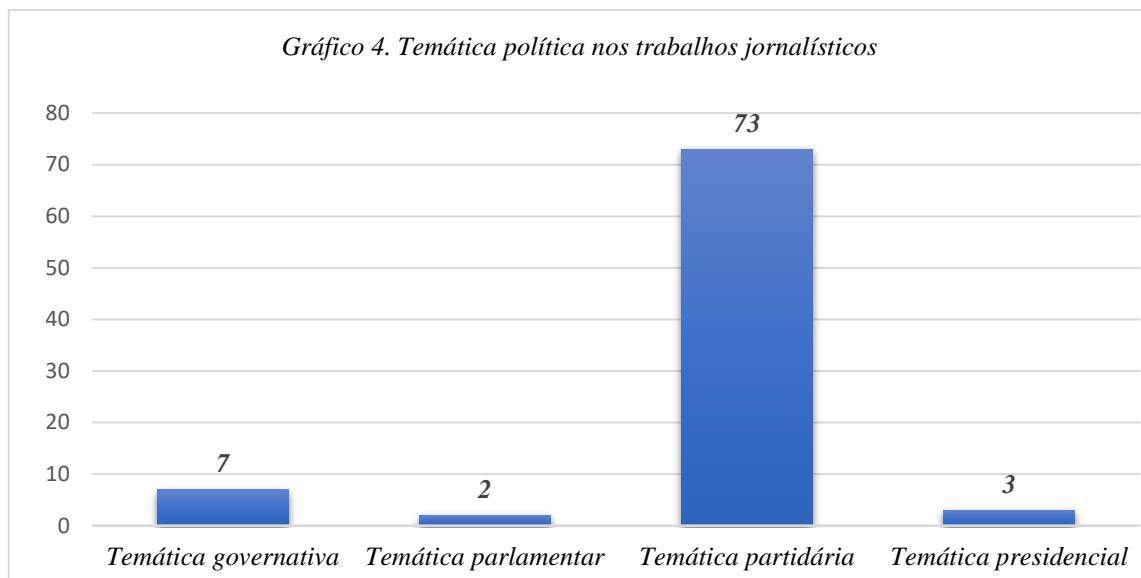
política. “Há uns anos, tínhamos 5 principais partidos. Agora, temos 9 partidos. Se existir uma peça de cada partido com 2 minutos, significa que existe quase 20 minutos de peças de política no alinhamento”, explicou Graça Picão. A repórter parlamentar admitiu ainda ter dúvidas sobre se os espetadores estão interessados em assistir a trabalhos jornalísticos de política durante tantos minutos. “As pessoas não veem este período político como os jornalistas”, acrescentou.

Além dos fatores mencionados, Paula Caeiro Varela apontou ainda para uma dimensão de gestão de recursos humanos. A repórter admitiu que foi praticamente impossível conciliar a produção de reportagens e com a produção das “peças do dia”. “A televisão é um meio pesado. Demoramos muito tempo a tratar a imagem e a editar. A reportagem tem uma linguagem própria e exige um outro tempo”, explicou Paula Caeiro Varela. A intenção de incluir elementos de reportagem também esbarrou, muitas vezes, com a necessidade de incluir reações sobre um determinado assunto. Por outras palavras, a possibilidade de produzir reportagens esbarrou na lógica do imediatismo e do condicionalismo temporal. “Obriga-nos a cortar muito do que não é conteúdo informativo”, acrescentou Sandra Antunes.

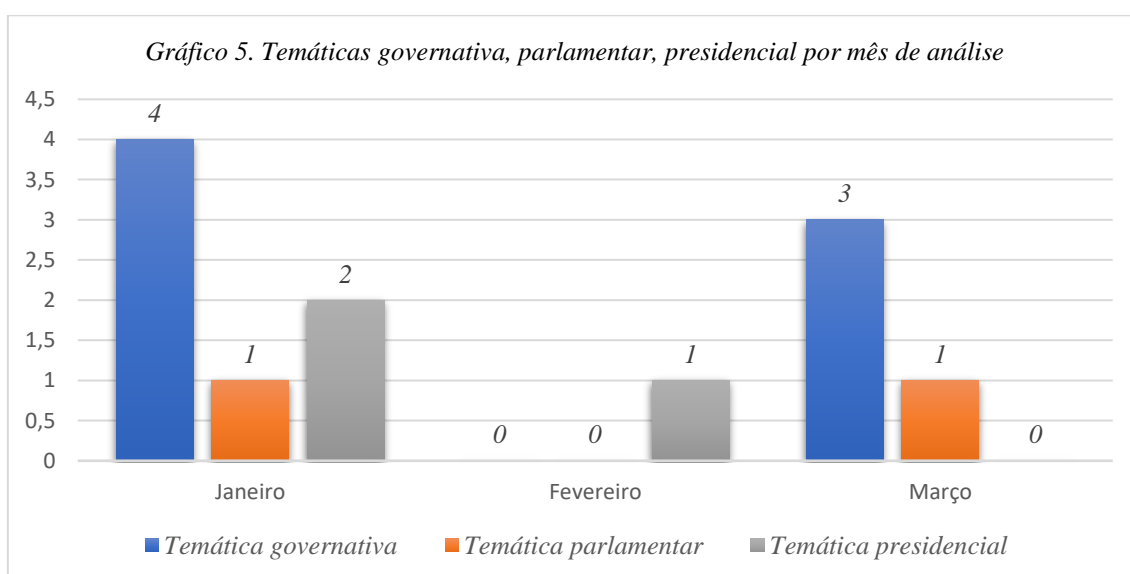
### **3.3.2 Dimensão Temática**

#### **VARIÁVEL 5 / TEMÁTICA POLÍTICA**

A quinta variável em análise e a primeira de dimensão temática corresponde à temática política associada a cada trabalho jornalístico transmitido no período de análise. Neste sentido, surgem quatro subvariáveis: 1) governativa; 2) parlamentar; 3) partidária; 4) presidencial. Importa referir que um trabalho jornalístico se pode associar a mais do que uma temática política.



A temática partidária é a subvariável mais representada neste estudo. De acordo com o Gráfico 4, a temática partidária esteve presente em 73 trabalhos jornalísticos. Em 69 peças esteve presente de forma exclusiva. Em termos estatísticos, 85,2% dos trabalhos associaram-se exclusivamente à temática política partidária. Em quatro trabalhos jornalísticos, o espaço foi partilhado com outras temáticas políticas. Em janeiro, foram transmitidos 24 trabalhos jornalísticos associados à temática partidária. Em fevereiro, foram transmitidos 31. Em março, foram transmitidos 18. De facto, a presença da temática partidária foi maioritária ao longo dos meses de análise devido ao ambiente eleitoral e à intensificação das ações de campanha. Ainda assim, importa verificar a dinâmica associada às restantes temáticas políticas.

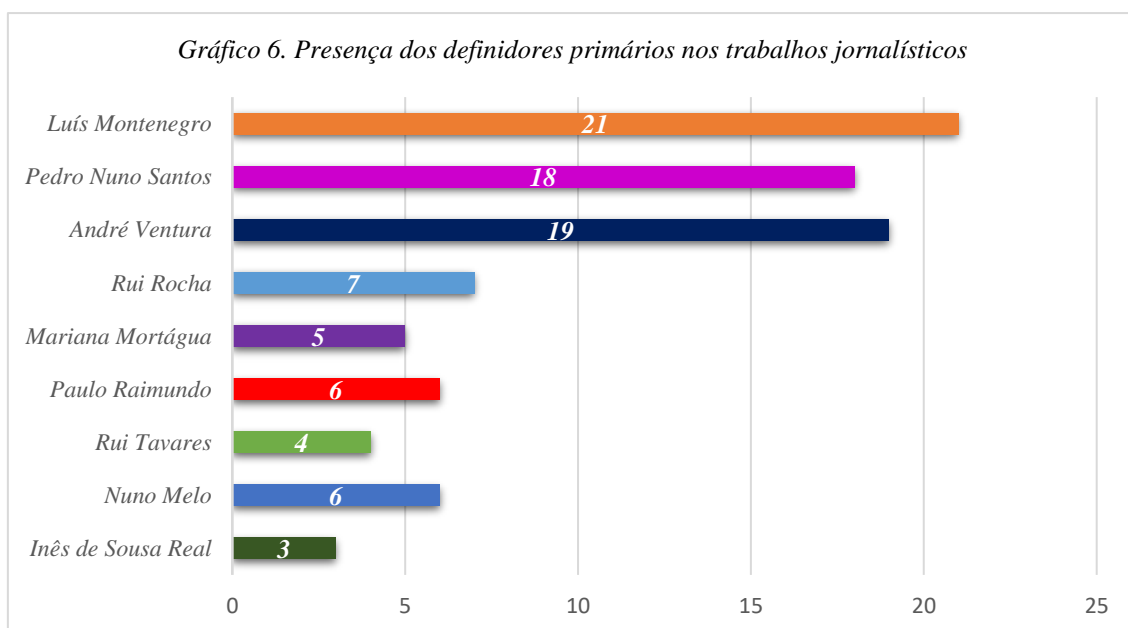


De acordo com o Gráfico 5, o mês de janeiro foi o único mês do período de análise com trabalhos jornalísticos associados a todas as temáticas políticas. A temática governativa associou-se a quatro trabalhos jornalísticos – nº 14, nº 23, nº 24, nº 25 – que disseram respeito às investigações criminais que levaram à demissão do governo regional da Madeira. Os 2 trabalhos de cariz presidencial – nº 15 e nº 19 – relacionaram-se com o papel e opinião de Marcelo Rebelo de Sousa sobre essa crise política. O trabalho de cariz parlamentar – nº 1 – teve uma dimensão explicativa sobre o funcionamento do parlamento durante o período de dissolução.

No mês de fevereiro, as presenças mediáticas do governo, do parlamento e do Presidente da República decresceram ainda mais. O espaço mediático foi destinado, quase exclusivamente, às ações de campanha dos partidos políticos. A exceção visível no Gráfico 5 relacionou-se com um trabalho jornalístico com um cariz presidencial. O trabalho jornalístico nº 38 diz respeito à posição do chefe de estado ainda sobre a crise política na Madeira. Em março, a formação de um novo governo com base nos resultados eleitorais obrigou a que o número de trabalhos jornalístico com um cariz governamental crescesse – nº 67, nº 77, nº 78. O único trabalho jornalístico de cariz parlamentar – nº 80 – assumiu uma dimensão explicativa quanto à nova composição da Assembleia da República. O mês de março foi marcado pela reta final da campanha eleitoral e pelo processo de formação de um novo governo. Isto levou a que o Presidente da República assumisse uma postura de recato, razão pela qual não existiram trabalhos jornalísticos de cariz presidencial em março.

## VARIÁVEL 6 / DEFINIDORES PRIMÁRIOS

A sexta variável em análise corresponde aos definidores primários, ou seja, as fontes institucionais. Apesar dos 81 trabalhos jornalísticos possuírem dezenas de definidores primários, decidiu-se restringir a análise aos principais intervenientes do espaço político durante o período de investigação, nomeadamente aos líderes partidários com representação parlamentar. Tal como na variável anteriormente analisada, um trabalho jornalístico pode associar-se a mais do que um definidor primário. Aliás, essa realidade foi muito comum. O Gráfico 6 revela a presença de 9 definidores primários nos 81 trabalhos jornalísticos analisados. No Gráfico 6, a ordem dos definidores primários segue a composição parlamentar da XVI legislatura.



O Gráfico 6 revela que os líderes dos partidos com maior representação parlamentar tiveram uma maior presença mediática nos trabalhos jornalísticos realizados pelas três repórteres parlamentares. No período de análise, Luís Montenegro foi o líder partidário com uma maior presença nos trabalhos, enquanto fonte institucional. Esteve presente em 21 trabalhos jornalísticos. De seguida, surgiram André Ventura e Pedro Nuno Santos representados em 19 e 18 trabalhos jornalísticos, respetivamente. Para estes resultados contribuiu o facto de as três repórteres parlamentares terem feito parte das equipas responsáveis pela cobertura das campanhas eleitorais dos três partidos para as eleições legislativas de 2024. A Paula Caeiro Varela fez a campanha da Aliança Democrática (PSD/CDS), a Sandra Antunes fez a do PS e a Graça Picão fez a do Chega. Depois destas três fontes institucionais identificadas, surgiu Rui Rocha como o 4.º definidor primário com maior presença mediática. Seguiram-se Paulo Raimundo e Nuno Melo, enquanto fontes institucionais, em seis trabalhos jornalísticos. Mariana Mortágua, Rui Tavares e Inês de Sousa Real surgiram como definidores primários em cinco, quatro e três trabalhos jornalísticos, respetivamente.

A análise desta variável foi determinante para responder à questão: “Os repórteres consideram que o destaque editorial concedido aos definidores primários influenciou os resultados eleitorais?” A resposta dos repórteres parlamentares foi unânime. Sim, consideram que influenciou e o exemplo do Chega foi o mais evidenciado pelas repórteres. Antes das eleições legislativas, o Chega tinha uma representação parlamentar

não muito superior à de outros partidos como a Iniciativa Liberal – 12 deputados contra 8 deputados liberais. Todavia, a presença mediática de André Ventura e de Rui Rocha apresentou uma diferença de 12 trabalhos jornalísticos. “A agenda diária intensa, os “sound bites” constantes para a televisão e os níveis das audiências das entrevistas de André Ventura confirmam o nível do mediatismo. Esse mediatismo traz ganhos eleitorais e faz ganhar votos nas urnas”, defendeu Sandra Antunes. A repórter Paula Caeiro Varela reconheceu também que a presença mediática e a eficácia da mensagem e das iniciativas de cada partido e dos seus líderes foram determinantes para essa influência eleitoral. Ainda assim, a repórter lembrou ainda que essa influência surgiu de “um conjunto de elementos que não tem propriamente a ver com os trabalhos jornalísticos. Acho que se relaciona em parte com uma questão de alinhamento e de escolhas editoriais”, concluiu Paula Caeiro Varela. Sobre as escolhas editoriais, a repórter Graça Picão defendeu que todos os partidos deviam ter tido o mesmo espaço mediático, porque nunca se sabe a representação parlamentar que terão no futuro. “Não podem ser os jornalistas a avaliar o quanto é que os partidos e os candidatos valem”, acrescentou Graça Picão.

Além dos líderes partidários, destacou-se a presença de outras fontes institucionais. Perante a realidade políticas das regiões autónomas, José Manuel Bolieiro e Vasco Cordeiro foram definidores primários em quatro trabalhos jornalísticos. Na Madeira, Miguel Albuquerque e Ireneu Barreto surgiram em três e dois trabalhos jornalísticos, respetivamente. A nível nacional, Marcelo Rebelo de Sousa e Aníbal Cavaco Silva foram definidores primários em três trabalhos jornalísticos e António Costa em dois.

## VARIÁVEL 7 / FONTE EM RELAÇÃO AO ACONTECIMENTO

As tipologias de fontes em relação ao acontecimento surgem do contributo teórico de Felipe Pena. Como analisamos no 1º capítulo deste trabalho, as *fontes oficiais* correspondem às que mantêm um vínculo direto com o assunto em questão. Ao contrário, as *fontes independentes* fazem declarações sobre o assunto sem terem qualquer vínculo direto. Além disto, existem ainda as *fontes oficiosas* que fazem declarações sobre assuntos para o qual não estão autorizados a falar e ainda as *fontes testemunhais* que acabam por estar “mediados pelas emoções, pelos preconceitos, pela memória e pela própria linguagem” (Pena, 2005, p.64). A Tabela 3 indica-nos o número de trabalhos jornalísticos onde foi possível identificar claramente as várias tipologias de fontes em relação ao acontecimento.

Fontes em relação ao acontecimento	Nº de trabalhos jornalísticos
Fonte oficial	62
Fonte independente	28
Fonte testemunhal	3
<b>Fonte oficiosa identificável</b>	5

*Tabela 3. Fontes em relação ao acontecimento nos trabalhos jornalísticos*

De acordo com a Tabela 3, as fontes oficiais foram visíveis em 62 trabalhos jornalísticos. Efetivamente, foi a tipologia de fontes em relação ao acontecimento mais presente. De seguida, surgiram as fontes independentes que foram visíveis em 28 trabalhos. Por sua vez, as fontes testemunhais podem ser encontradas peças. Tal como variáveis anteriormente analisadas, um trabalho jornalístico pode ter mais do que uma tipologia de fonte em relação ao acontecimento. No período de análise, existiram 15 trabalhos jornalísticos com essas características, o equivalente a 18,5%.

O uso das fontes oficiosas foi identificado em cinco trabalhos jornalísticos. A capacidade de identificar o uso das fontes oficiosas deveu-se ao recurso de expressões como “nos bastidores” ou “a TVI sabe”. Apesar de ser difícil de quantificar o recurso noutros trabalhos jornalísticos, duas repórteres parlamentares admitiram que o uso de fontes oficiosas durante o período de análise teve uma dimensão considerável. “Durante a campanha eleitoral das eleições legislativas, todas as minhas peças relacionavam-se com as fontes oficiosas. Os trabalhos jornalísticos pareciam mostrar a minha perceção sobre os assuntos por estar no terreno, mas mostrava minha perceção tendo em conta o contacto com essas pessoas”, explicou Graça Picão. A repórter Paula Caeiro Varela admitiu também que recorreu às fontes oficiosas para não ficar refém dos canais oficiais. “Este tipo de fontes têm uma mensagem própria. A mensagem dos partidos é trabalhada e o papel do jornalista é tentar ver sempre mais além”, acrescentou Paula Caeiro Varela. A repórter Sandra Antunes teve uma posição ligeiramente diferente quanto à necessidade de os jornalistas recorrerem às fontes oficiosas durante o período de análise, sobretudo durante as campanhas eleitorais. “É muito difícil que os jornalistas tenham uma notícia exclusiva.”, defendeu. Ainda assim, Sandra Antunes reconheceu a importância de se recorrer às fontes oficiosas em determinados momentos, nomeadamente nas tentativas de identificar os candidatos a deputados, os futuros ministros ou a presença de personalidades políticas em ações de campanha.

## VARIÁVEL 8 / FONTES EM RELAÇÃO AO JORNALISTA

As tipologias de fontes em relação ao jornalista surgem sobretudo do contributo teórico de Mar Fontcuberta. Tal como foi analisado no 1º capítulo do relatório de estágio, as *fontes exclusivas* dão informações privilegiadas aos jornalistas e as *fontes partilhadas* atribuem aos jornalistas um volume de informação homogéneo em quantidade e qualidade. As *fontes partilhadas* dividem-se em outras quatro tipologias. As *fontes partilhadas resistentes* causam obstáculos aos jornalistas no acesso à informação que procuram. As *fontes partilhadas abertas* não obstaculizam a ação dos jornalistas, mas também não os procuram. Noutro sentido, as *fontes espontâneas* tomam a iniciativa de informar os jornalistas ao conceder-lhes respostas às questões colocadas. As *fontes ansiosas* surgem de a necessidade urgente das personalidades mediáticas comunicarem com os jornalistas (Fontcuberta, 1999, p.47). A Tabela 4 indica-nos o número de trabalhos jornalísticos onde foi possível identificar claramente as várias tipologias de fontes em relação ao jornalista.

Fontes em relação ao jornalista	Nº de trabalhos jornalísticos
Fonte exclusiva	8
Fonte partilhada aberta	12
Fonte partilhada espontânea	20
Fonte partilhada ansiosa	42
Fonte partilhada resistente	4

Tabela 4. Fontes em relação ao jornalista nos trabalhos jornalísticos

De acordo com a Tabela 4, as fontes partilhadas ansiosas foram identificadas em 42 trabalhos jornalísticos. Essa foi a tipologia mais presente nos trabalhos jornalísticos. De seguida, surgiram as fontes partilhadas espontâneas presentes em 20 trabalhos jornalísticos. A preponderância das fontes partilhadas ansiosas e espontâneas deveu-se sobretudo ao contexto eleitoral e de campanha para as eleições legislativas de 2024. Esse período político intensificou a ambição dos intervenientes políticos em marcarem a agenda mediática. Num período eleitoral, a ação das fontes institucionais em procurar uma presença mediática não se coaduna com uma postura de resistência face à cobertura jornalística. Os definidores primários dependem dos jornalistas para marcarem a agenda e chegarem ao eleitorado. Assim, este período político foi caracterizado por um contacto residual entre os jornalistas e as fontes partilhadas abertas e partilhadas resistentes. As

fontes partilhadas abertas e partilhadas resistentes foram visíveis em cinco e quatro trabalhos jornalísticos, respetivamente. Este período político dificultou também o acesso às fontes exclusivas, como comprovou a repórter parlamentar Sandra Antunes: “O jornalista não pode esperar encontrar grandes histórias exclusivas nesse período”, razão pela qual as fontes exclusivas terem sido visíveis apenas em 8 trabalhos jornalísticos. A par de outras variáveis, os trabalhos jornalísticos podem se associar a mais do uma tipologia de fontes em relação ao jornalista. Dos 81 trabalhos jornalísticos, 10 tinham duas tipologias de fontes em relação ao jornalista, o que corresponde a 12,3%.

## VARIÁVEL 9 / INTERAÇÕES COM AS FONTES

As interações com as fontes correspondem à 9ª variável de análise. Foram analisadas no 1º capítulo graças ao principal contributo teórico de John Thompson. A *interação cara-a-cara* pressupõe que a fonte e o jornalista estabeleçam a mesma vontade dialogante como recetor e emissor. A *quase interação mediada* destingue-se por ser uma forma de interação monológica. Por último, a *interação mediada* associa-se a uma comunicação à distância, através de videoconferência, telefonemas ou cartas a que os jornalistas acedem (Thompson, 1998, p.80). A Tabela 5 apresenta a dimensão numérica identificável de cada tipologia de interação entre os jornalistas e as fontes.

Interações com as fontes	Nº de trabalhos jornalísticos
Interação cara-a-cara	65
Quase interação mediada	14
Interação mediada	5

Tabela 5. Interações com as fontes nos trabalhos jornalísticos

A Tabela 5 indica que a interação cara-a-cara entre jornalistas e as fontes foi visível em 65 trabalhos jornalísticos. Esta foi a tipologia mais comum entre o conjunto de interações existentes entre os jornalistas e as fontes. Isto deveu-se sobretudo ao período de campanha eleitoral que possibilitou aos jornalistas e às fontes institucionais trocarem, diariamente, a mesma vontade dialogante. Além disto, a dimensão numérica da quase interação mediada foi visível em 14 trabalhos jornalísticos. No período de análise, essa realidade deveu-se à prática comum de os definidores primários discursarem em comícios, não permitindo aos jornalistas a oportunidade de colocar questões. Tal como as

anteriores variáveis analisadas, os trabalhos jornalísticos podem se associar a mais do que uma tipologia de interação entre os jornalistas e as fontes. Ao todo, existiram sete trabalhos jornalísticos com essas características, o que corresponde a 8,6%. Em todos essas peças, foi visível uma combinação da interação cara-a-cara e da quase interação mediada. Um período eleitoral implica que os repórteres estejam durante muitos dias e horas no terreno a acompanhar as ações de campanha dos partidos políticos. Tal realidade levou a que a interação mediada fosse a tipologia menos comum durante o período de análise, sendo visível em cinco trabalhos.

## VARIÁVEL 10 / ATRIBUIÇÕES DE INFORMAÇÃO

As atribuições de informação correspondem à 10.<sup>a</sup> variável em análise e foram também discutidas no 1º capítulo deste trabalho graças ao contributo teórico de Mar Fontcuberta. Existem três tipologias de atribuições de informação. A *atribuição direta* é utilizada quando se identifica diretamente o autor de uma determinada declaração. A *atribuição com reservas* associa-se a uma identificação pouco clara do autor de determinada declaração (ex: fontes do Palácio de Belém referem...). A *atribuição com reserva obrigatória* ocorre quando a fonte de determinada informação não é identificada. (Fontcuberta, 1999, p.48). Na Tabela 6, é possível identificar a dimensão numérica do recurso às atribuições de informação nos trabalhos jornalísticos.

Atribuições de informação	Nº de trabalhos jornalísticos
Atribuição direta	79
Atribuição com reserva obrigatória	5
Atribuição com reservas	0

Tabela 6. Atribuições de informação nos trabalhos jornalísticos

De acordo com a Tabela 6, a atribuição direta esteve presente em 79 trabalhos, sendo a mais comum. A prática jornalística obriga, sempre que possível, à identificação dos autores de determinada informação utilizada pelos repórteres. No cenário político que compreendeu o período de análise, a exigência com o uso da atribuição direta aumentou. A isto, se deveu o facto de as fontes institucionais estarem sujeitas a uma cobertura jornalística mais intensa e permanente. A grande distância surgiu a atribuição com reserva obrigatória em 5 peças. Esta dimensão numérica relacionou-se sobretudo com a composição das listas de candidatos a deputados e a sucessão de eventos que aconteceram

nos bastidores dos partidos político no âmbito da crise política na Madeira. Além disto, destacou-se a inexistência de qualquer *atribuição com reservas*. Assim como as variáveis analisadas anteriormente, os trabalhos jornalísticos podem estar associados a mais do que uma atribuição de informação. O *corpus* de análise composto por 81 trabalhos incluiu três peças com atribuições direta e com reserva obrigatória, o equivalente a 3,7%.

## VARIÁVEL 11 / CANAL DE INFORMAÇÃO

O contributo teórico de Rogério Santos permite desenvolver as diferentes tipologias desta variável associada aos canais de informação que os jornalistas estabelecem com as fontes. Os *canais de rotina* incluem os momentos de interações obtidos nos debates parlamentares, as conferências de imprensa, os comícios, as arruadas, etc. Os *canais de iniciativa* surgem da vontade de iniciativa dos jornalistas em estabelecer espontaneamente contacto com as fontes. Os *canais informais* implicam fugas de informação e contactos restritos com as fontes (Santos, 1997, p.27). Posto isto, a Tabela 7 revela a dimensão numérica dos canais de informação nos trabalhos jornalísticos que constituem o corpus de análise.

Canais de informação	Nº de trabalhos jornalísticos
Canal de rotina	68
Canal de iniciativa	13
Canal informal	5

Tabela 7. Canais de informação nos trabalhos jornalísticos

De acordo com a Tabela 7, o canal de rotina foi a tipologia de canal de informação mais visível no conjunto de trabalhos jornalísticos analisados. Foi visível em 68 peças. Por sua vez, o recurso aos canais informais foi visível em cinco trabalhos, nomeadamente nos que abordaram a constituição das listas de candidatos a deputados às eleições legislativas de 2024 e a crise política na Madeira. Tal como as anteriores variáveis analisadas, os trabalhos jornalísticos podem associar-se a vários canais de informação estabelecidos. Neste caso, existiram 7 peças com estas características, o que corresponde a 8,6%.

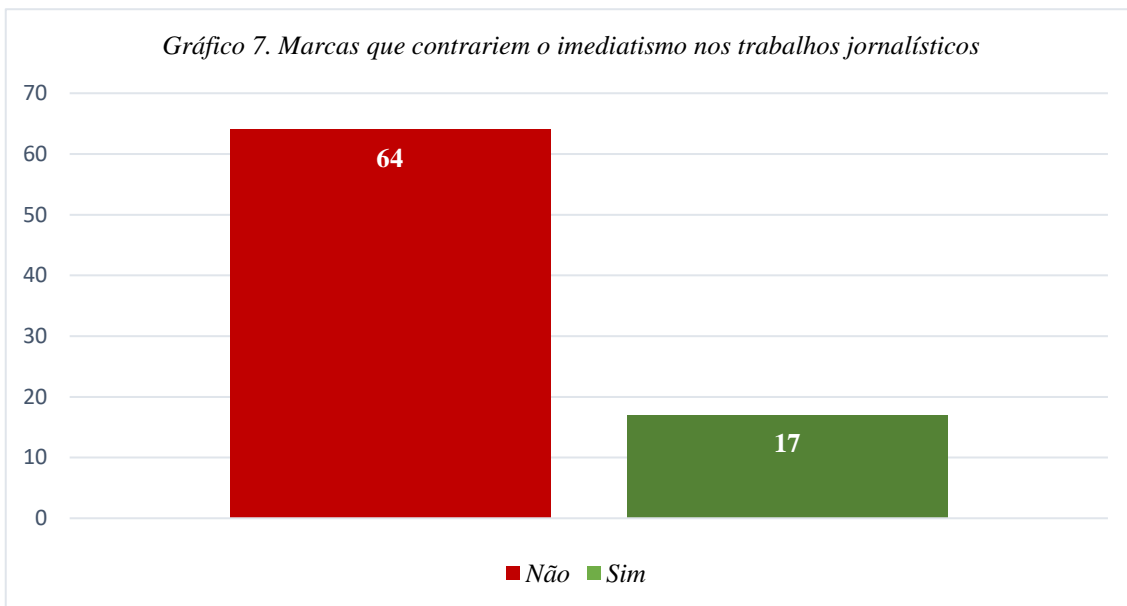
Os canais de iniciativa foram visíveis em 12 trabalhos, sobretudo nas semanas de pré-campanha eleitoral, uma vez que a TVI e a CNN Portugal decidiram entrevistar os

líderes dos partidos políticos. Por outro lado, a capacidade de os jornalistas estabelecerem canais de iniciativa durante a campanha eleitoral foi difícil, segundo relataram as repórteres parlamentares. “Não temos tempo para muito mais. Mesmo que o jornalista tenha a iniciativa de criar conteúdos próprios, vai chegar ao fim do dia com um dilema”, indicou Graça Picão. Este dilema relacionou-se sobretudo com o processo de escolha entre o conteúdo próprio e o conteúdo que acontece de facto. A repórter Sandra Antunes esclareceu que “os candidatos vão acabar por responder àquilo que os jornalistas queriam perguntar nesse contexto de iniciativa”. Para a repórter Graça Picão, “as duas coisas não são compatíveis”. Apesar de assumir dificuldades na criação conteúdos próprios, a repórter Paula Caeiro Varela defendeu que os jornalistas devem continuar a insistir na criação de conteúdos próprios e diferenciadores. “Caso contrário, bastava ir uma equipa e fazer o trabalho para todos. Não é isso que se pretende. Não é isso que é o jornalismo”, concluiu Paula Caeiro Varela.

## VARIÁVEL 12 / MARCAS QUE CONTRARIAM O IMEDIATISMO

A gestão pragmática do tempo nas redações dificulta a existência de um foco noticioso que não esteja apenas relacionado com o relato dos acontecimentos políticos (Negrine, 1999, p.348). Tal como foi analisado no 1º capítulo do relatório de estágio, o imediatismo ligado à lógica de uma corrida contra o tempo tem implicado a existência de um jornalismo em que a formulação padrão de uma notícia assenta no que definidores primários dizem e na definição sobre para quem o dizem (Patterson, 1996, p.101). Assim, conclui-se que a maioria das declarações das fontes políticas dão apenas seguimento às notícias já apresentadas por outras fontes (Sá, 1994, p.383).

No estudo, a necessidade de identificar marcas que contrariem a lógica do imediatismo tornou-se essencial para compreender o espaço editorial concedido aos repórteres parlamentares durante uma dissolução parlamentar. O Gráfico 7 mostra a dimensão numérica dos trabalhos jornalísticos que tinham e não tinham marcas que contrariaram a lógica do imediatismo. As marcas que contrariaram a lógica do imediatismo definiram-se como marcas que materializaram algum nível de investigação informativo mais aprofundado sobre os temas destacados nas peças. Por outras palavras, as marcas que contrariaram o imediatismo foram definidas como marcas informativas que permitiu ir além do simples relato dos acontecimentos ou das reações das fontes institucionais.



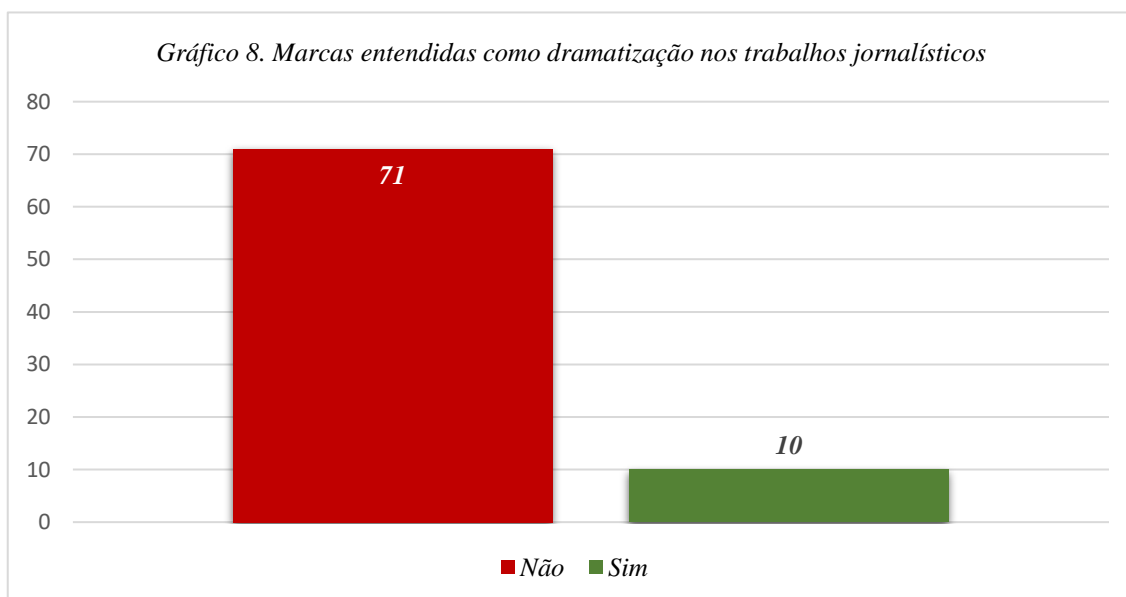
Ao contrário das variáveis anteriormente analisadas, esta 12<sup>a</sup> variável é dicotómica, ou seja, tem duas opções de resposta. De acordo com o Gráfico 7, a maioria dos trabalhos jornalísticos não se caracterizou por ter marcas que contrariaram a lógica do imediatismo. Ao todo, foram identificadas 64 peças com estas características, o que corresponde a 79%. De facto, o período de análise foi marcado por uma presença muito forte do imediatismo. Ainda assim, a repórter Paula Caeiro Varela lembrou que o imediatismo não é algo exclusivo deste período político de análise. “A lógica do imediatismo é um fator permanente. Nós vivemos nesse tempo e não outro. O jornalismo reflete essa realidade. O imediatismo é algo do tempo e é um ar do tempo”, defendeu. As repórteres reconhecem que o imediatismo condicionou o trabalho jornalístico, mas também foi algo necessário. “Quando entramos em direto de hora a hora, precisamos das reações dos candidatos a determinado assunto. Caso contrário, não temos nada de novo para referir nos diretos”, explicou Graça Picão.

Por outro lado, 17 trabalhos caracterizaram-se por ter pelo menos uma marca que contraria a lógica do imediatismo, o equivalente a 21%. Os trabalhos jornalísticos nº 7, nº 38 e nº 73 são três exemplos de peças que contribuíram para estes valores. Da autoria de Graça Picão, o trabalho nº 7 caracterizou-se por um trabalho de verificação e contextualização sobre todo o processo que envolveu o pagamento de uma indemnização à ex-presidente executiva da TAP, Christine Ourmières-Widener, incluindo detalhes relacionados com os contratos. Da autoria de Sandra Antunes e de Paula Caeiro Varela,

as peças nº 38 e nº 73, respetivamente, tiveram também marcas que contrariam o imediatismo. O nº 38 deu destaque aos prazos constitucionais sobre a dissolução da assembleia legislativa da Madeira. O nº 73 envolveu um trabalho de verificação sobre detalhes que comprovaram a anulação de vários votos dos círculos da emigração nas eleições legislativas de 2024.

### VARÍAVEL 13 / MARCAS ENTENDIDAS COMO DRAMATIZAÇÃO

Os assuntos políticos podem ser apresentados a partir de fenómenos de espetacularização (Street, 2005, p.27). Tal como foi analisado no 1º capítulo do trabalho, o tratamento noticioso em televisão privilegia, teoricamente, a materialização de frases curtas com o objetivo de se explorar emoções (Salgado, 2007, p.31). Ao surgirem em detrimento da razão (Trindade, 2015, p.34), essas expressões resumem os trabalhos jornalísticos a lutas de personalidade pelo poder (Salgado, 2007, p.34). Nesse sentido, procurou-se identificar, nos trabalhos jornalísticos que compõem o *corpus* de análise, a dimensão do recurso a essas frases associadas à espetacularização e à dramatização.



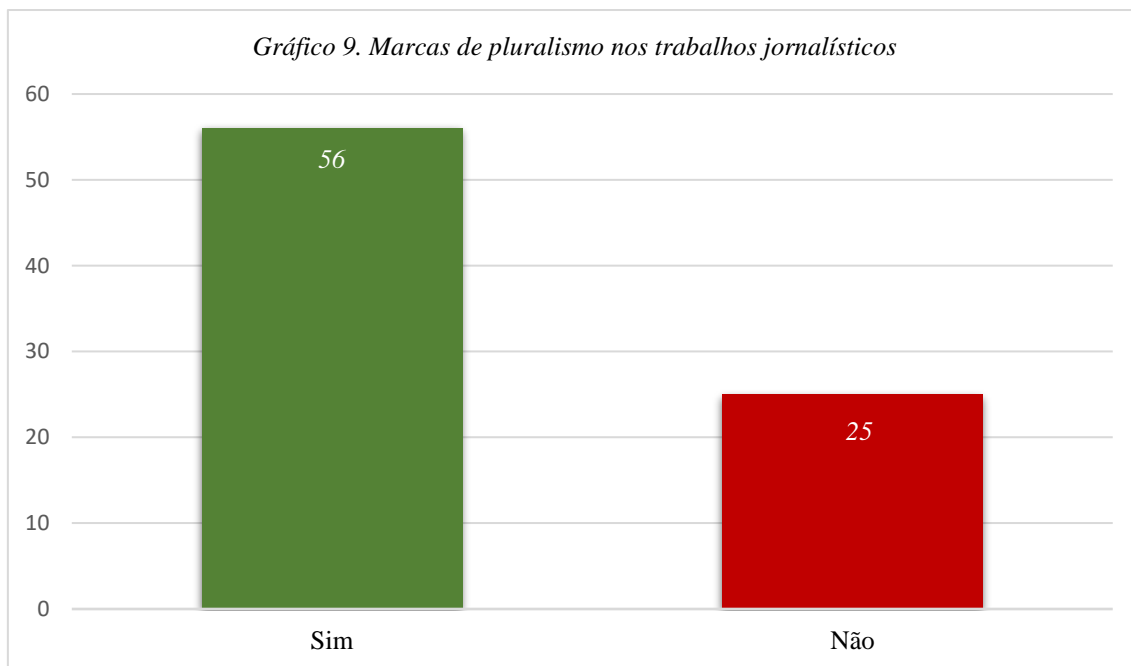
Ao contrário da conceção teórica, o Gráfico 8 comprova que o recurso a expressões que podem ser entendidas como marcas de dramatização da informação foi uma realidade pouco comum nos trabalhos jornalísticos feitos pelas repórteres parlamentares durante o período de análise. As expressões que podem ser entendidas como marcas de dramatização são, entre elas: “com ou sem a ajuda divina”; “a teia em

que o país está mergulhado”; “o que nasce torto tarde ou nunca se endireita”; e “a justiça a ferro e fogo”; “a espada sobre todos”. Em termos numéricos, 71 peças não possuíram qualquer expressão que pudesse ser entendida como uma marca de dramatização da informação, o que corresponde a 87,7% do total de trabalhos. Essas marcas foram apenas identificáveis em 10 peças, o equivalente a 12,3%.

A repórter Sandra Antunes explicou que o recurso a estas expressões “depende muito do estilo de cada jornalista. São expressões que surgem dependendo das situações”. Ainda assim, todas as repórteres parlamentares concordaram que o uso destas expressões deve ser sempre marcado pela moderação. Por outras palavras, o uso deve ser evitado. “Não acrescentam nada. Não dizem nada. Não são mensagens válidas”, defendeu Paula Caeiro Varela. “Eu relato fatos para depois os espetadores construïrem opiniões”, sublinhou Graça Picão. Ainda assim, Paula Caeiro Varela realçou ainda que é importante diferenciar estas expressões de outras próprias da política que permitem “brincar com o texto (...) podem adicionar e não retirar informação”, concluiu. A reflexão sobre o uso das expressões que podem ser entendidas como marcas de dramatização da informação permitiu ainda uma reflexão sobre a importância de se distinguir o papel do jornalista e o papel do comentador. “Eu aprendi que os jornalistas não devem usar adjetivos. Devemos mostrar os factos e as pessoas é que devem adjetivar”, concluiu Graça Picão.

#### VARIÁVEL 14 / MARCAS DE PLURALISMO

Os jornalistas devem ter uma postura obsessiva com a lógica do pluralismo e do equilíbrio proporcional. Neste sentido, a identificação de marcas de pluralismo corresponde à última variável em análise neste trabalho. Uma declaração “cuidadosamente argumentada deve ser seguida pela arrogância infundada do seu opoente formal” (Tolson, 2018, p.113). Entende-se que “os factos são sagrados e os adversários e amigos têm o direito em serem ouvidos” (Viner, 2017). Se o trabalho jornalístico não se associar a estas premissas, pode ser acusado de não se guiar pelo critério do pluralismo, do bom senso e do equilíbrio (Baptista, 2017, p.146) Posto isto, o Gráfico 9 revela o número de trabalhos jornalísticos que apresentam ou não marcas de pluralismo.



De acordo com Gráfico 9, foi possível identificar marcas de pluralismo em 56 trabalhos jornalísticos, o que corresponde a 69,2%. Por outras palavras, foi possível identificá-las na maioria dos trabalhos. Ainda assim, importa destacar que a análise sobre a presença de marcas de pluralismo não diz só respeito aos trabalhos jornalísticos isolados. O cumprimento do princípio do pluralismo foi identificado através da análise conjunta dos vários trabalhos jornalísticos que abordaram o mesmo assunto e surgiram em cadeia nos alinhamentos do Jornal Nacional. A título de exemplo, o trabalho jornalístico nº 50 – autoria de Graça Picão – cumpriu o princípio do pluralismo, uma vez que se centrou na resposta de André Ventura sobre possíveis pontos de entendimento entre a Aliança Democrática e o PS, sugeridos por José Luís Carneiro noutro trabalho jornalístico. No trabalho jornalístico nº 62 – autoria de Paula Caeiro Varela –, Luís Montenegro reagiu às acusações de irresponsabilidade feitas pelo Chega. No trabalho jornalístico nº 53 – autoria de Sandra Antunes – todos os partidos com representação parlamentar reagiram à presença de Pedro Passos Coelho na campanha eleitoral da Aliança Democrática.

A partir do Gráfico 9, verifica-se também que não foi possível identificar marcas de pluralismo em 25 trabalhos jornalísticos, o que corresponde a 30,8%. Esta realidade também foi evidenciada sobretudo na campanha das eleições legislativas de 2024. As 3 repórteres parlamentares sublinharam que foi importante manterem-se informadas sobre o que acontecia nas campanhas dos outros partidos, de forma a questionarem depois o líder do partido que estão a acompanhar. Ainda assim, esse trabalho nem sempre foi fácil,

uma vez que as diferentes campanhas e os trabalhos jornalísticos tiveram focos de abordagem distintos. A título de exemplo, o trabalho jornalístico nº 35 – da autoria de Graça Picão – e nº 64 – da autoria de Sandra Antunes – destacaram as acusações de Pedro Nuno Santos aos partidos de direita que ficaram sem resposta. O trabalho jornalístico nº 40 – da autoria de Paula Caeiro Varela – centrou-se nas acusações de Luís Montenegro ao PS e ao Chega e que também ficaram sem resposta.

# CONCLUSÃO

Que espaço editorial tiveram os repórteres parlamentares da TVI e CNN Portugal durante a dissolução da Assembleia da República? Em primeiro lugar, foi um espaço editorial muito breve. A maioria dos trabalhos jornalísticos emitidos tiveram uma duração inferior a 2 minutos. A notícia com reações foi o género jornalístico dominante neste espaço editorial. A inexistência de reportagem deveu-se à dificuldade de conciliar este género com a necessidade de produzir trabalhos jornalísticos diários. O recurso a marcas de reportagem no espaço editorial das repórteres parlamentar também foi uma dificuldade. Por outro lado, o mero relato dos acontecimentos e das reações das fontes institucionais – definidores primários – foi uma tendência maioritária. O imediatismo foi um fator permanente e incontornável na avaliação do espaço editorial das repórteres parlamentares no período de análise. A esmagadora maioria das peças dos repórteres parlamentares teve um cariz partidário. Luís Montenegro, Pedro Nuno Santos e André Ventura foram as principais fontes institucionais a quem as repórteres parlamentares recorreram. De acordo com a avaliação das três jornalistas, o destaque editorial de cada fonte institucional pode ter influenciado os resultados eleitorais. Ainda assim, a influência não se deveu, segundo as repórteres, aos trabalhos jornalísticos. Pelo contrário, deveu-se às escolhas editoriais, na eficácia da mensagem e na agenda diária intensa dos partidos e candidatos.

Quais são as tipologias de fontes, as atribuições de informação, as interações e os canais de informação que marcaram o espaço editorial das repórteres parlamentares durante o período de análise? O período de dissolução parlamentar que abrange o período eleitoral implicou um recurso maioritário às fontes partilhadas ansiosas e espontâneas. O contexto eleitoral intensificou a ambição das fontes oficiais e das fontes independentes em marcarem a agenda mediática. O período de análise foi também marcado por uma certa previsibilidade no uso maioritário dos canais de rotina, da interação cara-a-cara e da atribuição direta. Os jornalistas e as fontes institucionais partilharam a mesma vontade dialogante, seja em ações de campanha de rua ou em comícios. A maioria das repórteres reconheceu que o recurso às fontes oficiosas foi importante, porque se associaram a uma mensagem própria que se afastava das mensagens trabalhadas pelos partidos. O compromisso com o pluralismo foi visível na maioria dos trabalhos jornalísticos que constituíram o espaço editorial das repórteres parlamentares durante o período de análise.

O recurso a expressões que podiam ser entendidas como uma dramatização da informação foi extremamente moderado, uma vez que os repórteres acreditam que o seu papel não é o de um comentador. O jornalista deve apresentar os factos que permitam aos cidadãos adjetivar.

Assim, o espaço editorial das repórteres parlamentares da TVI e da CNN Portugal durante a dissolução parlamentar permitiu confirmar várias questões jornalísticas. A experiência de estágio na TVI e na CNN Portugal, de 8 de janeiro a 5 de abril de 2024, permitiu analisar diversas questões impostas à rotina jornalística durante o período de dissolução marcado por vários acontecimentos políticos. A crise política na Madeira, a campanha eleitoral nos Açores, a campanha eleitoral das legislativas e a formação de um novo Governo tornaram o período de análise num momento interessante para o jornalismo político, refletido na informação da TVI e da CNN Portugal.

A realidade jornalística imposta pelo imediatismo e pela realidade política dificultou a missão dos jornalistas em reunir elementos diferenciadores nos seus trabalhos. O recurso às fontes oficiais foi maioritário, o que justifica, em parte, o facto de 80% dos trabalhos jornalísticos não terem marcas contrárias à lógica do imediatismo. Pelo contrário, o recurso a marcas que contrariam o imediatismo e o recurso a fontes não institucionais foram uma prática pouco comum. Assim, foi difícil comprovar importância atribuída pelas repórteres parlamentares à diversidade das fontes e aos elementos de reportagem. O dever do jornalismo para com o pluralismo não se esgota em dar voz às diferentes correntes ideológicas. Por outro lado, inclui dar voz a quem normalmente não tem um contacto direto e imediato com os jornalistas.

# BIBLIOGRAFIA

Aalberg, T. & Curran, J. (2012). How Media Inform Democracy: Central Debates. In Aalberg, T. Curran, J, *How Media Inform Democracy: A Comparative Approach* Routledge. 3 – 15.

[https://books.google.pt/books?id=qqOpAgAAQBAJ&printsec=frontcover&redir\\_esc=y#v=onepage&q&f=false](https://books.google.pt/books?id=qqOpAgAAQBAJ&printsec=frontcover&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false)

Aalberg, T., Stromback, J. & Vreese, C, H. (2011). The framing of politics as strategy and game: A review of concepts, operationalizations and key findings. <https://citeseerx.ist.psu.edu/document?repid=rep1&type=pdf&doi=033f19ae4349800bd34da673046cf74fdf0d42c8>

Abreu, J.V. (2008). The Portuguese parliament in the Digital Age. In: Oxford Internet Institute. (2008). *Parliaments in the Digital Age*. Oxford. Forum Discussion Report 13.

Almeida, J.V. & Pinto, J. M. (1975). Teoria e investigação empírica nas ciências sociais. Repositório do ISCTE – IUL. <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/6755/1/Almeida%2c%20Jo%2c%20a3o%20Ferreira%20de%20%2081975%29%20Vol.%20XI%2c%20N%2c%20ba%2042-43%2c%20pp.%20365-445.pdf>

Almeida, L. F. (2017). *O Pivô na Redação da TVI*. (Relatório de Estágio de mestrado, Escola Superior de Comunicação Social). Repositório do Instituto Politécnico de Lisboa. <https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/8050/1/Tese%20Final.pdf>

Baptista, C. (2017). Género e Jornalismo Parlamentar em Portugal. *Género & Direito*, 143 – 171. <https://blook.pt/publications/fulltext/b092d702e351/>

Belchior, A. M. (2008). Party Political Representation in Portugal. *South European Society and Politics*, 13 (4), 457 – 476. <https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1080/13608740902738384?needAccess=true&role=button>

Bernardes, C. B. (2013). Parlamentares × jornalistas: a dinâmica política das mídias legislativas da Câmara dos Deputados. *Revista Sociedade e Estado*, 28(3), 663 – 689. <https://www.scielo.br/j/se/a/PMLBrtwx7gcNpGkdxMS9GPM/?lang=pt#>

Blumler, J. G., & Gurevitch, M. (1995). *The crisis of public communication*. London: Routledge.

Castro, A. (2012). *Teorias do Jornalismo, Universidade e Profissionalização: Desenvolvimento Internacional e Impasses Brasileiros*. <https://www.bocc.ubi.pt/pag/castro-alexandre-2013-teorias-jornalismo.pdf>

Carpini, M. X. & Williams, B. A. (2001). Let Us Infotain You: Politics in the New Media Environment. In W. L. Bennett, & R. Entman (coords.), *Mediated Politics: Communication in the future of democracy*. Cambridge, UK; New York: Cambridge University Press. 160 – 181.

Chagas, L. J. V., & Cruz, M. C. da. (2022). Jornalismo declaratório na cobertura eleitoral e a dependência das fontes oficiais. *Sur Le Journalisme, about Journalism, Sobre Jornalismo*, 11(2), 108–123. <https://doi.org/10.25200/slj.v11.n2.2022.494>

Coelho, P., Reis, A. I., & Bonixe, L. (2021). *Manual de Reportagem*. Labcom Comunicação e Artes. <http://labcom.ubi.pt/book/357>

Constituição da República Portuguesa. (1976). <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx#art110>

Correia, J. C. (2010). Governos e Media: O Triunfo da Mediatização Política e a Autonomia do Jornalismo. *Media & Jornalismo*, 9 (2), 145-155. [https://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocicdigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/04/17\\_10-artigo.pdf](https://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocicdigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/04/17_10-artigo.pdf)

Évora, S, L. (2005). As fontes jornalísticas na televisão cabo-verdiana: Os "definidores primários" das discussões. *LabCom Comunicação e Artes*. <https://www.bocc.ubi.pt/pag/evora-silvino-fontes-jornalisticas.pdf>

Fenton, N. (2010). New Media, Journalism and Democracy: Figments of a Neo- Liberal Imagination?. *Media & Jornalismo*, 17 (9/2), 41-52 <https://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocicdigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/04/17-3-artigo.pdf>

Filho, P. A. (2009). A imagem pública do Congresso: Uma análise político-midiática. Tese de Pós-graduação. (Tese de Pós-graduação, Universidade de Brasília). Repositório institucional da Universidade de Brasília. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/7605>

Fontcuberta, M. (1999). *A notícia: Pistas para compreender o mundo*. Notícias.

Galarça, S, L. (2014). A presença dos Definidores Primários no Jornal Notícias do Dia: quando a pluralidade de opiniões fica em segundo plano. Portal Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-0867-1.pdf>

Gomes, A. (2012). *Nos bastidores dos telejornais. RTP1, SIC e TVI*. (1ª ed.) Tinta da China.

Hall, S., Chritcher, C., Jefferson, T., Clarke, J., Roberts, B. (1993). “A produção social das notícias: O *mugging* nos media” In Traquina, N. (1993). *Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"*

Lei n.º 14/79, de 16 de maio. Lei Eleitoral da Assembleia da República. [https://www.sg.mai.gov.pt/AdministracaoEleitoral/Legislacao/Documents/Lei%20Eleitoral%20da%20Assembleia%20da%20Rep%C3%BAblica\\_2022\\_WEB.pdf](https://www.sg.mai.gov.pt/AdministracaoEleitoral/Legislacao/Documents/Lei%20Eleitoral%20da%20Assembleia%20da%20Rep%C3%BAblica_2022_WEB.pdf)

Leston-Bandeira, C. (2013). How deeply are parliaments engaging on social media. *Information Polity*, 18, 281-297. [https://www.researchgate.net/publication/262351007\\_How\\_Deeply\\_are\\_Parliaments\\_Engaging\\_on\\_Social\\_Media](https://www.researchgate.net/publication/262351007_How_Deeply_are_Parliaments_Engaging_on_Social_Media)

Leston-Bandeira, C., & Freire, A. (2003). Internalising the lessons of stable democracy: The Portuguese parliament. *The Journal of Legislative Studies*, 9 (2), 56 – 84. <https://sci-hub.hkvisa.net/10.1080/1357233032000250635>

Leston-Bandeira, C., & Tibúrcio, T. (2012). Developing Links Despite the Parties - Parliament and Citizens in Portugal. *The Journal of Legislative Studies*, 18 (3-4), 384-402. <https://sci-hub.hkvisa.net/10.1080/13572334.2012.706052>

Lopes, F. (2012). *Vinte Anos de Televisão Privada em Portugal*. Editora Guerra & Paz.

Louw, E. (2005). An Introduction to Political Process and the Mass Media. *The Media and Political Process*. London, England: Sage

Luiscarlosgalo. (2009, fevereiro, 26). Início da Emissão TVI 24. Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=I-z77qQ8VHA>

Mancini, P. (1993). Between Trust and Suspicion: How Political Journalists Solve the Dilemma. *European Journal of Communication*, 8(1), 33–51. <https://scihub.hkvisa.net/10.1177/0267323193008001002>

MCComent. (2013, fevereiro, 03). Informação 4 - 19:30 - 20 de Fevereiro de 1993 - Clara de Sousa. (Vídeo). YouTube: [https://www.youtube.com/watch?v=2xkmeC-X\\_nw](https://www.youtube.com/watch?v=2xkmeC-X_nw)

Mesquita, M. (2004). *O quarto equívoco: O poder dos media na sociedade contemporânea* (2ª ed.). Minerva.

Miguel, L. F., Biroli, F., & Salgado, S. (2016). Meios de comunicação e política: evolução histórica e comparações entre Brasil e Portugal. In Prior H., Guazina L. e Araújo B. (orgs.) *Diálogos Lusófonos em Comunicação e Política*. (pp.43 – 73). Editora LabCom.IFP. [https://www.labcom.ubi.pt/ficheiros/201611021430-201611\\_dialogoslusofonos\\_hp.pdf](https://www.labcom.ubi.pt/ficheiros/201611021430-201611_dialogoslusofonos_hp.pdf)

Moreno, A., Soares, J. P., Gomes, P. (2021, março 17). Anabela Neves: “Ser repórter parlamentar é talvez das especializações mais exigentes e mais complexas do jornalismo”. UALMEDIA. <https://ualmedia.pt/anabela-neves-ser-reporter-parlamentar-e-talvez-das-especializacoes-mais-exigentes-e-mais-complexas-do-jornalismo/>

Negrine, R. (1999). Parliaments and the media: A changing relationship? *European Journal of Communication*. 14 (3), 325-352. <https://www.agora-parl.org/sites/default/files/agora-documents/Parliaments%20and%20the%20Media%20-%20A%20Changing%20Relationship.pdf>

Patterson, T. E. (1996). Bad News, Bad Governance. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 546(1), 97-108.

Pena, F. (2005). *Teoria do Jornalismo*. Editora Contexto.

Thompson, J. (1998). A mídia e a modernidade: Uma teoria social dos media. (W.O. Brandão, Trad) (5ªed.). [https://celacc.eca.usp.br/sites/default/files/images/john\\_b.\\_thompson\\_-\\_a\\_midia\\_e\\_a\\_modernidade\\_uma\\_teoriasocial\\_da\\_midia-vozes\\_1998.pdf](https://celacc.eca.usp.br/sites/default/files/images/john_b._thompson_-_a_midia_e_a_modernidade_uma_teoriasocial_da_midia-vozes_1998.pdf)

Traqueia, F. G. (2014) “Em Direto” – A banalização da transmissão em tempo real na informação da SIC e da SIC Notícias. (Relatório de Estágio, Universidade Nova de Lisboa) Repositório institucional da Universidade Nova de Lisboa: [FT\\_BanalizaçãoDoDiretoNaInformaçãoDaSICeDaSICNot.pdf \(unl.pt\)](#)

Traquina, N. (2020). *Teorias do Jornalismo – A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional*. Insular Livros.

Tolson, A. (2018). Polarized Politics and Personalization: British TV News Coverage of the EU Referendum 2016. In Ridge-Newman, A., León-Solís, F., & O’Donnell, H. (eds.), *Reporting the Road to Brexit: International Media and the EU Referendum 2016*. Palgrave Macmillan. 111-125.

Trindade, R. (2015) O Parlamento nas notícias: A cobertura jornalística da atividade parlamentar nos canais de televisão generalistas. Dissertação de mestrado. (Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências Humanas). Repositório institucional da Universidade Católica Portuguesa. <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/19230/1/201332060.pdf>

Ribeiro, F. (2013). O spin doctoring em Portugal: Estudo sobre as fontes profissionais de informação que operam na Assembleia da República. Tese de Doutoramento. (Tese de Doutoramento, Instituto de Ciências Sociais) Repositório institucional da Universidade do Minho. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/34431/1/Fernando%20Vasco%20Moreira%20Ribeiro.pdf>

RTP1. (1990). Conferência de imprensa de Cavaco Silva sobre a televisão privada. (Vídeo). RTP Arquivos.

Sá, L. (1994). *O lugar da Assembleia da República no sistema político*. Lisboa: Caminho

Santos, R. (1997). *A negociação entre jornalistas e fontes*. Minerva.

Salgado, S. (2005). A comunicação do poder ou o poder da comunicação. *Media & Jornalismo*, 7, 79 – 94. <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/23572/4/n7-04-Susana-Salgado.pdf>

Salgado, S. (2007). *Os veículos da mensagem política: Estudo de uma campanha eleitoral nos media*. Livros Horizonte

Schudson, M. (2002). The News Media a Political Institutions. *Annual Review of Political Science*, 5(1), 249 – 269. <https://sci-hub.hkvisa.net/10.1146/annurev.polisci.5.111201.115816>

Serrano, E. (2006). A dimensão política do jornalismo. *Comunicação & Cultura*, (2), 63 – 81. <https://doi.org/10.34632/comunicacaoecultura.2006.396>

Serrano, E. (2003). Jornalismo e elites do poder. *C-Legenda - Revista Do Programa de Pós-Graduação Em Cinema E Audiovisual*. <https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36845/21419>

Simões-Ferreira, I. (2018). Discursive Dimensions of Brexit Press Coverage in Portugal. In Ridge-Newman, A., León-Solís, F., & O'Donnell, H. (eds.), *Reporting the Road to Brexit: International Media and the EU Referendum 2016*. Palgrave Macmillan. 223 – 238.

Street, J. (2005). Politics Lost, Politics Transformed, Politics Colonised? *Theories of the Impact of Mass Media*, 3(1), 17 – 33. <https://sci-hub.hkvisa.net/10.1111/j.1478-9299.2005.00017.x>

Viner, K. (2017) A mission for journalism in a time of crisis. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/news/2017/nov/16/a-mission-for-journalism-in-a-time-of-crisis>

# ANEXOS

## Anexo 1. Entrevista a Graça Picão

Jornalista de política & repórter parlamentar

### **1) A maioria dos trabalhos jornalísticos não tem uma duração superior aos 2 minutos. A exigência com o fator-tempo condiciona o trabalho jornalístico?**

Sim. O fator-tempo condiciona o nosso trabalho, mas a determinada altura acabamos por ter consciência dessa realidade. Quando saímos em reportagem, nós construímos a história mentalmente e sabemos não vamos ter muito tempo para a materializar. A marca dos 2 minutos não surge ao acaso. Se os espetadores não entendem o que os jornalistas transmitem em 2 minutos, dificilmente entenderão o que se segue nos minutos posteriores.

### **2) Além da exigência do fator-tempo, o imediatismo é outro elemento condicionante durante o período de dissolução parlamentar?**

O imediatismo condiciona sempre. Ainda assim, importa referir que a lógica dos canais generalistas é diferente da lógica dos canais de informação. Quando entramos em direto de hora a hora, precisamos das reações dos candidatos a determinado assunto. Caso contrário, não temos nada de novo para referir nos diretos. Portanto, o imediatismo é um elemento condicionante, mas também é algo que os jornalistas têm necessidade.

### **3) O imediatismo é relevante para os diretos, mas concorda que dificulta a produção de outros géneros jornalísticos como a reportagem?**

A dificuldade de se criar reportagens deve-se ao imediatismo, mas também à realidade política. Há uns anos, tínhamos 5 partidos com representação parlamentar. Atualmente, temos 9 partidos. Se existir um trabalho jornalístico de cada partido com 2 minutos, significa que existem quase 20 minutos de trabalhos jornalísticos de política no alinhamento. Tenho dúvidas sobre se os espetadores têm interesse em ver este tipo de conteúdos durante 20 minutos. As pessoas não veem este período político como os jornalistas.

#### **4) E a criação e inclusão de conteúdos jornalísticos de iniciativa do repórter é dificultado pelo imediatismo?**

A criação e a inclusão de conteúdos jornalísticos próprios que fujam à agenda político-partidária é praticamente impossível. Os jornalistas têm a necessidade de acompanhar os partidos em permanência. Não temos tempo para muito mais. Mesmo que o jornalista tenha a iniciativa de criar conteúdos próprios, vai chegar ao fim do dia com um dilema. Vou colocar o conteúdo próprio na peça ou o que de facto aconteceu? As duas coisas não são compatíveis.

#### **5) Ainda assim, há espaço para o repórter recorrer a fontes oficiosas?**

O recurso a fontes oficiosas tem sempre espaço durante este período político. A título de exemplo e durante a campanha eleitoral das eleições legislativas, todas as minhas peças relacionavam-se com as fontes oficiosas. Utilizava informações que me eram dadas por pessoas que não revelavam a sua identidade. Os trabalhos jornalísticos pareciam mostrar a minha perceção sobre os assuntos por estar no terreno, mas mostrava a minha perceção tendo em conta o contacto com essas pessoas.

#### **6) O contacto entre os jornalistas e as fontes oficiais intensifica-se durante este período, assim como a presença mediática dos definidores primários. Essa dimensão influenciou os resultados eleitorais?**

Eu acho que influenciou. Eu considero que todos os partidos devem ter o mesmo espaço mediático. Os partidos podem ser grandes num determinado momento, mas não sabemos que representação poderão ter. Todos os partidos devem estar em pé de igualdade. Pensar o contrário é um princípio errado. Não concordo com o princípio de que é o jornalista a atribuir importância aos partidos. Não podem ser os jornalistas a avaliar o quanto é que os partidos e candidatos valem em determinado momento.

#### **7) A complementaridade entre a imagem e o texto tem um valor importante durante este período político?**

Eu não consigo escrever uma peça sem ver as imagens que tenho, porque saber as imagens que se tem faz parte da história. Em televisão, os jornalistas não têm de descrever as imagens, porque as pessoas estão a vê-las. No entanto, tens sempre de pensar nas imagens que tens para contar a história que pretendes. A complementaridade é o que faz a diferença numa peça. É muito visível. Por vezes, é frustrante quando estamos na redação a construir

uma peça e não conhecemos o lugar onde a ação decorreu. O jornalista tem sempre de moldar a história às imagens que tem. Daí que a relação entre o jornalista e o repórter de imagem é tão importante. Por vezes, os repórteres de imagens avisam os jornalistas sobre algo que está a acontecer e isso faz a diferença.

**8) Qual é a tua opinião sobre o recurso a expressões que podem ser consideradas como marcas de dramatização de informação?**

Eu coloco-me sempre do lado dos factos. Eu relato factos para depois os espetadores construírem opiniões. Eventualmente, podemos usar essas expressões, mas não devemos abusar. Não precisamos de dramatizar a realidade com essas expressões. Temos de distinguir o que é um jornalista e o que é um comentador. O jornalista não é um comentador que dá a sua opinião sobre os factos. Eu aprendi que os jornalistas não devem usar adjetivos. Devemos mostrar os factos e as pessoas é que devem adjetivar.

**9) Como é que analisas o período político da dissolução parlamentar de 2024?**

Esta dissolução parlamentar foi completamente atípica. Nunca tínhamos assistido a uma dissolução de 4 meses entre a demissão do primeiro-ministro e a realização de eleições. Foi muito tempo. Tivemos um parlamento a funcionar até ao final do ano a saber que iam existir eleições. O funcionamento do parlamento esteve subjugado à existência de eleições antecipadas e ao jogo partidário. Os partidos trouxeram ao parlamento o que lhes interessava mediaticamente e eleitoralmente. Ao fim ao cabo, o trabalho dos jornalistas está sempre marcado pelos ciclos eleitorais, porque as últimas legislaturas não têm chegado ao fim. Sempre que vamos para uma campanha eleitoral, precisamos de ter um conhecimento prévio do que está à nossa volta. Temos de mapear tudo o que está relacionado com a cobertura partidária em cada ponto do país. Temos de conhecer o nível de implantação do partido na região. Quem são os candidatos a deputados. Quais as expectativas de eleição de deputados? Independentemente do dia-a-dia, uma campanha eleitoral exige esse trabalho de enquadramento.

## Anexo 2. Entrevista a Sandra Antunes

Jornalista de política & repórter parlamentar

### **1) Fazer um trabalho jornalístico de 1m30 não é igual a fazer um de 2m30. O fator-tempo é um elemento condicionante?**

Sim, eu considero que o tempo ideal deve rondar os 2m30. Nesse período, temos a oportunidade de visitar várias localidades e mostrar as tradições. Ainda assim, ficamos sem tempo para mostrar tudo isso. O condicionalismo do fator-tempo obriga-nos a cortar muito do que não é conteúdo informativo. Olhamos para os trabalhos de outras canais e estão mais completos, porque têm mais conteúdos e sons ambiente. Na TVI e na CNN Portugal, se não cortássemos partes desses momentos, os trabalhos corriam o risco de não passar a mensagem política. A representatividade política também acaba por ser muito prejudicada. Quando fazemos trabalhos jornalísticos mais curtos, acabamos por ter de abdicar muitas vezes das declarações de alguns partidos. Aí, os mais afetados são sempre os que têm menor representação parlamentar.

### **2) A presença mediática dos partidos não segue, totalmente, a representação parlamentar. A presença mediática de determinados líderes partidários influenciou os resultados eleitorais das eleições legislativas de 2024?**

Eu penso que sim e isso foi visível com o Chega. A agenda diária intensa, os “sound bites” constantes para a televisão e os níveis de audiências das entrevistas de André Ventura confirmam esse nível do mediatismo. Esse mediatismo traz ganhos eleitorais e faz ganhar votos nas urnas. Agora, a estratégia de dar mais palco mediático a um partido não é a mais correta. Além disto, acho que as sondagens diárias também influenciaram os resultados eleitorais. A maioria absoluta conquistada pelo PS em 2022 é um exemplo.

### **3) Neste período político, os jornalistas têm dificuldades em criar conteúdos jornalísticos que fujam à agenda dos partidos políticos?**

Os jornalistas podem fazer esse tipo de trabalhos, mas a questão que se coloca é que os candidatos vão acabar por responder àquilo que os jornalistas queriam perguntar nesse contexto de iniciativa. Por vezes, posso até incluir um vivo não tão político, mas depois surge a necessidade de incluir um vivo político a reagir a um determinado assunto.

**4) Esse dilema implica que o recurso a fontes oficiais deixe de ser relevante durante esse período político?**

Por norma, deixam de ser relevantes sobretudo durante as campanhas eleitorais. É muito difícil que os jornalistas tenham uma notícia exclusiva. Neste período, as fontes oficiais só são importantes para os jornalistas conseguirem identificar os candidatos a deputados, os possíveis futuros ministros e a presença de personalidades políticas em ações de campanha. Fora isto, não são muitos relevantes. O jornalista não pode esperar encontrar grandes histórias exclusivas durante esse período político.

**5) Ainda assim, pode-se esperar uma grande complementaridade entre imagem e o texto durante esse período político?**

Sem dúvida. Aliás, muitas vezes os repórteres de imagem captam imagens que os jornalistas escolhem como o mais importante para começar as peças. Quer seja um candidato a saltar ou alguma especificidade das localidades. As imagens são também muito importantes para desmistificar ou confirmar a realidade de cada momento, como a dimensão das audiências dos comícios e das arruadas.

**6) A dimensão do recurso a expressões que conferem um cariz de dramatização ao trabalho jornalístico deve ser evitado?**

Eu acho que essa questão não é assim tão linear. Eu acho que os jornalistas não podem exagerar no uso dessas expressões. Ainda assim, o uso também depende muito do estilo de cada jornalista. São expressões que surgem dependendo das situações. Não vejo grandes problemas de os jornalistas usarem essas expressões, desde que sejam utilizadas com moderação.

**7) Como encaraste o impacto do imediatismo durante a dissolução parlamentar?**

O imediatismo impacta sempre. Ainda assim, o trabalho dos jornalistas neste período acaba também por ser muito estimulante sobretudo devido à campanha eleitoral. Em primeiro lugar, porque implica que se faça um trabalho de enquadramento e de contextualização da realidade distrital dos partidos. Em segundo lugar, é estimulante pelo facto de estarmos a trabalhar no terreno. Este período é estimulante, porque geralmente trabalhamos entre o parlamento e a redação. A partir do momento em que é anunciada a dissolução parlamentar, o parlamento acaba por perder o palco. Os deputados ficam na

expectativa e começam a fazer campanha eleitoral. O parlamento torna-se num palco para a campanha eleitoral.

## Anexo 3. Entrevista a Paula Caeiro Varela

Jornalista de política & repórter parlamentar

### **1) A maioria dos trabalhos jornalísticos não ultrapassam os 2 minutos. O fator-tempo é um elemento condicionante do trabalho de um jornalista?**

Não há como o fator-tempo não condicionar um trabalho jornalístico que deve obedecer a todos os critérios deontológicos. O meio televisivo condiciona, porque o tempo é aquele e não outro. Os trabalhos jornalísticos em televisão têm tempos contados. O que acaba por faltar, quando estamos no terreno, são os tais elementos de reportagem. Temos de nos cingir à notícia do dia. O que se diz em 1 minuto não é igual ao que se diz em 5 minutos. A mensagem nunca é igual. Temos de fazer opções. O objetivo é que o fator-tempo não condicione a objetividade e o valor-notícia.

### **2) De entre essas opções, consideras que é essencial que o jornalista crie conteúdos próprios que fujam à agenda partidária?**

Eu acho que é fundamental. O objetivo de estar no terreno é teres a capacidade de reunir elementos diferenciadores. Caso contrário, bastava ir uma equipa e fazer o trabalho para todos. Não é isso que se pretende. Não é isso que é o jornalismo. Eu acho que os conteúdos próprios devem entrar nos trabalhos jornalísticos, mesmo quando há tempo contado. Tens de tentar fazê-lo. Não é difícil fugir à agenda dos partidos, até porque os próprios têm de fazer um esforço grande para que a sua mensagem chegue aos cidadãos.

### **3) Os líderes políticos dedicam muito tempo a responder uns aos outros. O imediatismo intensifica-se durante o período de dissolução parlamentar?**

A lógica do imediatismo é um fator permanente, ou seja, tem uma matriz própria independente dos períodos políticos. Nós vivemos nesse tempo e não noutro. O jornalismo reflete essa realidade. O imediatismo não é algo próprio deste período político. O imediatismo é algo do tempo e é um ar do tempo.

#### **4) Esse ar do tempo dificulta a criação de reportagens?**

Fazer reportagem é praticamente impossível até pela próprio período político, marcado pela pré-campanha e campanha eleitoral. É possível fazê-lo se estivermos apenas dedicados a isso. No entanto, sabemos que a televisão é um meio pesado. Demoramos muito tempo a tratar a imagem e a editar. Para fazer reportagens tens de estar concentrado em fazer reportagem. A título de exemplo, não podes, estando numa campanha eleitoral, fazer a peça do dia e ainda fazer uma reportagem. A reportagem tem uma linguagem própria e exige um outro tempo.

#### **5) Este período político é marcado pelo intenso recurso às fontes oficiais e independentes. Há algum espaço para as fontes oficiosas?**

Eu acho que é fundamental recorrer a esse tipo de fontes que têm uma mensagem própria. A mensagem dos partidos é trabalhada e o papel do jornalista é tentar ver sempre mais além. Quando estou no terreno, procuro sempre recorrer a fontes oficiosas. Isso tem muito a ver com a experiência. A experiência permite que os jornalistas não fiquem cingidos apenas aos canais oficiais.

#### **6) A presença mediática de cada fonte oficial – líder partidário – pode ter influenciado os resultados das eleições legislativas de 2024?**

Pode ter influenciado, mas essa influência tem a ver com um conjunto de elementos que não tem propriamente a ver com os trabalhos jornalísticos. Acho que se relaciona em parte com uma questão de alinhamentos e de escolhas editoriais. Se os maiores partidos têm uma maior presença mediática é natural que a mensagem chegue a mais pessoas. Ainda assim, é importante olhar para os próprios partidos. Essa presença mediática e consequente influência nos resultados eleitorais está também relacionada com a eficácia da mensagem e do número de iniciativas de cada partido e do seu líder. Os jornalistas não podem ignorar as iniciativas partidárias.

#### **7) Não podemos ignorar o debate em torno do recurso a expressões que podem ser identificadas como marcas de dramatização de informação. Qual é a sua opinião sobre o assunto?**

Eu sou contra o seu uso e esforço-me sempre para não as usar. É importante também diferenciar as expressões que te permitem brincar com o texto, ou seja, expressões próprias da política que podem adicionar e não retirar informação. Outra coisa é usar

expressões como justiça a ferro e fogo, por exemplo. O jornalista deve mesmo evitar o seu uso, porque não acrescentam nada. Não dizem nada. Não são mensagens válidas.

**8) É válido dizer que a complementaridade entre a imagem e o texto é ainda mais importante durante este período político?**

É tão importante como noutros momentos. Em televisão, a complementaridade entre a imagem e o texto é uma regra básica. O jornalista tem de fazer com as coisas façam sentido. Para contar a história tens de ter a imagem. Se não tiveres imagens torna-se muito difícil contar histórias em televisão. O texto não pode estar alheio à imagem e para isso é essencial o trabalho do repórter de imagem.

